

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Um Outro Amanhã para África – De Tóquio a Yokohama**  
**Reflexão sobre as Conferências Internacionais de Tóquio para o**  
**Desenvolvimento de África (TICAD)**

**Fernando Jorge Matias Saiote**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos: Ramo de Estado, Política e Relações Internacionais

**Orientador:**

**Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, Professor Auxiliar,  
Instituto Superior de Economia e Gestão**

**Co-orientadora:**

**Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

**Junho de 2014**

**Um Outro Amanhã para África – De Tóquio a Yokohama**  
**Reflexão sobre as Conferências Internacionais de Tóquio para o**  
**Desenvolvimento de África (TICAD)**

**Fernando Jorge Matias Saiote**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos: Ramo de Estado, Política e Relações Internacionais

**Orientador:**

**Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, Professor Auxiliar,**  
**Instituto Superior de Economia e Gestão**

**Co-orientadora:**

**Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada,**  
**ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

**Junho de 2014**



# ÍNDICE GERAL

Índice Geral	i
Índice de Tabelas	ii
Índice de Figuras	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Acrónimos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução	1
a. Questão e Objectivos	1
b. Estado da Arte	2
c. Estruturação	2
<b>Capítulo I</b>	
1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento: Enquadramento Histórico e Conceitos	4
1.1. Do Conceito de Desenvolvimento ao de APD	4
1.2. Da Ajuda Internacional à Actual APD	6
1.2.1. Um Percorso Institucional	7
1.2.2. O Lado Quantitativo da APD	10
1.3. Ajuda Ligada	14
1.4. Eficácia da Ajuda	19
1.5. A Questão da Dependência da Ajuda	23
<b>Capítulo II</b>	
2. África: Um Desafio ou Múltiplas Necessidades?	25
2.1. Doadores Tradicionais	28
2.1.1. União Europeia	29
2.1.2. Estados Unidos da América	32
2.2. Doadores Emergentes: Uma Nova Ordem Económica Mundial	34
2.2.1. O Caso da China	34
2.2.2. O Caso da Índia	38
2.2.3. Outros Actores a Sul	40
<b>Capítulo III</b>	
3. A Política de Ajuda Japonesa	43
3.1. Relações África-Japão: Contextualização Histórica	43
3.2. Os Princípios da APD Japonesa	48
3.3. O Japão e a Relação com as Estratégias de Cooperação Sul-Sul	50
3.4. O Movimento Estratégico OVOP – One Village, One Product	53
3.4.1. O Exemplo do Malawi	53
3.4.1.1. Cronologia	54
3.4.1.2. Implementação e Objectivos	55
<b>Capítulo IV</b>	
4. O Processo TICAD	57
4.1. TICAD I (1993)	58
4.1.1. A Declaração de Tóquio para o Desenvolvimento de África – <i>Towards the 21st Century</i>	59
4.2. TICAD II (1998)	61
4.2.1. <i>Tokyo Agenda for Action</i>	63
4.3. TICAD III (2003)	64
4.3.1. <i>TICAD Tenth Anniversary Declaration</i>	65
4.4. TICAD IV (2008)	66

4.4.1. A Caminho de uma África vibrante: um continente de esperança e oportunidade	66
4.5. TICAD V (2013)	68
4.5.1. Economia Sustentável, Inclusão Social, Paz e Estabilidade - <i>Hand in Hand with More Dynamic Africa, Transformation for Quality Growth</i>	68
<b>Capítulo V</b>	
5. Análise Reflexiva sobre a Progressão dos Objectivos da TICAD	70
Conclusão	74
Bibliografia	76
Anexos	87
A - <i>Operational Lessons from 1985 Review of Twenty-Five Years of Development Co-operation</i>	87
B - <i>The Development Assistance Committee</i>	88
C - <i>Regional Distribution of Technical Cooperation</i> (Tabela 12)	89
D - <i>Tokyo Declaration on African Development</i>	90
E - Organizações Regionais na África Sub-Sahariana	96
Currículo Vitæ	100
<b>Índice de Tabelas</b>	
Tabela 1 – Objectivo de 0,7% PIB, OECD (1960-1974)	10
Tabela 2 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (1975-1989)	12
Tabela 3 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (1990-2004)	13
Tabela 4 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (2005-2012)	14
Tabela 5 - <i>Status</i> de Ajuda Ligada da APD Bilateral (USD\$ M)	17
Tabela 6 – Orientações da Política de Ajuda	19
Tabela 7 - APD Líquida (USD\$ M)	27
Tabela 8 – Evolução da Ajuda Bilateral Japonesa a Nível Global aos Países em desenvolvimento (1960-2012)	
Tabela 9 - Estágios de Desenvolvimento da APD Japonesa	43
Tabela 10 - Metas de APD a médio prazo do Japão, 1977-1997	45
Tabela 11 - Esforço do Japão para a Consolidação da Paz em África	46
Tabela 12 - <i>Regional Distribution of Technical Cooperation</i>	89
Tabela 13 - Posição Relativa do Japão <i>vis-à-vis</i> com os Principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, 1960-1990	58
Tabela 14 - <i>TICAD IV Follow-up Meetings</i>	67
Tabela 15 - Realizações da TICAD a partir de 2012	70
<b>Índice de Figuras</b>	
Figura 1 - Parcerias Desenvolvidas por África com Doadores do Sul	41
Figura 2 - Contexto Institucional do Movimento OVOP no Malawi	54
Figura 3 - O Mercado Japonês em África	71

## AGRADECIMENTOS

Elaborar uma Dissertação de Mestrado não é uma tarefa simples, muito menos solitária. Como tal, também por uma questão de ética, é-me exigido que agradeça a todos aqueles que, de uma ou de outra forma, contribuíram para que fosse possível esta realização.

Agradeço sobretudo aos meus pais o facto de me apoiarem sempre, nos momentos bons e menos bons por que passei, foram inúmeras vezes um refúgio e uma tábua de salvação.

Na sequência da minha vida académica deixo a minha gratidão a todos quantos acompanharam o meu progresso e sucesso ao longo do último quarto de século, que se dividiu entre três Instituições de ensino superior: Universidade do Algarve (UAlg), Universidade Aberta (UAb) e Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Assim, agradeço:

- A todos os Funcionários, Docentes, Reitores e Colegas da UAlg os valores académicos que me inculcaram, em particular à *Versus Tuna* - Tuna Académica da UAlg;

- A todo o Corpo Docente e Colegas da UAb, em particular ao Centro Local de Aprendizagem de Coruche – na pessoa da Doutora Ana Palma;

- A todo o Corpo Docente e Discente do ISCTE-IUL, em particular ao Doutor Eduardo Costa Dias, ao Doutor Ullrich Schiefer, ao incansável João Dias (Centro de Estudos Internacionais), à Sr.<sup>a</sup> Maria Luís Figueira (Escola Superior de Políticas Públicas), à Magdalena Bialoborska e a todos os meus Colegas, particularmente aos do MEA 21 (21º Mestrado em Estudos Africanos).

Um agradecimento especial ao Doutor Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros Carvalho, da Universidade Lusíada do Porto, pela disponibilidade, que se revelou bastante importante, bem como pela cedência de documentos e de bibliografia fundamental para a prossecução deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho pela forma como me ajudaram a manter o sonho que agora concretizo, cada um à sua maneira.

Um agradecimento a todos os elementos do Coral de S. Domingos de Montemor-o-Novo por me permitirem a descompressão nos momentos certos e por exigirem mais de mim – particularmente ao Professor João Luís Nabo e ao Professor Vítor Guita.

À Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, por ter aceitado tão em cima da hora o peso de ser co-orientadora desta Dissertação.

Ao Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, cuja orientação desta Dissertação lhe exigiu uma atenção redobrada devido à sua vida profissional, tenho a agradecer todo o tempo que dispensou a corrigir os meus erros e a melhorar-me.

A todos o meu sincero Obrigado.

## LISTA DE ACRÓNIMOS

AAA – *Agenda para a Acção de Accra*  
ACP - *African, Caribbean and Pacific Group of States*  
AfDF - *African Development Fund*  
AIA - *Agency for International Assistance*  
APD – *Ajuda Pública ao Desenvolvimento*  
ASEAN - *Association of South East Asian Nations*  
ASS - *África Sub-Sahariana*  
AU – *African Union*  
BRICS - *Brazil, Russia, India, China and South Africa*  
BTA – *Bilateral Trading Arrangements*  
CCfA - *The Civic Commission for Africa*  
COMESA - *Common Market for Eastern and Southern Africa*  
CSS – *Cooperação Sul-Sul*  
DAC – *Development Assistance Committee*  
DAG - *Development Assistance Group*  
DCI - *Development Cooperation Instrument*  
DDA - *Doha Agenda for Development*  
DG Devco - *Commission's Directorate-General for Development and Cooperation – Europe Aid*  
EAC – *East African Community*  
ECOWAS - *Economic Community of West African States*  
EDF - *European Development Fund*  
EEC - *Economic European Community*  
EIDHR - *Democracy e Human Rights Instrument*  
ENI - *European Neighbourhood e Partnership Instrument*  
EPA - *Agência Japonesa de Planeamento Económico*  
EPTA - *Expanded Programme of Technical Assistance*  
EU – *European Union*  
FAO - *Food and Agriculture Organisation*  
FOCAC - *Forum on China-Africa Co-operation*  
FY – *Ano Fiscal*  
GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*  
GCA - *Global Coalition for Africa*  
HR -*Humanitarian Relief Operations*  
IATI - *International Aid Transparency Initiative*  
IBRD – *International Bank for Reconstruction and Development (World Bank)*  
IBSA - *India-Brazil-South Africa Dialogue Forum*  
IDB - *Inter-American Development Bank*  
IfS - *Instrument for Stability*  
IIGM – *2ª Guerra Mundial*  
ILO - *International Labour Organisation*  
IMF – *International Monetary Fund*  
ITO - *International Trade Organization*  
JICA - *Japan International Co-operation Agency*  
JOCV – *Japan Overseas Cooperation Volunteers*  
LDC – *Países Menos Desenvolvidos*  
MDG- *Millennium Development Goals*  
MFF - *Multiannual Financial Frameworks*  
MITI - *Ministério do Comércio e Indústria Internacionais do Japão*  
MoF - *Ministério das Finanças Japonês*

MoFA – *Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão*  
NAM - *Movimento dos Não-Alinhados*  
NEPAD - *New Partnership for Africa's Development*  
NERICA - *New Rice for Africa*  
NSCI - *Nuclear Safety Cooperation Instrument*  
OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Development*  
OECF - *Overseas Economic Co-operation Fund*  
OEEC - *Organisation for European Economic Co-operation*  
ONGD – *Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento*  
ONUMOZ - *United Nations Operation in Mozambique*  
OSC - *Organizações da Sociedade Civil*  
OTCA - *Overseas Technical Co-operation Agency*  
OVOP – *One village, one product*  
PAY – *Plano de Acção de Yokohama*  
PVD – *Países em desenvolvimento*  
PNB – *Produto Nacional Bruto*  
PPP - *Parcerias Público Privadas*  
RTA – *Regional Trading Arrangements*  
SADC - *Southern African Development Community*  
SIDA - *Swedish International Development Authority*  
TAA – *Tokyo Agenda of Action*  
UN – *United Nations*  
UNO – *United Nations Organization*  
UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*  
UNDP - *United Nations Development Program*  
UN-ECA - *United Nations Economic Commission for Africa*  
UNECOSOC - *United Nations Economic and Social Council*  
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation*  
UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*  
UNGA - *Assembleia Geral das Nações Unidas*  
UNICEF - *United Nations International Children's Emergency Fund*  
UNMIS – *United Nations Mission in Sudan*  
UN-OSAA - *United Nations Office of the Special Advisor on Africa*  
UNSC – *Conselho de Segurança das Nações Unidas*  
USAID - *United States Agency for International Development*  
WTO - *World Trade Organization*

## RESUMO

Estudar o Desenvolvimento na sua vertente da ajuda pública é, já de si, uma tarefa que se pretende escrupulosa por ser um tema bastante abrangente, fazê-lo particularizando essa ajuda pode tornar-se exigente e arriscado pelo facto de, ao contrário do que pode acontecer com a evolução das teorias, não ser fácil encontrar consensos num mundo de ideologias políticas tão divergentes. Esta Dissertação não pretende procurar consensos em redor da política de ajuda externa japonesa, ou deificá-la como o caminho correcto a percorrer, pretende, isso sim, analisá-la no sentido de compreender se esse é um dos caminhos que deve ser, ou não, ponderado no âmbito da ajuda internacional aos países em desenvolvimento e dos objectivos globais que se pretendem alcançar no futuro próximo.

A pesquisa feita em torno da evolução das políticas japonesas de ajuda internacional e de ajuda pública ao desenvolvimento culmina na exploração das cinco edições da *Tokyo International Conference on African Development* (Processo TICAD) iniciadas em 1993 e cuja última edição se realizou no ano de 2013. Antes porém, há todo um conjunto de conceitos fundamentais que se revelam necessários para a compreensão de todo o Processo TICAD: desenvolvimento, ajuda pública ao desenvolvimento ou ajuda ligada.

Palavras-chave: Japão; África; TICAD; Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

## ABSTRACT

Studying Development in its aspects of public aid is, itself, a task that is intended to be a scrupulous very broad topic, doing so particularizing this help can become demanding and risky because, contrary to what might happen to the evolution of theories, it is not easy to find consensus in a world of vastly differing political ideologies. This dissertation does not intend to seek consensus around the Japanese foreign aid policy, or deify it as the right way to go, it seeks, instead, to analyze it in order to understand if this is one of the paths that should be, or not, weighted in international aid to developing countries and overall objectives to be achieved in the near future.

The research done around the evolution of Japanese politics and international aid ODA culminates in the exploration of the five editions of the Tokyo International Conference on African Development (TICAD Process) started in 1993 and whose last edition was held in 2013. First, however, there is a whole set of fundamental concepts that are needed to understand all the TICAD process, such as development, official development assistance or tied aid.

Keywords: Japan; Africa; TICAD; ODA.



## INTRODUÇÃO

### a. QUESTÃO E OBJECTIVOS

São inúmeras as questões que, ao longo dos anos, têm sido colocadas a respeito da ajuda internacional aos países em desenvolvimento e inúmeros têm sido os estudos feitos para que se chegasse a uma anuência sobre as respostas a essas dúvidas. Os diferentes formatos da ajuda, de país para país ou de instituição para instituição, talvez permitam algumas respostas que não serão consensuais, suscitando novas desconfianças sobre o que é bom ou mau para um desenvolvimento, e crescimento, sustentável. McGillivray (2005) interroga-nos sobre se a ajuda é realmente eficaz, isso é algo que depende de diversos factores nacionais e internacionais, das diferentes formas de pensar de cada actor e das respostas a outras questões, como por exemplo as de Bhagwati (2002: 1): *Porque devemos fornecer ajuda? Em que quantidade? Como a devemos dar?* ou a que é feita pelo Clube de Roma (Meadows *et al*, 1972: 20), mais abrangente: *Que meio tem a humanidade para resolver os problemas globais, e quais serão os resultados e os custos de os empregar?*

Esta Dissertação de Mestrado não pretende ser o *graal* de tantos anos de pesquisa, nem nunca o conseguiria ser, pretende apenas ser mais um contributo para o debate de ideias sobre o tema da ajuda, sendo que aqui se procurará fazer uma análise generalizada sobre a evolução das políticas dos países promotores da ajuda ao desenvolvimento e, num caso mais específico, abordar-se-ão as movimentações do Japão desde o fim da 2ª Guerra Mundial (IIGM) até à actualidade, procurando dar resposta a uma questão que é, indubitavelmente, e com limitações óbvias, o somatório das perguntas de McGillivray, Bhagwati ou Meadows *et al*, entre outros autores:

De que forma pode o Japão fazer a diferença perante os esforços de desenvolvimento e de crescimento de uma nova identidade nacional<sup>1</sup> dos países africanos?

Em resumo pretende-se compreender qual o impacto do Processo TICAD em África e em cada um dos aspectos ligados ao seu desenvolvimento. Refira-se ainda que esta questão é enquadrada no âmbito dos objectivos do Processo TICAD, que serão analisados no Capítulo IV desta Dissertação.

---

<sup>1</sup> De acordo com a definição de *national ownership* dada pela OECD, pode considerar-se a identidade nacional como *o exercício efectivo da autoridade de um governo sobre as políticas e actividades de desenvolvimento, incluindo aquelas que dependem - total ou parcialmente - em recursos externos. Para os governos, isso significa articular a agenda nacional de desenvolvimento e estabelecimento de políticas e estratégias de autoridade. Para os doadores de ajuda, significa alinhar seus programas de políticas governamentais e construir sistemas e processos de governo para gerir e coordenar a ajuda ao invés de criar sistemas paralelos para atender às exigências dos doadores.* (OECD, 2006a: 147)

## **b. ESTADO DA ARTE**

A evolução do conceito de desenvolvimento tem sido motivo para diversas mudanças nas políticas externas de muitos Estados e esse facto, aliado às transformações políticas e sociais ocorridas na História da Humanidade desde o termo da Guerra Mundial, permitiu definir determinados objectivos globais, e priorizar a erradicação das necessidades mais prementes dos países menos desenvolvidos, como é o caso da pobreza. Neste contexto, a validação de políticas públicas que permitam e incentivem uma intervenção cada vez mais ampla das potências económicas e das economias emergentes tem sido alvo de uma investigação contínua que, em muitas ocasiões, tem como intuito adaptar a ajuda às necessidades de cada Estado.

O Japão, apesar das suas condicionantes históricas, é um exemplo de pertinácia política no que se refere à sua posição no panorama internacional. De potência derrotada numa guerra sem sentido, passou a um Estado que muitos consideram exemplar em termos de atitude e cujo actual estatuto lhe confere, sem muita parcimónia, mas com objectivos muito claros (existe a pretensão de ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas), um papel importante na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, dentro e fora da estrutura do DAC/OECD.

## **c. ESTRUTURAÇÃO**

O primeiro capítulo pretende apresentar uma retrospectiva histórica da ajuda externa através dos vários conceitos que a compõem – desenvolvimento, ajuda pública ao desenvolvimento, ajuda ligada, eficácia e dependência da ajuda – e de uma análise cronológica que passa pelo surgimento de instituições como o *Development Assistance Committee* (DAC) da OECD, do *International Monetary Fund* (IMF) ou do *International Bank for Reconstruction and Development* (IBRD).

No segundo capítulo coloca-se a questão sobre qual o verdadeiro motivo da ajuda, se o de reforçar a posição política internacional de quem a fornece, seja ela altruísta ou não, se as verdadeiras necessidades dos países menos desenvolvidos (LDC). Aqui far-se-á a análise comparativa entre doadores tradicionais (DAC/OECD) e emergentes, sendo que serão tomados como exemplos os doadores mais importantes do ponto de vista quantitativo e qualitativo, nos primeiros falar-se-á da União Europeia (sem particularizar nenhum dos seus Estados-membros) e dos Estados Unidos, já nos segundos serão dados os exemplos da China e da Índia – os mais sonantes – e, de uma forma mais generalizada, falar-se-á de outros exemplos como o Brasil.

O terceiro capítulo servirá para contextualizar histórica e politicamente as acções desenvolvidas pelos governos japoneses em África, compreender a sua política de ajuda pública ao desenvolvimento e confrontá-la com os doadores emergentes do Sul criando, de certa forma, alguns paralelismos com a cooperação Sul-Sul. Neste capítulo será ainda estudado o movimento OVOP – *One village, one product* no Malawi, implementado primeiramente, com sucesso, pelo Japão nas suas relações com os países asiáticos em desenvolvimento e a adquirir Estados adeptos no continente africano.

No quarto capítulo será feita uma retrospectiva sobre as cinco edições da *Tokyo International Conference on African Development* (Processo TICAD), através das quais se procurará compreender a evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e a forma como esta é direccionada para os Estados receptores. Será feita uma análise quantitativa tendo em conta os dados fornecidos pelas entidades governamentais japonesas, nomeadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MoFA), e uma análise qualitativa dos resultados obtidos em cada uma das edições do Processo TICAD.

O quinto capítulo reserva-se a uma reflexão sobre os progressos do Processo TICAD e sobre as perspectivas futuras da Ajuda Pública ao Desenvolvimento japonesa.

### 1. AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CONCEITOS

Desenvolver o tema da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) exige que se tenha a noção de um conceito de *Desenvolvimento* já que a Ajuda Pública concedida deve ter como objectivo promover o desenvolvimento dos países elegíveis numa ou em várias das áreas que integram a noção de desenvolvimento.

Este capítulo pretende explorar esses pontos através de uma perspectiva não apenas conceptual, mas também histórica, tendo em conta a evolução dos conceitos desde a ajuda internacional até à APD e, posteriormente, a evolução dos conceitos intrínsecos à própria APD. Diversos autores, como sejam os casos de Andrews (2009), Arndt *et al* (2009), Binns (2002), Kanbur (2006), Rist (2008), entre outros, serão utilizados como ponto de partida.

#### 1.1. DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO AO DE APD

O conceito de desenvolvimento não se prende apenas com questões ou teorias económicas, é muito abrangente e implica tomar em conta uma multiplicidade de aspectos. Nkurayija (2011: 1) sublinha esse facto ao referir-se a África:

Os desafios para o desenvolvimento em África vão mais longe que o baixo rendimento, queda das acções comerciais, baixos níveis de poupança, e crescimento lento. Adicionalmente incluem-se a grande desigualdade, acesso desequilibrado aos recursos, exclusão social, insegurança, degradação ambiental, pandemia do VIH/SIDA, entre outros.

Rist (2008: 13-18) também não circunscreve o desenvolvimento apenas à disciplina de Economia, aliás trata este conceito como algo mais abrangente:

“Desenvolvimento” consiste num conjunto de práticas que por vezes parecem em conflito entre si, o que requer – no âmbito da reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. O seu objectivo é o aumento da produção de comodidades (bens e serviços) orientada, por via de mudanças, para a procura efectiva.

As *práticas*, cujos conflitos teóricos Rist exemplifica através da economia, englobam-se nos aspectos económico, social, político ou cultural de cada país. As inúmeras contradições existentes no panorama económico de um Estado podem opor, por exemplo, práticas que procuram o lucro a outras cujo teor envolva *determinados graus de generosidade*. Os conflitos podem criar desequilíbrios sociais, o que afecta as reproduções da estrutura social. Rist atribui ainda ao *processo económico* o ónus *da transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais* ao criar condições para que se altere o curso natural das coisas, desgastando recursos com a intenção de gerar capital e, assim, fomentar o desenvolvimento.

Atendendo às palavras de Nkurayija e de Rist pode constatar-se que o desenvolvimento é afectado por condições específicas existentes num intervalo de tempo – questão da época – e no espaço – questão geográfica. Já Robbins (1970: 3-5) tinha chegado a idêntica conclusão quando falou sobre *desenvolvimento*, afirmando ser *um termo capaz de uma variedade de significados*.

Pode significar aumento na complexidade, na articulação de várias funções diferentes. Pode significar progresso em direcção a algum objectivo eticamente definido.

O desenvolvimento não é homogeneamente linear para todos os Estados, nem tem o mesmo resultado em todos os momentos em que é contabilizado. No entanto deve observar as mesmas variáveis, mesmo que em estudos diferenciados no tempo ou no espaço. Nipassa (2009: 14), além de apontar as várias vertentes humanas que compõem o desenvolvimento, levanta uma questão importante e, simultaneamente, ousada em termos políticos. Questiona ele se o desenvolvimento tem de ocorrer sempre de acordo com os moldes ocidentais? Segundo o autor esta é uma perspectiva pouco inocente, a ocidentalização dos países menos desenvolvidos (LDC) torna-se justificação para a ajuda externa, questionando, inclusive, a eficácia da ajuda. A dúvida sobre se a ajuda é eficaz ou se resolve os problemas dos LDC persiste nos debates políticos e académicos. McGillivray (2005: 2) sustenta que os estudos feitos sobre esta questão apontam para a ideia de que se não existissem fluxos de ajuda, haveria (naturalmente) um aumento de pobreza e instabilidade. Porém, e apesar desse facto, há diversos pontos permeáveis à crítica no que respeita aos tipos de ajuda fornecida. Arndt *et al* (2009: 30) reforçam a ideia de McGillivray sublinhando a importância das garantias de qualidade que devem existir nos programas de assistência externa. Kanbur (2006: 3), ao analisar a lógica subjacente à ajuda e a eficácia da ajuda internacional, refere que todos os seus predicados se resumem a duas questões fundamentais:

- a) o que significa para o bem-estar de doadores e receptores uma transferência de recursos?
- b) como podem e devem ser condicionadas as transferências de recursos para que se realce a função objectiva de doadores e receptores?

Duas questões que envolvem, acima de tudo, uma relação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento.

Compreende-se, portanto, as extensões do conceito de desenvolvimento e as suas problemáticas em termos globais. Assim, podem aplicar-se os seus princípios metodológicos ao conceito de APD criado pelo DAC em 1972 (Führer, 1996: 24; OECD, 2003a: III-5)

A APD consiste em fluxos para os países em desenvolvimento e instituições multilaterais fornecidos por organismos oficiais, incluindo os governos estaduais e locais, ou pelos seus órgãos executivos, cada transacção que atenda o seguinte parâmetro: a) for administrado em associação com a promoção do desenvolvimento económico e bem-estar dos países em desenvolvimento como principal objectivo, e b) é concessional em carácter e contém um elemento de doação de pelo menos 25 por cento (calculada a uma taxa de desconto de 10 por cento).

A definição obedece, no entanto, a regras que criam a fronteira entre acções que possam considerar-se passíveis de ser APD e outras que não. Neste sentido excluem-se *alguns tipos de ajuda militar ou parte considerável das despesas das operações de manutenção de Paz*. Não sendo igualmente aceites as acções de promoção de imagem que os países doadores possam desenvolver junto dos receptores (Oliveira, 2013: 45).

Afonso e Fernandes (2005: 15-16) escrevem que a cooperação pode ser feita de acordo com a sua origem - *pública (Administração central, regiões, ou outros níveis da Administração) ou privada (ONG, empresas, associações, etc.)*; através de diversos *canais de execução* - como a ajuda bilateral, ajuda multilateral, por meio das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou ainda como ajuda descentralizada; de acordo com os *instrumentos* – *ajuda alimentar, cooperação técnica, cooperação financeira, ajuda humanitária e de emergência, etc.*

Convirá explorar a vertente conceptual dos dois principais canais de execução (Afonso e Fernandes, op. cit.): a cooperação bilateral, que resulta na canalização dos fluxos de APD directamente para os governos ou organizações receptoras, sem intermediários; e a cooperação multilateral cujos fundos são transferidos para organizações multilaterais (IMF, IBRD, UN, EU) para que estas fortaleçam actividades que visem promover o desenvolvimento. De acordo com Moreira (2008: 145) a questão da ajuda (bilateral e multilateral) não se esgota no seu conceito. A ideia mantida pelos Estados, na época usualmente referidos como do Terceiro-Mundo, nas décadas de 1960 e 1970, era a de se afirmarem *como um direito natural às compensações pela intervenção colonial passada, [entendendo] as ajudas internacionais, ou bilaterais, como obrigações dos doadores*. Moreira (op. cit.: 225) ressalva ainda que:

Construir os alicerces de uma paz generalizada [...] cada vez mais parece depender, não sobretudo das relações bilaterais, não da ajuda traduzida na doação de bens e serviços, mas sim da cooperação, e esta tendendo para multilateral e portanto como que despersonalizada.

Entende-se aqui a ideia de *paz generalizada* como um dos pilares do conceito de desenvolvimento.

## **1.2. DA AJUDA INTERNACIONAL À ACTUAL APD**

Quando em 1960 se estabeleceu a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) já existia a noção de ajuda internacional, nomeadamente aquela que foi sendo dada pelos ex-Estados coloniais aos novos Estados de pleno direito - Filipinas (1946), Índia (1947),

Paquistão (1947) e os restantes que se lhes seguiram – e, num outro contexto, o Plano Marshall em 1947 (Führer, op. cit.). Mikesell *et al* (1982: 3) sustenta, entretanto, que já em 1890 os Estados Unidos tinham organizado a primeira *International Conference of American States* cujo objectivo fora a implementação do *International American Bank*, que viria a ser estabelecido apenas em 1940 e cujos propósitos (Board of Governors of the Federal Reserve System (U.S.), 1940: 518) são os de:

promover uma exploração mais completa dos recursos naturais das Américas, intensificar relações económicas e financeiras entre as repúblicas americanas, e mobilizá-las para a resolução dos problemas económicos.

Em 1929, os britânicos tinham instaurado o *Colonial Development Act* (Kanbur, 2006: 3), *que estabelecia, pela primeira vez, fundos para o desenvolvimento dos territórios coloniais* (Morgan, 1964: 14).

### 1.2.1. UM PERCURSO INSTITUCIONAL

De acordo com a cronologia de Führer (op. cit.) nas décadas de 1940 – desde a conferência realizada em *Bretton Woods*, que juntou as 44 Nações Aliadas em volta de acordos financeiros internacionais que visaram a reconstrução no pós-guerra, com a criação do *International Bank for Reconstruction and Development* ou Banco Mundial (IBRD) e do *International Monetary Fund* (IMF) – e de 1950 – que precedeu o advento da OECD/DAC – foram dados importantes passos para que crescessem redes de agências de ajuda no seio da comunidade internacional (Führer, op. cit.: 4).

A década de 1940 foi prolífera na criação de organismos ligados ao comércio e ao desenvolvimento e, apesar de terem existido contactos intergovernamentais nesse sentido antes do término da IIGM, foi apenas no seu rescaldo que estes se tornaram operacionais (Cameron, 2000: 410), como foram os casos do IBRD e da *International Trade Organization* (ITO) em 1946, de onde nasceria em 1947 o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) que, por sua vez, daria lugar, em 1994, à *World Trade Organization* (WTO). A ajuda internacional desenvolveu-se durante quase duas décadas por meio destas instituições e dos seus acordos multilaterais. Em 1945, após o logro da Sociedade das Nações, nascida do Tratado de Versalhes, foi assinada a Carta das Nações Unidas que deu azo, sob a égide das próprias Nações Unidas, ao reforço de algumas instituições já existentes, como a *International Labour Organisation* (ILO), e ao aparecimento de outras que se mostraram desde essa altura bastante importantes no desenrolar das actividades relacionadas com a ajuda internacional – *Food and Agriculture Organisation* (FAO), *United Nations International Children's Emergency Fund*

(UNICEF), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation* (UNESCO), *Expanded Programme of Technical Assistance* (EPTA). Já com o IBRD e o IMF em funcionamento e algumas potências coloniais a implementar programas de investimento económico e de assistência ao desenvolvimento destinados aos seus territórios ultramarinos – os *Fonds d'Investissements pour le Développement Économique et Social des Territoires d'Outre-Mer* (1946), em França, a *Colonial Development Corporation* (1948), no Reino Unido, ou o *Act for International Development*, nos Estados Unidos (1950) – foram-se definindo quais os meios para atribuir à assistência ao desenvolvimento e as formas de acção para essa atribuição.

A ajuda internacional dividia-se assim entre o sistema bilateral do Plano Marshall e o sistema multilateral simbolizado pelas instituições então criadas (IBRD, IMF), e o seu intuito inicial não previa o desenvolvimento do mundo não-industrializado (Kanbur, 2006: 4), mas sim a recuperação de uma Europa dilacerada pela guerra. Kanbur refere, no entanto, que as atenções se viraram para o mundo não-industrializado pouco tempo depois, muito devido ao discurso de tomada de posse de Harry Truman como Presidente dos E.U.A., em 1949. Mikesell *et al* (1982: 4) esclarecem que, apesar do Ponto IV do discurso de Truman prever um impacto considerável no desenvolvimento externo através da assistência técnica, tinha sido feito um esforço financeiro muito curto. Keeley (2012: 79) alarga o sentido do conceito de ajuda quando lhe atribui a qualidade de investimento na segurança, sublinhando que já na era Truman este era um dos mais importantes itens da política externa americana.

O impulso dado pela vertente económica da Doutrina Truman (Sousa, 2005: 70), o Plano Marshall, terá acabado por ser o ponto de partida para o envolvimento internacional no desenvolvimento global ou, pelo menos, na sua discussão, como Keeley sustenta (op. cit.: 69). Segundo Mikesell (op. cit.: 4), em 1949 entrou em vigor o Ponto IV – após aprovação pelo Congresso do *Act for International Development* (Führer, op. cit.: 5) - do programa de Truman, estabelecendo a assistência técnica como meio de expansão da ajuda bilateral americana que, nos anos imediatos ao fim da IIGM, estava limitada à importação e exportação através de empréstimos bancários.

A década que precedeu a ajuda ao desenvolvimento, 1950, foi profícua em acontecimentos políticos que mudaram não apenas as fronteiras mas também formas de pensar o desenvolvimento num âmbito internacional. De acordo com Führer (op. cit.), entre 1949 e 1954 o tema da ajuda internacional ganhou novo fôlego através da criação de novas instituições de cariz internacional como o *Overseas Territories Committee* (estabelecido pela *Organisation for European Economic Co-operation* – OEEC – que, por sua vez, havia sido criada pelos destinatá-

rios do Plano Marshall), o *Plano Colombo (Council for Technical Co-operation in South and South-East Asia)*, o *Lewis Report (Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries)*, o *Mutual Security Act* ou a Lei 480 que definia a base legal dos programas americanos de ajuda alimentar.

Entre 1955 e 1959 criaram-se outros meios com o intuito de efectivar a ajuda nos seus diversos sectores. No entanto, acentuavam-se as políticas que evidenciavam a necessidade de crescimento económico, o IBRD estabeleceu a *International Finance Corporation*, o Clube de Paris renegociava a dívida oficial da Argentina, por meio da assinatura do Tratado de Roma prepara-se o *European Fund for Overseas Countries and Territories* - criando-se a *Economic European Community (EEC)* -, nasce o *Inter-American Development Bank (IDB)*. Pode referir-se também a Conferência de Bandung, em 1955, (Sousa, 2005: 121; Yoo, 2008) cuja importância é enorme no que diz respeito às pretensões económicas e políticas dos Estados que a assinaram. O facto de existir um conjunto de países que, de uma ou de outra forma eram receptores de ajuda externa e que procuravam apoiar-se mutuamente, teve uma influência fundamental na interpretação global da ajuda internacional (Rist, 2008: 82; Smith *et al*, 2010: 6; RoA, 2010: 9).

O factor que mais contribuiu para as profundas alterações sentidas no decorrer da década de 1950, terá sido o início da descolonização – a África Sub-Sahariana começa o seu processo de independência em 1957 (Führer, op. cit.: 7).

Com a criação do *Development Assistance Group (DAG)*, em 1960, a OEEC passa a designar-se OECD, dotando-se esta instituição de uma nova abrangência internacional em termos de cooperação e alterando-se ainda, dentro das instâncias da OECD, a designação de DAG por DAC. Ambas se mantiveram simultaneamente em actividade até Outubro de 1961. Esta, de acordo com a cronologia de Führer (op. cit.: 8-21), seria a década de afirmação do DAC à qual, para além das incumbências da instituição predecessora, foi atribuído um determinado nível de autonomia no aspecto consultivo podendo ainda extravasar esse âmbito junto do Conselho Ministerial da OECD a pedido de Estados não membros do DAC (Führer, op. cit.: 10), aumentando assim a sua abrangência internacional e, conseqüentemente, a sua aceitação (*vide* Anexo, p. 79).

A par dos avanços obtidos pelas estruturas institucionais que definiam as orientações internacionais sobre a ajuda, diversos Estados, individualmente, iam criando os seus mecanismos de ajuda externa. Em França estabeleceu-se o primeiro Ministério para a Cooperação, nos Estados Unidos decretou-se o *Foreign Assistance Act* como base da legislação para a assistência económica, a Alemanha desenvolveu um programa de assistência de desenvolvimento global,

o Japão estabeleceu o *Overseas Economic Co-operation Fund* (OECE) em 1961 e em 1962 a *Overseas Technical Co-operation Agency* (OTCA) – mais tarde (1974) incorporada na *Japan International Co-operation Agency* (JICA) -, na Suécia apareceu, em 1961, a *Agency for International Assistance* (AIA) transformada em 1965 na *Swedish International Development Authority* (SIDA).

### 1.2.2. O LADO QUANTITATIVO DA APD

Na Primeira Década do Desenvolvimento (1960), assim declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e segundo Führer, continuaram a nascer instituições cujo âmbito ultrapassava fronteiras enquanto as já existentes tinham um papel cada vez mais importante na consolidação da recuperação dos países afectados pela IIGM, nomeadamente na Europa e no crescimento dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD). Em 1964, na primeira *United Nations Conference on Trade and Development*<sup>2</sup>, figurava, entre as conclusões, uma recomendação de que cada país desenvolvido deveria contribuir para a resolução dos problemas globais de desenvolvimento com 1% do seu Produto Nacional Bruto (PNB), uma ideia que já havia sido anteriormente proposta, em 1958, pelo *World Council of Churches* (Führer, 1996: 7; OECD, 2006: 43; Keeley, 2012: 71) e subscrita posteriormente pelo DAC, em 1968. No ano seguinte, perante um relatório da *Pearson Commission* (Keeley, op. cit.) - nomeada pelo IBRD em 1969 -, o valor proposto passou a ser de 0.75%, fixando-se depois, e até ao presente, em 0.7%, um valor que poucos Estados lograram atingir e manter (OECD, op. cit.) e sobre o qual a Comissão apontava o ano de 1975 como meta a atingir e o de 1980 como limite para que todos os países desenvolvidos atingissem os almejados 0.7% do PNB.

Através das estatísticas fornecidas pela OECD pode analisar-se a evolução destes valores entre 1960 e 2012 e daí tirar-se algumas notas relativas à própria história do desenvolvimento.

A meta dos 0.7%, como se pode ver no Tabela 1, chegou a ser atingida entre 1962 e 1967 pela França. No entanto, as crises subsequentes, nomeadamente a crise petrolífera da década de 1970 e os anos que a antecederam, terão provocado notórias oscilações nos valores atribuídos pelos diversos Estados.

Tabela 1 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (1960-1974)

País	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Alemanha	0,31	0,45	0,45	0,41	0,44	0,40	0,34	0,41	0,42	0,38	0,32	0,34	0,32	0,32	0,38
Austrália	0,37	0,44	0,43	0,51	0,48	0,53	0,56	0,62	0,57	0,60	0,62	0,56	0,62	0,47	0,55

<sup>2</sup> [www.unctad.org](http://www.unctad.org)

País	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Áustria		0,04	0,03	0,05	0,08	0,11	0,12	0,14	0,14	0,11	0,07	0,07	0,09	0,15	0,18
Bélgica	0,88	0,76	0,54	0,57	0,46	0,60	0,42	0,45	0,42	0,50	0,46	0,50	0,55	0,51	0,50
Canadá	0,16	0,15	0,10	0,15	0,17	0,19	0,34	0,32	0,29	0,29	0,41	0,42	0,44	0,42	0,47
Dinamarca	0,09	0,12	0,10	0,11	0,11	0,13	0,19	0,21	0,23	0,38	0,37	0,42	0,44	0,46	0,53
Espanha															
E.U.A.	0,54	0,57	0,58	0,60	0,56	0,58	0,50	0,41	0,44	0,36	0,32	0,29	0,33	0,20	0,25
Finlândia		0,03	0,04	0,04	0,04	0,02	0,04	0,05	0,06	0,14	0,06	0,11	0,15	0,15	0,16
França			1,27	0,98	0,90	0,76	0,69	0,71	0,67	0,67	0,52	0,51	0,49	0,43	0,44
Grécia															
Holanda	0,31	0,45	0,49	0,26	0,29	0,36	0,45	0,49	0,49	0,50	0,62	0,58	0,67	0,53	0,61
Irlanda															0,09
Itália	0,22	0,15	0,18	0,14	0,09	0,10	0,12	0,22	0,19	0,16	0,15	0,16	0,08	0,12	0,13
Japão	0,24	0,20	0,14	0,20	0,14	0,27	0,28	0,32	0,25	0,26	0,23	0,22	0,20	0,25	0,25
Luxemburgo															
Noruega	0,11	0,14	0,14	0,17	0,15	0,16	0,18	0,17	0,29	0,30	0,33	0,34	0,43	0,45	0,57
Nova Zelândia		0,23	0,18	0,18	0,19	0,18	0,17	0,17	0,21	0,22	0,22	0,23	0,25	0,22	0,31
Portugal															
Reino Unido	0,56	0,59	0,52	0,48	0,53	0,47	0,45	0,44	0,40	0,43	0,39	0,44	0,42	0,36	0,40
Suécia	0,05	0,06	0,12	0,14	0,18	0,19	0,25	0,25	0,28	0,43	0,35	0,44	0,46	0,53	0,69
Suíça	0,04	0,08	0,05	0,05	0,07	0,09	0,09	0,08	0,14	0,16	0,14	0,11	0,21	0,15	0,14

Fonte: <http://www.oecd.org/dac/stats/oda-trends.htm>

A década de 1970 cresceu segundo os auspícios de consideráveis melhorias nas políticas de ajuda dos países desenvolvidos, nomeadamente, por um lado, na questão da discussão sobre a redução da ajuda ligada (Führer, op. cit.: 22), por outro, a preocupação das Nações Unidas com os temas da *população* e do *ambiente* (Afonso e Fernandes, op. cit.: 27) mas que depressa cairiam em esquecimento.

A instabilidade política desta época a nível mundial, traduzida pela Guerra do Yom Kippur, pela Revolução Iraniana, pela invasão do Afeganistão por parte da União Soviética, a retirada dos EUA do Vietnam e a, ainda, relativa proximidade da IIGM tornaram-se condicionalismos às políticas externas de grande parte dos países industrializados, não obstante o facto de, como refere Rist (2008: 143), esta década ter sido considerada pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a Segunda Década do Desenvolvimento. Porém, foi no final da década de 1970 que alguns países membros do DAC reflectiram positivamente as intenções da *Pearson Commission* de implementar estratégias que concebesssem o desenvolvimento num plano global e integrado. Os países do Norte da Europa - especificamente a Holanda, a Suécia, a Noruega e a Dinamarca (Tabela 2) - foram nessa altura, e continuam a sê-lo hoje, aqueles que mais contribuíram para a prossecução dos objectivos planeados.

Os tempos conturbados mantiveram-se, a Guerra-Fria estava no seu auge, eram concedidas as últimas independências em África acompanhadas de conflitos na luta pelo poder. No entanto, o enquadramento e a eficácia da ajuda continuavam a ser pontos importantes na discussão do desenvolvimento e, sobretudo, da redução da pobreza. A queda do Muro de Berlim alterou, de acordo com Ceriani e Verme (2013: 4), a prioridade das políticas de organizações bilaterais e multilaterais, redireccionando-as para a referida redução da pobreza. Para tal, frisam, também tiveram influência alguns factos que se lhe seguiram, como a publicação do *World Bank Development Report on Poverty*, em 1990, e em 2000 o estabelecimento dos *Millennium Development Goals* (MDG).

Tabela 2 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (1975-1989)

País	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Alemanha	0,40	0,36	0,33	0,37	0,45	0,44	0,47	0,48	0,48	0,45	0,47	0,43	0,39	0,39	0,41
Austrália	0,65	0,41	0,42	0,55	0,53	0,48	0,41	0,56	0,49	0,45	0,48	0,45	0,34	0,46	0,38
Áustria	0,21	0,12	0,19	0,27	0,19	0,23	0,33	0,36	0,24	0,28	0,38	0,21	0,17	0,24	0,23
Bélgica	0,60	0,50	0,47	0,55	0,58	0,50	0,59	0,58	0,59	0,58	0,55	0,48	0,48	0,39	0,46
Canadá	0,54	0,46	0,50	0,52	0,48	0,43	0,43	0,41	0,45	0,50	0,49	0,48	0,47	0,50	0,44
Dinamarca	0,55	0,52	0,56	0,70	0,71	0,74	0,73	0,77	0,73	0,85	0,80	0,89	0,88	0,89	0,93
Espanha						0,08	0,13	0,13	0,04	0,08	0,10	0,09	0,08	0,07	0,14
E.U.A.	0,27	0,25	0,24	0,26	0,19	0,27	0,19	0,27	0,24	0,24	0,24	0,23	0,20	0,21	0,15
Finlândia	0,17	0,17	0,15	0,16	0,21	0,22	0,27	0,29	0,32	0,35	0,40	0,46	0,50	0,60	0,64
França	0,44	0,41	0,38	0,39	0,42	0,44	0,51	0,56	0,56	0,62	0,61	0,56	0,60	0,58	0,61
Grécia															
Holanda	0,74	0,80	0,81	0,78	0,94	0,97	1,07	1,07	0,91	1,02	0,91	1,01	0,98	0,98	0,94
Irlanda	0,09	0,10	0,09	0,20	0,19	0,16	0,16	0,27	0,20	0,22	0,24	0,28	0,19	0,20	0,17
Itália	0,10	0,12	0,09	0,14	0,08	0,15	0,16	0,20	0,20	0,28	0,26	0,40	0,35	0,39	0,42
Japão	0,23	0,20	0,21	0,23	0,27	0,32	0,28	0,28	0,32	0,34	0,29	0,29	0,31	0,32	0,31
Luxemburgo						0,11	0,13	0,10	0,09	0,16	0,17	0,16	0,17	0,20	0,19
Noruega	0,65	0,71	0,84	0,90	0,95	0,87	0,85	1,03	1,10	1,03	1,01	1,17	1,09	1,13	1,05
Nova Zelândia	0,52	0,49	0,39	0,34	0,34	0,33	0,29	0,28	0,28	0,25	0,25	0,30	0,26	0,27	0,22
Portugal						0,02	0,03	0,02	0,06	0,04	0,05	0,08	0,11	0,21	0,25
Reino Unido	0,38	0,39	0,44	0,46	0,51	0,35	0,43	0,37	0,35	0,33	0,33	0,31	0,28	0,32	0,31
Suécia	0,78	0,78	0,95	0,86	0,92	0,78	0,83	1,02	0,84	0,80	0,86	0,85	0,88	0,86	0,96
Suíça	0,18	0,19	0,19	0,20	0,21	0,24	0,24	0,25	0,31	0,30	0,31	0,30	0,31	0,32	0,30

Fonte: <http://www.oecd.org/dac/stats/oda-trends.htm>

Seria importante analisar o papel dos EUA e da EU (num aspecto geral, desde a sua criação em 1957) como dois intervenientes cuja esfera de influência nas políticas de ajuda internacional e ajuda pública ao desenvolvimento sempre foi bastante abrangente, tanto no aspecto bilateral, como multilateral. No entanto, durante este capítulo, far-se-á essa análise em conjunto

com os membros do DAC, deixando para o segundo capítulo um comentário mais amplo sobre ambos.

No relatório apresentado pelas Nações Unidas (MDG Gap Task Force 2013: 16) a respeito dos MDG, faz-se alusão à evolução da meta definida para a ajuda ao desenvolvimento no ano 2000 e, comparativamente, no triénio de 2010-2012, sustentando assim a análise feita pela OECD, como se pode denotar pelos valores obtidos no Tabela 3. Aqui constata-se que na última década do séc. XX apenas quatro países lograram atingir esse objectivo (já o tinham conseguido no final da década de 1970 e início da de 1980). Neste sentido refira-se que a evolução da ajuda pode ser considerada não satisfatória uma vez que apenas o Luxemburgo se juntou aos Estados que conseguiram atingir, e neste caso ultrapassar, a barreira dos 0,7% do PNB. No início do século XXI as flutuações dos valores concedidos para APD sucederam-se com o desenrolar da crise da primeira década, mostrando assim a instabilidade vivida internacionalmente e as constantes mudanças políticas ocorridas, tanto nos estados receptores, como nos doadores.

Tabela 3 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (1990-2004)

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alemanha	0,42	0,39	0,37	0,35	0,33	0,31	0,32	0,28	0,28	0,26	0,27	0,27	0,27	0,28	0,28
Austrália	0,34	0,38	0,37	0,35	0,34	0,34	0,27	0,27	0,27	0,26	0,27	0,25	0,26	0,25	0,25
Áustria	0,11	0,18	0,11	0,11	0,17	0,27	0,23	0,24	0,22	0,24	0,23	0,34	0,26	0,20	0,23
Bélgica	0,46	0,41	0,39	0,39	0,32	0,38	0,34	0,31	0,35	0,30	0,36	0,37	0,43	0,60	0,41
Canadá	0,44	0,45	0,46	0,45	0,43	0,38	0,32	0,34	0,30	0,28	0,25	0,22	0,28	0,24	0,27
Dinamarca	0,94	0,96	1,02	1,03	1,03	0,96	1,04	0,97	0,99	1,01	1,06	1,03	0,96	0,84	0,85
Espanha	0,20	0,24	0,27	0,28	0,28	0,24	0,22	0,24	0,24	0,23	0,22	0,30	0,26	0,23	0,24
E.U.A.	0,21	0,20	0,20	0,15	0,14	0,10	0,12	0,09	0,10	0,10	0,10	0,11	0,13	0,15	0,17
Finlândia	0,65	0,80	0,64	0,45	0,31	0,31	0,33	0,32	0,31	0,33	0,31	0,32	0,35	0,35	0,37
França	0,60	0,62	0,63	0,63	0,62	0,55	0,48	0,44	0,38	0,38	0,30	0,31	0,37	0,40	0,41
Grécia							0,15	0,14	0,15	0,15	0,20	0,17	0,21	0,21	0,16
Holanda	0,92	0,88	0,86	0,82	0,76	0,81	0,81	0,81	0,80	0,79	0,84	0,82	0,81	0,80	0,73
Irlanda	0,16	0,19	0,16	0,20	0,25	0,29	0,31	0,31	0,30	0,31	0,29	0,33	0,40	0,39	0,39
Itália	0,31	0,30	0,34	0,31	0,27	0,15	0,20	0,11	0,20	0,15	0,13	0,15	0,20	0,17	0,15
Japão	0,31	0,32	0,30	0,27	0,29	0,27	0,20	0,21	0,27	0,27	0,28	0,23	0,23	0,20	0,19
Luxemburgo	0,21	0,33	0,26	0,35	0,40	0,36	0,44	0,55	0,65	0,66	0,70	0,77	0,78	0,86	0,79
Noruega	1,17	1,13	1,16	1,01	1,05	0,86	0,83	0,84	0,89	0,88	0,76	0,80	0,89	0,92	0,87
Nova Zelândia	0,23	0,25	0,26	0,25	0,24	0,23	0,21	0,26	0,27	0,27	0,25	0,25	0,22	0,23	0,23
Portugal	0,24	0,30	0,35	0,28	0,34	0,25	0,21	0,25	0,24	0,26	0,26	0,25	0,27	0,22	0,63
Reino Unido	0,27	0,32	0,31	0,31	0,31	0,29	0,27	0,26	0,27	0,24	0,32	0,32	0,31	0,34	0,36
Suécia	0,91	0,90	1,03	0,99	0,96	0,77	0,84	0,79	0,72	0,70	0,80	0,77	0,84	0,79	0,78
Suíça	0,30	0,34	0,43	0,31	0,35	0,33	0,32	0,32	0,31	0,34	0,32	0,33	0,32	0,36	0,39

Fonte: <http://www.oecd.org/dac/stats/oda-trends.htm>

O grupo consultivo Development Finance International<sup>3</sup> sublinha que *cerca de 80% do total mundial da ajuda pública ao desenvolvimento* é fornecida por membros do DAC.

Pode-se constatar que existiram diferenças significativas na atribuição das ajudas financeiras por parte dos doadores tradicionais e que, para além destas reflectirem os acontecimentos que foram escrevendo a História mundial, as políticas internas de cada Estado obrigaram a consideráveis ajustes às formas de se perceber quais as limitações da própria ajuda.

Tabela 4 - Objectivo de 0,7% PIB, OECD (2005-2012)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alemanha	0,36	0,36	0,37	0,38	0,35	0,39	0,39	0,37
Austrália	0,25	0,30	0,32	0,32	0,29	0,32	0,34	0,36
Áustria	0,52	0,47	0,50	0,43	0,30	0,32	0,27	0,28
Bélgica	0,53	0,50	0,43	0,48	0,55	0,64	0,54	0,47
Canadá	0,34	0,29	0,29	0,33	0,30	0,34	0,32	0,32
Dinamarca	0,81	0,80	0,81	0,82	0,88	0,91	0,85	0,83
Espanha	0,27	0,32	0,37	0,45	0,46	0,43	0,29	0,16
E.U.A.	0,23	0,18	0,16	0,18	0,21	0,21	0,20	0,19
Finlândia	0,46	0,40	0,39	0,44	0,54	0,55	0,53	0,53
França	0,47	0,47	0,38	0,39	0,47	0,50	0,46	0,45
Grécia	0,17	0,17	0,16	0,21	0,19	0,17	0,15	0,13
Holanda	0,82	0,81	0,81	0,80	0,82	0,81	0,75	0,71
Irlanda	0,42	0,54	0,55	0,59	0,54	0,52	0,51	0,47
Itália	0,29	0,20	0,19	0,22	0,16	0,15	0,20	0,14
Japão	0,28	0,25	0,17	0,19	0,18	0,20	0,18	0,17
Luxemburgo	0,79	0,89	0,92	0,97	1,04	1,05	0,97	1,00
Noruega	0,94	0,89	0,95	0,89	1,06	1,05	0,96	0,93
Nova Zelândia	0,27	0,27	0,27	0,30	0,28	0,26	0,28	0,28
Portugal	0,21	0,21	0,22	0,27	0,23	0,29	0,31	0,28
Reino Unido	0,47	0,51	0,36	0,43	0,51	0,57	0,56	0,56
Suécia	0,94	1,02	0,93	0,98	1,12	0,97	1,02	0,97
Suíça	0,42	0,38	0,37	0,42	0,44	0,39	0,46	0,47

Fonte: <http://www.oecd.org/dac/stats/oda-trends.htm>

### 1.3.AJUDA LIGADA

A ajuda ligada, de acordo com a OECD<sup>4</sup>, é uma limitação criada pelos governos doadores, de acordo com a qual os Estados receptores de ajuda têm de aceitar, em troca de subsídios oficiais ou empréstimos, a inclusão de empresas desse(s) doador(es) em regime de exclusividade

<sup>3</sup> <http://www.development-finance.org>

<sup>4</sup> <http://www.oecd.org/>

ou permanência, não permitindo ao receptor criar internamente condições próprias de mercado que permitam um crescimento eficaz. Isto tornou-se um tema de discussão muito alargado no tempo devido à irredutibilidade de alguns Estados em desistir desse sistema. Actualmente ainda se procura relativizar a política de ajuda ligada através de acções internacionais, como a Declaração de Paris (OECD, 2006). Führer (op. cit.) refere que os problemas que se criaram na balança de pagamentos dos Estados Unidos, na década de 1970, impeliram o governo retirar o seu apoio à ajuda multilateral desligada, uma ideia que sai reforçada pelo *DAC Journal* (OECD, 2003a: III-10).

De acordo com Clay *et al* (2009: vi), as recomendações feitas em 2001 pelo DAC sobre a necessidade de desligar a ajuda aos países menos desenvolvidos teriam, em 2009, como objectivo uma avaliação ao seu alcance. De acordo com a Declaração de Paris, onde se sublinhava que quanto menor fosse o volume de ajuda ligada, maior eficácia teria essa ajuda, pois reduziria os custos das transacções entre parceiros, *esses custos de subordinação para o destinatário dependem da capacidade que o doador tem em impor de forma eficaz as suas obrigações relativas à ajuda ligada*. (Jepma, 1991: 15). Havnevik e Arkadie (1996: 129)<sup>5</sup> complementam a ideia alertando para a necessidade de atender a ambos os lados da ajuda, não apenas aos receptores da ajuda.

As dúvidas levantadas em torno da ajuda ligada têm levado a inúmeros debates sobre o seu impacto nas políticas de ajuda externa, bem como a ética para com os receptores dessas ajudas. Isto é visível nas palavras de Canavire *et al* (2005: 10) quando frisa que *quando a ajuda é ligada, um viés de simultaneidade pode surgir como mais ajuda ligada o que conduzirá a mais importações provenientes dos respectivos doadores*, o que significa uma dependência económica crescente por parte dos Estados receptores. Aryeetey *et al* (2003: 2) sublinham essa questão colocando o enfoque nas restrições impostas pelos doadores em relação à forma como os fundos são aplicados e onde são aplicados. A questão da assistência técnica é posta em causa (Hayes e Pereira, 2008: 43), quando se toma como exemplo os casos das Honduras e do Níger, referindo-se que essa vertente da ajuda é uma exigência comum dos países doadores, bastante criticada pelos governos receptores, ao ponto de se afirmar que este meio de ajuda se pode considerar parte do problema e não da solução, pelo facto de se afirmar como aju-

---

<sup>5</sup> Fazendo referência a dez princípios para uma boa ajuda ao desenvolvimento, o segundo princípio insere-se na questão da ajuda ligada:

*Mostrando a máxima consideração pelas capacidades nacionais existentes pode, evidentemente, conduzir a uma ajuda mais eficaz. [O] compromisso intenso e a construção do círculo eleitoral, que é necessária por razões internas nos países doadores, requer o envolvimento de todos os intervenientes nacionais que exigem uma fatia do bolo de ajuda [promovendo] a continuação de inúmeras formas de ajuda ligada, apesar do reconhecimento generalizado de que ela reduz o custo-eficácia. De igual modo, as pressões de desembolsos para apaziguar os interesses no país impedem as agências de ajuda de dar o tempo necessário para desenvolver a sua capacidade de assistência.*

da ligada. Wuyts (1996: 742), ao referir-se a Moçambique, escreve que também o jogo de interesses entre os diversos sectores que interagem com os doadores (saúde, construção) e, conseqüentemente, com as autoridades centrais do Estado receptor, dependem em parte da ajuda ligada, dando um exemplo:

No sector da saúde, o Ministério da Saúde tem de lidar com um número desconcertante de projectos financiados por doadores [...], que vêm em todas as formas e tamanhos. Esses projectos têm custos administrativos elevados (30 a 40 por cento dos fundos dos projectos), operam na base da ajuda ligada no que diz respeito à aquisição de medicamentos ou outros materiais, e muitas vezes não conseguem coordenar as suas actividades, quer entre si, quer com as do ministério. Isso coloca um fardo pesado sobre a capacidade de gestão do sector para executar programas coerentes de acção no meio das actividades fragmentadas de projectos. Em alguns casos, os sectores conseguem persuadir os principais doadores para reunir recursos em sub-programas geridos por um doador. Na saúde, aquisição de medicamentos e assistência técnica são executados desta forma, assim como é o programa de construção de estradas no sector da construção. Estes sub-programas (que são projectos de colaboração em larga escala) provaram ser muito bem-sucedidos em atrair mais ajuda externa apoiada por fortes compromissos de médio prazo com os doadores.

Mesquita e Smith (2009: 11) acrescentam que esta questão está bastante interiorizada devido à necessidade da própria ajuda, aludindo ao facto de que os países doadores optam por uma política de concessões em troca da aceitação das condições da ajuda por parte dos receptores, *um bem público para o doador e um mal público para o destinatário*, sublinham justificando

É claro que, na realidade, nenhuma concessão política é um bem público puro, toda a política tem conseqüências redistributivas. No entanto, os líderes têm considerável poder discricionário quanto à forma de converter ajuda e de concessões políticas nas recompensas políticas que desejarem. [A] ajuda bilateral é geralmente fungível no país destinatário. Os líderes dos Estados doadores também têm alguma discricção na conversão de concessões políticas entre recompensas públicas e privadas. Suponha, por exemplo, um doador obtém acesso preferencial aos mercados de um destinatário em troca de ajuda. Tais acordos são muitas vezes expressos através de ajuda ligada.

Este é um facto sustentado também pela Nações Unidas através do Relatório Bruntland, editado em 1987 (WCED, 1987: 4).

Führer (op. cit.: 40-61) faz ainda referência à evolução da discussão em torno da ajuda ligada frisando duas fases distintas, a primeira na década de 1980, ainda durante a Guerra-Fria, a segunda na década seguinte, após a queda do Muro de Berlim. Em 1985 o Conselho Ministerial da OECD adoptou algumas medidas relativas aos créditos de ajuda ligada e aos financiamentos associados das exportações no intuito de fomentar a transparência e disciplinar as acções dos Estados doadores (OECD, 1995), em 1987, no sentido de *evitar o risco de distorção da ajuda e do comércio* (OECD, 1987: 1) foram aceites pelos Estados membros da OECD os princípios reguladores dos financiamentos associados e da APD ligada e parcialmente ligada. No ano de 1991, no pós-Guerra-Fria, acordaram-se novas medidas disciplinares para a ajuda

ligada e financiamento associado, cuja pretensão era acabar com o uso dos créditos à ajuda ligada (Führer, op. cit.: 57).

Tabela 5: *Status* de Ajuda Ligada da APD Bilateral (USD\$ M)

Ano	Status da Ajuda Ligada	Países do DAC Total	Ano	Status da Ajuda Ligada	Países do DAC Total
1979	- Compromissos Bilaterais	18671,2	1996	- Compromissos Bilaterais	34423,22
	- Comp. Bilat. - Desligada	8217,3		- Comp. Bilat. - Desligada	24531,75
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	865,23		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1137,21
	- Comp. Bilat. - Ligada	9588,67		- Comp. Bilat. - Ligada	8754,25
1980	- Compromissos Bilaterais	21022,34	1997	- Compromissos Bilaterais	24928,16
	- Comp. Bilat. - Desligada	9261,52		- Comp. Bilat. - Desligada	20746,99
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	896,83		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	744,04
	- Comp. Bilat. - Ligada	10863,99		- Comp. Bilat. - Ligada	3437,15
1981	- Compromissos Bilaterais	21042,11	1998	- Compromissos Bilaterais	25143,76
	- Comp. Bilat. - Desligada	9284,74		- Comp. Bilat. - Desligada	20355,09
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1280,79		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1751,2
	- Comp. Bilat. - Ligada	10476,58		- Comp. Bilat. - Ligada	3037,44
1982	- Compromissos Bilaterais	20124,77	1999	- Compromissos Bilaterais	25942,27
	- Comp. Bilat. - Desligada	9089,58		- Comp. Bilat. - Desligada	22044,87
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1344,1		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1086,94
	- Comp. Bilat. - Ligada	9691,09		- Comp. Bilat. - Ligada	2810,43
1983	- Compromissos Bilaterais	20763,75	2000	- Compromissos Bilaterais	24520,63
	- Comp. Bilat. - Desligada	9455,34		- Comp. Bilat. - Desligada	19705,61
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	2437,86		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	670,57
	- Comp. Bilat. - Ligada	8870,55		- Comp. Bilat. - Ligada	4144,44
1984	- Compromissos Bilaterais	21262,52	2001	- Compromissos Bilaterais	21537,16
	- Comp. Bilat. - Desligada	10001,34		- Comp. Bilat. - Desligada	17091,01
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1598,65		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	565,96
	- Comp. Bilat. - Ligada	9662,51		- Comp. Bilat. - Ligada	3880,19
1985	- Compromissos Bilaterais	23037,57	2002	- Compromissos Bilaterais	24965,36
	- Comp. Bilat. - Desligada	10887,47		- Comp. Bilat. - Desligada	21124,52
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1715,02		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	839,78
	- Comp. Bilat. - Ligada	10435,08		- Comp. Bilat. - Ligada	3001,02
1986	- Compromissos Bilaterais	28051,91	2003	- Compromissos Bilaterais	32995,66
	- Comp. Bilat. - Desligada	13872,4		- Comp. Bilat. - Desligada	30059,17
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	2300,55		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	582,35
	- Comp. Bilat. - Ligada	11878,95		- Comp. Bilat. - Ligada	2354,13
1987	- Compromissos Bilaterais	35152,54	2004	- Compromissos Bilaterais	34081,89
	- Comp. Bilat. - Desligada	15070,66		- Comp. Bilat. - Desligada	30744,09
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	6167,61		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	213,09
	- Comp. Bilat. - Ligada	12389,2		- Comp. Bilat. - Ligada	3124,72
1988	- Compromissos Bilaterais	42707,09	2005	- Compromissos Bilaterais	53616,77
	- Comp. Bilat. - Desligada	20834,78		- Comp. Bilat. - Desligada	48980,79
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	4414,55		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1018,28
	- Comp. Bilat. - Ligada	17457,76		- Comp. Bilat. - Ligada	3617,69
1989	- Compromissos Bilaterais	37630,15	2006	- Compromissos Bilaterais	70369,19
	- Comp. Bilat. - Desligada	16464,86		- Comp. Bilat. - Desligada	62157,98
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	3408,73		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	129,37
	- Comp. Bilat. - Ligada	17247,78		- Comp. Bilat. - Ligada	8081,87
1990	- Compromissos Bilaterais	53570,68	2007	- Compromissos Bilaterais	71946,82
	- Comp. Bilat. - Desligada	31838,41		- Comp. Bilat. - Desligada	60349,01
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	3877,73		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	205,92
	- Comp. Bilat. - Ligada	17291,63		- Comp. Bilat. - Ligada	11391,9
1991	- Compromissos Bilaterais	52867,5	2008	- Compromissos Bilaterais	92518,71
	- Comp. Bilat. - Desligada	31067,96		- Comp. Bilat. - Desligada	80065,5
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	4106,04		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	194,38
	- Comp. Bilat. - Ligada	17693,5		- Comp. Bilat. - Ligada	12258,81
1992	- Compromissos Bilaterais	46998,6	2009	- Compromissos Bilaterais	84370,18
	- Comp. Bilat. - Desligada	22632,33		- Comp. Bilat. - Desligada	71277,23
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	5616,26		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	135,03
	- Comp. Bilat. - Ligada	18749,99		- Comp. Bilat. - Ligada	12957,93
1993	- Compromissos Bilaterais	43944,42	2010	- Compromissos Bilaterais	89077,62
	- Comp. Bilat. - Desligada	24805,91		- Comp. Bilat. - Desligada	74599,67
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	3063,57		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1123,61
	- Comp. Bilat. - Ligada	15556,13		- Comp. Bilat. - Ligada	13354,31

Ano	Status da Ajuda Ligada	Países do DAC Total	Ano	Status da Ajuda Ligada	Países do DAC Total
1994	- Compromissos Bilaterais	38263,62	2011	- Compromissos Bilaterais	82822,09
	- Comp. Bilat. - Desligada	25276,82		- Comp. Bilat. - Desligada	69079,5
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1240,85		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	265,03
	- Comp. Bilat. - Ligada	11479,25		- Comp. Bilat. - Ligada	13356,35
1995	- Compromissos Bilaterais	38020,18	2012	- Compromissos Bilaterais	76683,61
	- Comp. Bilat. - Desligada	26307,94		- Comp. Bilat. - Desligada	66015,19
	- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	1455,14		- Comp. Bilat. - Parc. Desligada	14,6
	- Comp. Bilat. - Ligada	10258,11		- Comp. Bilat. - Ligada	10581,86

Fonte: <http://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=CRS1>

Perante a análise dos dados fornecidos pela OECD entre 1979 e 2012 (Tabela 5) pode entender-se que os compromissos bilaterais estabelecidos pelos doadores do DAC, divididos entre ajuda ligada, parcialmente ligada e desligada mostram uma tendência em aumentar o nível de ajuda desligada a partir de 1989 (altura em que ocorreu a queda do Muro de Berlim anunciando o fim do Bloco de Leste), mas que depressa se inverteu até à entrada no séc. XXI. O crescente interesse em melhorar a eficácia da ajuda no novo século, questão que se abordará na próxima secção deste capítulo, levou a que os Estados do DAC criassem condições para fornecer uma maior quantidade de ajuda desligada, porém, desde 2009 que se tem verificado um decréscimo dos níveis deste tipo de ajuda. Não obstante estes factos, a análise feita aos dados da Tabela 5, evidencia que o comportamento dos doadores do DAC tem sido bastante variável em relação à ajuda ligada, existindo uma queda acentuada no período entre 1997 e 2005 - note-se que em 1996 os valores de ajuda ligada atingiam os USD\$ 8754,25 milhões, tendo caído para os USD\$ 3437,15 milhões no ano seguinte, havendo uma reacção contrária de USD\$ 3617,69 milhões, em 2005, para USD\$ 8081,87 milhões, em 2006. No conjunto dos Estados do DAC, 2003 foi o ano em que se atingiu o valor mais baixo de ajuda ligada, USD\$ 2354,13 milhões. Clay *et al* (2009: ix) referem sobre esta questão que os progressos existentes *por parte da maioria dos membros do CAD* têm sido muitos, porém há que ser feito mais, tendo em conta que existe espaço *para desligar a ajuda de forma prática* e explorar *as oportunidades que esta oferece para fortalecer a eficácia da ajuda através de parcerias genuínas entre doadores e receptores de ajuda*. A ajuda ligada continuava a ser um problema em 2008, e também devido a esse facto realizou-se em Accra o 3<sup>rd</sup> *High Level Forum on Aid Effectiveness* que aprofundou o tema (Clay *et al*, op. cit.)

A Agenda de Acção de Acra (AAA), de 2008, sobre eficácia da ajuda reafirmou o compromisso de continuar o processo de desvinculação e exorta os membros do DAC a responder através da elaboração de planos individuais até 2010 para desvincular a sua ajuda até ao limite máximo e melhorar a comunicação na Recomendação de 2001. Estas propostas são fortemente apoiadas e são sugeridas novas medidas específicas para apoiar uma desvinculação genuína e reduzir, se não eliminar, *de facto*, práticas de ajuda ligada.

#### 1.4.A EFICÁCIA DA AJUDA

Da mesma forma que se debateu o recrudescimento da ajuda ligada, sem o sucesso desejado, uma nova questão se colocou na década de 1980: a avaliação da eficácia da ajuda, à qual, como refere Führer (op. cit.: 33), foi dada uma ênfase renovada. Neste sentido, no 25º aniversário da OECD, 1985, o *DAC Chairman's Annual Report* faz referência aos reveses sentidos em alguns Estados Sub-Saharianos e da América Latina devido às políticas de ajustamento estrutural. Não obstante este facto (Führer, op. cit.: 39) *vários países em desenvolvimento atingiram níveis altos de crescimento económico e social* através da eficácia do sistema de ajuda aplicado pelo DAC. No entanto, é conveniente notar que a eficácia da ajuda não passa apenas pelas directivas da OECD, mas também pelas opções políticas de cada Estado doador sobre quais os pontos-chave que definem a atribuição dessa ajuda. O Relatório Bruntland (WCED, 1987: 14) sugere que a desapropriação da ajuda dos Estados doadores não se deve apenas à quantidade, mas também aos próprios interesses desses Estados em detrimento das necessidades de quem recebe a ajuda. Isopi e Mavrotas (2006: 12-21) conduziram um trabalho de investigação no qual incluem 176 Estados receptores de ajuda e 20 doadores pertencentes ao DAC, entre os anos de 1980 e 2003, neste estudo é feita alusão às condições que cada um desses Estados doadores pretende que existam para proceder à distribuição da ajuda como se pode ler na Tabela 6.

Tabela 6 - Orientações da Política de Ajuda

País Doador	
<i>Alemanha</i>	Estados com elevado sentido democrático, mas com elevada taxa de mortalidade infantil. Estados de pequena dimensão que os de grandes áreas geográficas. Alocação da ajuda virada para as necessidades dos receptores.
<i>Austrália</i>	Dada grande importância aos interesses económicos (comerciais). Estados pequenos, pobres e democráticos absorvem a maior fatia da APD.
<i>Áustria</i>	Orientado para países mais populosos e com uma distribuição equitativa de rendimentos.
<i>Bélgica</i>	Interesse nos aspectos sociais e económicos dos receptores da ajuda, os critérios de ajuda também se baseiam no modelo de governo e na área do país.
<i>Canadá</i>	Estados pequenos e mais pobres recebem mais ajuda que os pobres de rendimento médio. Alocação orientada para o desenvolvimento e melhoramento das necessidades básicas do receptor.
<i>Dinamarca</i>	Foco nas necessidades dos receptores, a eficácia de fluxos anteriores pode influenciar positivamente o aumento da ajuda no futuro.
<i>Espanha</i>	Combinação dos interesses do doador com as necessidades básicas do receptor. Favorecem-se estados com uma democracia estabelecida e com distribuição de rendimentos equilibrada.
<i>Estados Unidos da América</i>	Política orientada para países cujo nível de crescimento se considera muito lento e onde existe um baixo nível de liberdades civis. Alocação da ajuda com motivos humanitários e políticos em detrimento do aspecto económico do receptor.

<b>Finlândia</b>	A alocação da ajuda é feita em estados de maiores dimensões geográficas com baixos níveis de rendimento <i>per capita</i> .
<b>França</b>	Orientação para Estados de pequena dimensão e com alguma equidade de rendimentos <i>per capita</i> , a ajuda dada tem aspectos retroactivos no que se refere aos resultados obtidos anteriormente, boas políticas de desenvolvimento merecem ser recompensadas.
<b>Holanda</b>	A ajuda é escalonada, quando determinado receptor demonstra melhorias substanciais no seu desenvolvimento, os fundos holandeses são canalizados para outros Estados mais necessitados.
<b>Irlanda</b>	Misturam-se os interesses do doador com as necessidades do receptor. É dado o incentivo à participação civil no Estado, promovendo a democracia e a boa governação como factores fulcrais na alocação da ajuda.
<b>Itália</b>	Os fluxos da ajuda são canalizados para pequenos Estados com o intuito de facilitar a sua monitorização e melhorar a eficácia. Estados com uma distribuição equilibrada do rendimento, elevados índices de democratização e baixa taxa de mortalidade infantil.
<b>Japão</b>	Foca-se num misto de altruísmo e de ajuda desligada, os seus fluxos de APD são incondicionais no que respeita aos resultados conseguidos pelos receptores.
<b>Noruega</b>	Um Estado de políticas de ajuda altruístas onde os aspectos humanitários e as necessidades dos receptores se sobrepõem a qualquer outro valor.
<b>Nova Zelândia</b>	Países com acentuado desenvolvimento democrático e com baixa taxa de mortalidade infantil. Dá-se preferência aos aspectos económicos em detrimento dos aspectos políticos e estratégicos.
<b>Portugal</b>	Predominância no comércio bilateral, destinando-se grande parte da APD a projectos de infra-estruturas. Beneficiam-se pequenos Estados democráticos com rendimentos médios e distribuídos equitativamente.
<b>Reino Unido</b>	Política de ajuda sensível ao desempenho do crescimento, com orientação para a correcta distribuição dos fundos, mas sem a preocupação sobre se os receptores serão os mais necessitados.
<b>Suécia</b>	Influência nos aspectos humanitários e nas necessidades dos receptores, as variáveis de política social também merecem destaque. O sucesso dos processos é, para a Suécia, um aspecto positivo e angariador de mais fundos.
<b>Suíça</b>	Não é recompensada a existência da instituição democrática, a ajuda é focalizada nas necessidades do Estado receptor.

Fonte: Isopi e Mavrotas (2006)

Como se pode verificar, são diversas as motivações que levam um país desenvolvido a prestar auxílio a outro. Como bem sublinham Ceriani e Verme (op. cit.: 2), essas motivações tanto podem ser puramente altruístas ou puramente egocêntricas e esses factores também influenciam a eficácia da ajuda.

Ainda na década de 1980, o DAC advertia para que houvesse uma consciencialização dos Estados receptores em relação à ajuda que lhes era atribuída, ou seja, seriam os seus governos quem deveria responsabilizar-se pela coordenação da ajuda (Führer, op. cit.: 45) através da preparação de programas e estratégias de implementação da ajuda que permitissem evitar que se *atropelassem* as prioridades existentes, ou que existisse duplicação da ajuda (Heller, 2011: 14).

A discussão manteve-se na década de 1990, época em que se davam os primeiros passos na preparação dos MDG (OECD, 2006: 49) e em que se vivia uma nova ordem mundial com o colapso do bloco socialista e os conflitos registados no Médio Oriente (nomeadamente a Crise do Golfo). Com a nova Europa de Leste a enfrentar um contínuo processo de democratização (Führer, op. cit.: 59) havia, nesse sentido, a necessidade de criar um processo que fosse global.

Em 1992, com a elaboração do *Development Assistance Manual* (OECD, 1992) criou-se uma fundamentação teórica para a ajuda ao desenvolvimento<sup>6</sup> que serviria de base futura para um melhor desempenho na coordenação da ajuda por parte de doadores e receptores. Sublinha-se também aqui a reafirmação dos princípios também sustentados pelo Relatório Brundtland de 1987 (Führer, op. cit.: 60)

[...] a questão base da APD é apoiar o desenvolvimento sustentável, reduzir a pobreza e construir economias e sociedades viáveis, e gerar a capacidade para uma participação benéfica na economia mundial.

O desafio global dos MDG, divulgados em Setembro de 2000 pelas Nações Unidas, tornou-se a cartilha do DAC e das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), pese embora o facto de haver o reconhecimento por parte das instituições e dos académicos de que, na data prevista de 2015, muitos desses objectivos não serão alcançados. Heller (op. cit.: 9) refere que a determinação de objectivos a longo prazo (já não o serão neste momento) obriga a que se faça uma reflexão sobre quais os cenários possíveis e que, para tal, há a necessidade de ponderar as possíveis condições de evolução dos Estados através de três variáveis, a que chama *forças predeterminadas*: o envelhecimento do mundo industrial, a continuação do rápido crescimento populacional dos países de baixo rendimento e as mudanças climáticas. Presentemente a prossecução dos MDG carece dessa reflexão no que diz respeito ao que ainda falta alcançar. É certo que a meta final a alcançar é a irradicação da pobreza, mas não será menos certo que só todos os MDG, no seu conjunto, podem almejar essa meta. McGillivray (2005: 2) observa que já antes se debatia a questão da eficácia da ajuda, não sendo o optimismo criado em redor dos MDG a fazer com que ela fosse a existir.

A exigência feita pelos governos dos países em desenvolvimento e em vias de desenvolvimento para que se regulasse a APD no sentido de a tornar eficaz, tornou-se num instrumento de pressão sobre instituições multilaterais e Estados doadores.

---

<sup>6</sup> O *Development Assistance Manual* inclui dez medidas, denominadas como *operational lessons*, apresentadas no relatório da OECD - *Review of Twenty-five Years of Development Co-operation*, de 1985 (OECD, 1992: 5). Estas *operational lessons* apresentam-se no anexo desta Dissertação (p. ).

Os *High Level Forum on Aid Effectiveness*, levados a cabo pela OECD desde 2003, vieram sustentar toda a teoria associada tanto à eficácia da ajuda, como ao poder moral dos MDG. A *Declaração de Roma para a Harmonização* (OECD, 2003b) serviu para reforçar as deliberações ditadas em anos anteriores pelos sucessivos encontros ministeriais, nomeadamente o realizado no México, em 2002, onde foi subscrito o *Monterrey Consensus* (UNDESA, 2003), cujo objectivo foi o de regular o financiamento ao desenvolvimento e visar o empenhamento global. Constatou-se que houve progressos, mas não os suficientes (OECD, 2008a: 1; Oliveira e Proença, 2013: 14). O desenvolvimento sustentável foi também um tema, que não era novo e que fez parte da agenda da reunião. Atente-se que, ainda na década de 1970, alguns académicos debruçaram-se sobre o crescimento em termos globais, ponderando o seu controlo para que se pudesse considerar sustentável, uma questão que é abordada e aprofundada por Meadows *et al* (1972: 183) O desenvolvimento sem regras implica o esgotamento dos recursos, levando a uma crise económica e social sem precedentes. Começava a existir uma preocupação com a forma de ver o desenvolvimento em todas as suas envolventes. Em 2005 o 2<sup>nd</sup> *High Level Forum on Aid Effectiveness*, de onde saiu a *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento* (OECD, 2006), teve como objectivo incitar ao compromisso do desenvolvimento por parte dos países receptores de ajuda, ou seja, cada governo teria de demonstrar perante as instituições e os doadores que estava preparado para criar estratégias que dinamizassem o desenvolvimento (Booth, 2011: iv), sendo que os participantes nesta cimeira convencionaram seis princípios fundamentais para aumentar a eficácia da ajuda (OECD, 2006: 2; Andrews, 2009: 11)

- i. Reforço das estratégias nacionais de desenvolvimento dos países parceiros e dos quadros operacionais correspondentes (planeamento, orçamentos e quadros de avaliação do desempenho, por exemplo).
- ii. Aumento do alinhamento da ajuda com as prioridades, sistemas e procedimentos dos países parceiros e apoio ao reforço das suas capacidades.
- iii. Reforço da responsabilidade mútua dos doadores e países parceiros para com os seus cidadãos e parlamentos, no que respeita às suas políticas e estratégias de desenvolvimento, bem como aos resultados obtidos.
- iv. Eliminação da duplicação de esforços e racionalização das actividades dos doadores, no sentido de optimizarem o seu rendimento.
- v. Reforma e simplificação das políticas e procedimentos dos doadores, de modo a favorecer um comportamento de colaboração e o alinhamento progressivo com as prioridades, sistemas e procedimentos dos países parceiros.
- vi. Definição de medidas e padrões de desempenho e de responsabilidade para os sistemas dos países parceiros, nos domínios da gestão das finanças públicas, aprovisionamento (procurement), garantias fiduciárias e avaliação ambiental, de conformidade com as boas práticas amplamente aceites, aplicando-as de forma rápida e generalizada.

Não obstante a importância destas deliberações, que pretendiam acelerar a implementação dos MDG, a *Declaração de Paris* foi posteriormente criticada, não por se considerarem propósitos inatingíveis, mas pela dificuldade em ultrapassar algumas questões de teor burocrático e, de acordo com Oliveira e Proença (2013: 11), porque

[...] as instituições e países doadores reduzem a agenda de Paris a um mero processo técnico para a gestão e canalização da Ajuda ao Desenvolvimento.

Crítica esta proveniente das Organizações da Sociedade Civil.

A intenção de acelerar o processo da implementação da *Declaração de Paris* (OECD, 2008a) foi bem recebida pelos representantes dos Estados doadores, Instituições e dos receptores da ajuda, tendo sido alargada a discussão às Organizações da Sociedade Civil (OSC), que haviam criado a plataforma BetterAid com a intenção de *criar uma base de diálogo e de influência política [...] com vista a aprofundar a Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento*, em Accra ressaltou-se a importância da transparência dos processos e da mutualidade da prestação de contas (Oliveira, op. cit.).

Em 2011 realizou-se o 4<sup>th</sup> *High Level Forum on Aid Effectiveness* de onde sairia o texto da *Declaração de Parceria de Busan* (OECD, 2011c). Na agenda desta reunião surgiu a ambição, já antes referida, de atingir um *desenvolvimento internacional eficaz*, e a referência de que, para tal, seria necessário incluir todos os intervenientes nos processos de cooperação, fazendo alusão aos países em desenvolvimento que constituíam a Cooperação Sul-Sul (CSS) e à sua particular especificidade no panorama económico internacional, é aqui feita uma chamada de atenção, porventura uma correcção, em que salienta o facto de, contrariamente à *Declaração de Accra*, a *Declaração de Paris* descartar a importância da CSS.

### 1.5.A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA DA AJUDA

Uma das questões mais importantes sobre a ajuda é a da sua alegada dependência, um assunto que, segundo Bräutigam e Knack (2004: 257), começou a ser abordado na década de 1960 mas que foi perdendo ímpeto nas décadas seguintes, tendo quase sido esquecido nos anos 1980 e 1990. Apenas recentemente se tornou novamente tema de debate e, conseqüentemente, motivo de preocupação por parte da comunidade académica e científica internacional. Kanbur (1999: 2) refere que esta dependência é composta pela natureza e forma como a ajuda é entregue pelos doadores e pela impossibilidade de, *apesar da sua ineficiência*, não ser possível reduzi-la drasticamente – tanto na totalidade, como nos aspectos específicos – sob o perigo de criar imediata instabilidade económica e social nos receptores dessa ajuda. Kanbur (op. cit.: 4), neste contexto, também coloca uma questão pertinente que se prende com a relação entre

ajuda e desenvolvimento e com a relação entre a eficácia da primeira e a evolução do segundo ou, comutativamente, como se influenciam mutuamente.

[...] pode argumentar-se que é melhor que a dependência da ajuda seja reduzida *pari passu* com o desenvolvimento. Mas este desenvolvimento tem demorado demasiado tempo a chegar, e pode-se discutir que a dependência da ajuda é agora uma das causas da falta de desenvolvimento.

O fenómeno da dependência da ajuda manifesta-se através de várias formas de ajuda pública, sendo que a assistência técnica promovida pelos doadores (Havnevik e van Arkadie, 1996: 87; Kanbur, 2006: 18) é uma das mais referidas, pois não se transforma no pilar de desenvolvimento pretendido, deixando insatisfeitas as necessidades do receptor, algo que, de certa forma, é reforçado por Havnevik e van Arkadie (op. cit.: 18) quando sublinham que:

[...] instituições mais responsáveis serão mais estáveis e, portanto, serão mais propensas a contribuir para um "ambiente propício", o que incentivaria os fluxos de capitais privados e a redução da dependência da ajuda.

Draper (2007: 18), referindo-se a África, esclarece que esta situação apenas acontece *por não existirem opções válidas para melhorar as condições de vida das populações*. Já Wuyts (1996: 30) escarpeliza a questão de uma forma mais incisiva, referindo que o *cerne da questão* é que este fenómeno *se tornou uma nova forma de vida que, em crescendo, se sustenta numa série de mecanismos através dos quais o Estado opera*. Contrariamente a estes autores, William Easterly (Tooley *et al*, 2010: 14) responde assim à questão: *Irá o Dinheiro Resolver o Desenvolvimento de África?*

Os africanos estão longe de ser condenados a ser divisões indefesas dos doadores ricos: as liberdades económicas e políticas caseiras permitirão que os próprios africanos resolvam os seus próprios problemas.

Também este factor da dependência terá ajudado a moldar a vontade ou o receio dos Estados investirem de forma altruísta em África, pese embora o facto de terem aceite, através de acordos internacionais, esse ónus.

### 2. ÁFRICA: UM DESAFIO OU MÚLTIPLAS NECESSIDADES?

[...] existem cerca de 63 mil projectos de desenvolvimento nos países em desenvolvimento e que em média um país em desenvolvimento é assistido por 30 agências de ajuda.

Eicher (2003; ii) ao fazer esta referência quer mostrar-nos a inconsistência dos exageros de alguns programas de ajuda, isto porque, sem negar o valor da ajuda ou a sua vital importância para África, em diversas situações aquilo que é tido como *ajuda* traz interesses particulares anexos. Uma situação que, apesar de não passar despercebida às instituições e aos governos doadores, merece, por parte da comunidade internacional, atenção redobrada. É claro que por vezes os interesses dos doadores se sobrepõem, erradamente, à necessidade de intervenção, o que pode criar transtornos diplomáticos.

Persiste a dúvida de que a ajuda que tem sido dada a África seja suficiente ou, até mesmo, eficiente. Esta dúvida, que para autores como Driffield e Jones (2013; 173) é uma constatação, advém do facto de poucas vezes ter existido preocupação, pelo menos explícita, em analisar os crescentes fluxos financeiros e outros, injectados pelos doadores – mormente os tradicionais - nos Estados africanos em desenvolvimento e compará-los para definir a sua importância tornando-os uma mais-valia real. Kanbur (2000; 1-2) frisa que o problema está no excessivo nível de dependência que as agências que providenciam ajuda impõem sobre cada Estado africano e na falta de coordenação que essas agências demonstram. Segundo este autor Moçambique é um exemplo perfeito disto mesmo pelo número de agências que estão no país. Thorbecke (2000: 69-70) chama à atenção da situação da dependência tomando-a como responsável por se atingir, na década de 1990, um estágio de *Aid Fatigue*

[A aid] fatigue foi influenciada pelo medo crescente que a ajuda externa estava a gerar relações de dependência de ajuda nos países pobres e, como tal, teria o mesmo tipo de efeitos negativos de incentivo que os pagamentos de bem-estar têm sobre as famílias carentes cujos destinatários podem ser desencorajados de procurar de emprego.

É relevante sublinhar que os interesses dos doadores têm tido um peso importante nas várias formas de ajuda, sobressaindo aqui a definição de *Ajuda* dada pela OECD e que é, ou deve ser, tomada em atenção por todos os Estados que compõem o elenco de doadores. Neste sentido, e como já anteriormente se referiu, pode considerar-se a ajuda ligada como sendo marginal a esta definição e, como tal, uma situação nociva ao desenvolvimento – argumentando que o *desenvolvimento* é a prossecução do conjunto dos MDG contidos no plano de acção das

Nações Unidas<sup>7</sup> – atendendo a que, mesmo existindo crescimento económico, os MDG mostram dificuldade, ou por vezes uma impossibilidade generalista, em atingir as metas programadas.

Afirma Lakin (2012) que os doadores tradicionais optaram por dar atenção redobrada aos pormenores relacionados com os problemas, por exemplo, da boa-governança

É sem dúvida verdade que os doadores ocidentais mudaram a sua atenção ao longo do tempo a partir de investimentos em infra-estrutura pesada para se focarem na governança (mas também em mais "suaves" áreas de desenvolvimento, como saúde e educação). É também verdade que infra-estruturas e investimentos estão entre os ingredientes vitais para o crescimento económico.

Um facto que talvez não seja de complexa explicação uma vez que a exploração dos MDG passa, fundamentalmente, pela acção directa dos próprios Estados receptores da ajuda, havendo, nesse âmbito, inúmeras exigências de grande parte dos doadores. Esta explicação pode, no entanto, não ser suficiente, pelo facto de que todo o investimento já feito precisa ser, muitas vezes, acompanhado por entidades especializadas no sentido de não se perder a ligação com todo o trabalho já desenvolvido ou de se canalizar esse investimento para opções menos próprias, como o armamento. Beets e Hagedoorn (2011: 2), fazendo referência aos membros do DAC, sublinham que a opção dos Estados doadores pelos aspectos da boa governança e do melhoramento dos contextos financeiros em detrimento da ajuda directa e desinteressada das condições em que se encontra o receptor se deve à necessidade de aumentar a eficácia da ajuda e a competitividade dos países em desenvolvimento. A ideia é ainda reforçada por outro aspecto relacionado com a legitimidade dos próprios Estados. Neste sentido Herbst (2004; 302) atenta ao problema dos Estados falhados e à sua relação com a comunidade internacional. Como pode um Estado ajudar outro se, nos seus termos jurídicos, não o reconhece como legítimo? Há, claro, formas de contornar estes entraves legais, como o próprio Herbst refere e exemplifica, através de padrões internacionais de prática jurídica.

A questão básica de todo processo de ajuda ao desenvolvimento continua a ser a estabilidade política e, nesse sentido, Moreira (2008; 225) sublinha a necessidade de

[c]onstruir os alicerces de uma paz generalizada, que finalmente exclua a anarquia madura em que vivemos, cada vez mais parece depender, não sobretudo das relações bilaterais, não da ajuda traduzida na doação de bens e serviços, mas sim da cooperação, e esta tendendo para multilateral e portanto como que despersonalizada.

Esta ajuda multilateral foi o método logo preconizado pela ONU na data da sua fundação, com esperanças depositadas na OIT, na OMS, na FAO, na OACI e na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

---

<sup>7</sup> cuja evolução pode ser acompanhada em <http://www.mdgmonitor.org/>

Sabendo que África foi sempre um continente dependente dos seus recursos naturais, muito para além da ajuda externa, e que a maior fonte de riqueza e de subsistência das populações, até há relativamente poucas décadas, era a agricultura, seria de supor que a ajuda dada pelos organismos não-governamentais – em geral – e pelos Estados doadores incidisse sobre esse sector, mas, pese embora tenha existido um considerável investimento no desenvolvimento dos meios rurais, tal não aconteceu, tanto que nas décadas de 1980 e 1990 houve um decréscimo elevado de ajuda global à agricultura (Eicher, 2003; 10). Em contraponto com estes decréscimos, Stiglitz (1999: 587-588) acrescenta uma nota importante ao referir que a aplicação das directivas do *Washington Consensus* falhou no seu todo, sublinhando que os Estados que empregaram os seus preceitos foram incapazes de atingir as metas mínimas desejáveis. O autor adverte ainda para o facto de que a China, sendo o país mais bem-sucedido, entre os de baixo rendimento, não recorreu à maioria das medidas atrás referidas.

Outra das questões importantes que merece ser analisada e, de certo modo, criticada, é a da *cultura*. Faça-se aqui um *parêntesis* apenas para uma pequena reflexão sobre o conceito so-

ciológico de cultura. Segundo Giddens (2007; 22)

A cultura de uma sociedade engloba tanto os aspectos intangíveis – as crenças, as ideias e os valores que constituem o teor da cultura – como os aspectos tangíveis – os objectos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo.

O facto de existir uma ajuda externa não pode, nem deve, implicar uma globalização do legado cultural de cada povo ou mesmo a sua eliminação, a cultura deve considerar-se como um aspecto fundamental do desenvolvimento e, por conseguinte, do crescimento. Prah (2001: 161) faz uma analogia perturbante entre a sua definição de cultura - que se assemelha à de Giddens - e a visão do mundo desenvolvido sobre o subdesenvolvido, neste caso aludindo ao paradigma africano, onde afirma que a condição de ser um país pobre, economi-

Tabela 7 - APD Líquida (USD\$ M)

Ano	Instituições da União Europeia	Estados Unidos da América
1995	5398	7367
1996	5455	9377
1997	5261	6878
1998	5140	8786
1999	4937	9145
2000	4912	9955
2001	5961	11429
2002	6561	13290
2003	7173	16254
2004	8704	19705
2005	9390	27622
2006	10245	23532
2007	11774	21787
2008	14757	26842
2009	13444	28831
2010	12679	30353
2011	17391	30783

Fonte: *Development Co-operation Reports* (1998-2013)  
<http://www.oecd-ilibrary.org/>

camente, não implica incapacidade de evoluir em termos tecnológicos e, conseqüentemente, desenvolver-se. O facto que terá maior impacto nesta discussão, que se reconhece controversa, será o aspecto da educação colonial (Prah, op. cit.: 162) que ocorreu em África da qual o autor extrai a acção nociva em termos culturais e a afectação que esta trouxe para o campo social. Prah refere ainda que a imposição linguística dos Estados colonizadores em África, nomeadamente dos ingleses, franceses e portugueses – com especial incidência dos dois últimos -, foi o ponto de partida para a perda de cultura destes povos

Os africanos foram ensinados a envergonharem-se da sua língua materna, e em algumas áreas, principalmente na francesa e na portuguesa, o uso de línguas indígenas na escola era passível de punição.

### **2.1. DOADORES TRADICIONAIS**

O xadrez jogado em África desde o fim da IIGM, muito devido ao facto de existir o estorvo colonial, não se tornou, tão só, um problema, mas talvez o início da solução no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento. Ensina-nos a história que os Estados europeus que tinham sob o seu jugo colónias em África, sempre procuraram desenvolvê-las à sua imagem, principalmente do ponto de vista político mesmo após terem sido decretadas as independências onde, por um meio ou por outro, se procurou desenhar-lhes a Constituição à semelhança da existente na metrópole - para as colónias francesas utilizar-se-ia uma matriz constitucional francesa, para as inglesas a matriz consuetudinária e flexível britânica e para as portuguesas uma matriz que talvez se possa apelidar de portuguesa (Miranda, 2003: 243), não obstante o facto de que, na altura das independências, a opção dos PALOP recaiu sobre outras matrizes, incluindo a soviética.

São muitos os doadores tradicionais que se relacionam com África – quase todo o hemisfério Norte. No entanto, podemos cingi-los a apenas dois actores principais sem que se retire aos restantes a sua devida importância. Como tal será aqui dada relevância à União Europeia (a agregação dos Estados que individualmente têm as suas próprias políticas de APD) e aos Estados Unidos, também por uma questão de coerência, por serem ao longo de muitos anos os mais activos nos diversos aspectos que compõem a ajuda. Na Tabela 7 podem constatar-se as diferenças de APD entre estes dois doadores no período pós-Guerra Fria em que a História internacional política e social vivenciou diversos acontecimentos decisivos para que houvesse um novo olhar sobre o mundo.

### 2.1.1. UNIÃO EUROPEIA

A ligação que existe entre o continente africano e a União Europeia é, por desígnio próprio da História, privilegiada se a compararmos com outros doadores tradicionais. Porém a discussão que se desenvolve em torno deste relacionamento mostra que a confiança que África depositava anteriormente nesta organização supranacional, que é também o único doador multilateral do DAC (SEEK Development, 2014: 1), se tem desvanecido em favor das economias emergentes, tanto porque existe um novo olhar político e crítico que é feito, desta vez, pelos receptores da ajuda. Segundo Ferreira (2010; 174) o estado de espírito dos governos africanos é de descrédito em relação aos doadores tradicionais por estes julgarem primeiro os seus interesses e só depois os interesses de África, considerando essa acção como ajuda ligada. Neste sentido a análise que é feita assume o discurso dos doadores como sendo pretensiosos e egoístas.

[...] a posição europeia e dos EUA tem sido fragilizada pelo assumir de posições divergentes e contraditórias consoante os interesses próprios. Vários líderes africanos insurgem-se, igualmente, contra uma abordagem ocidental que parece pretender «comprar» a boa governação, uma vez que esta perspectiva já provou não ter resultados significativos no impulsionamento de reformas internas ou na construção de culturas democráticas.

Não obstante esta assunção, a EU não deixa de ser um parceiro diferente dos restantes por englobar alguns Estados-membros (Portugal, França, Reino Unido) que sempre tiveram uma relação de proximidade com as suas ex-colónias de África. Draper (2007: 6) realça a importância que os *Economic Partnership Agreements* (EPA's), discutidos entre a EU e o *African, Caribbean and Pacific Group of States* (ACP), poderiam ter tido para atingir as metas a que se comprometeu a própria EU, num contexto internacional alargado. A relação entre estas duas instituições – EU e ACP - (ECDPM, 2002) remonta à génese da Comunidade Económica Europeia, com o Tratado de Roma em 1957, e à posterior assinatura dos Acordos de Yaoundé<sup>8</sup> – 1963/1969 e 1969/1975 –, de Lomé<sup>9</sup> – 1975/1980, 1980/1985, 1985/1990 e 1990/2000 – e, mais recentemente, do Acordo de Cotonou<sup>10</sup> assinado em 2000 e que seria revisto em 2005 e em 2010 (EU, 2012).

A *SEEK Development* (op. cit.: 2) faz referência às duas fontes de financiamento para o desenvolvimento da EU, o primeiro é o seu orçamento geral que se baseia nas *Multiannual Financial Frameworks* (MFF) definidas a cada sete anos, o segundo é o *European Development Fund* (EDF). No orçamento geral a assistência canaliza-se através de dois importantes instru-

---

<sup>8</sup> Convenção assinada em 1963 entre a EU e a ASMM (African States, Madagascar and Mauritius).

<sup>9</sup> Acordo comercial assinado em 1975 entre a UE e os países ACP, tendo-se prolongado até ao Acordo de Cotonou.

<sup>10</sup> Acordo comercial assinado em 2000 entre a UE e os países ACP.

mentos geográficos: o *Development Cooperation Instrument* (DCI) e o *European Neighbourhood e Partnership Instrument* (ENI) que, em conjunto, pretendem despende uma quota de €35,1 bilhões entre 2014 e 2020. O DCI significa 30% do *MFF Heading 4* (os *Heading* são limites ou tectos financeiros estabelecidos dentro do MFF), englobando *programas geográficos e temáticos* cuja abertura se faz a todos os países em desenvolvimento. Por sua vez o ENI despende de uma quota de €15,4 bilhões que serão distribuídos pelos países vizinhos do espaço europeu. Paralelamente a estes instrumentos geográficos, a EU também conta com três instrumentos temáticos dos quais o alvo, embora que indirectamente, é a redução da pobreza, e que são geridos pela *Commission's Directorate-General for Development and Cooperation – Europe Aid* (DG Devco): *Instrument for Stability* (IfS), €2.3 bilhões, *Democracy e Human Rights Instrument* (EIDHR), €1.3 bilhões, e *Nuclear Safety Cooperation Instrument* (NSCI), €225 milhões. Scheipers e Sicurelli (2008: 3) escrevem que o objectivo da EU é, enquanto parceiro destacado de África, a capacitação dos países em termos sociais: *dar poder a em detrimento de ter poder sobre*.

De acordo com as estatísticas da OECD relativas aos países simultaneamente membros da EU e do DAC, as causas das subidas e descidas dos valores da ajuda merecem uma reflexão a nível internacional que crie uma plataforma que possa salvaguardar não apenas os objectivos que se pretendem alcançar, como a forma de os alcançar.

A APD dos quinze países da EU membros do CAD foi de €45.5 bilhões em 2012, representando uma queda de -7,4% em relação a 2011. Como parte do seu PNB combinado, a APD caiu de 0,44% em 2011 para 0,42% em 2012. A APD subiu ou desceu nos países da EU pertencentes ao DAC da seguinte forma:

País	Variação	Causa
<b>Áustria</b>	+6.1%	Devido a operações de alívio da dívida com a África Sub-Sahariana
<b>Bélgica</b>	-13.0%	Reflectindo os cortes globais no seu orçamento de ajuda
<b>Dinamarca</b>	-1.8%	Reflectindo uma redução nos subsídios bilaterais
<b>Finlândia</b>	-0.4%	
<b>França</b>	-1.6%	Estimativa
<b>Alemanha</b>	-0.7%	Devido à redução das contribuições para as instituições multilaterais
<b>Grécia</b>	-17.0%	Devido a medidas de austeridade
<b>Irlanda</b>	-5.8%	Devido a restrições fiscais que conduziram a cortes no seu orçamento de ajuda;
<b>Itália</b>	-3-7%	Devido aos baixos níveis de ajuda aos refugiados que chegam do Norte de África e reduzidos subsídios de alívio da dívida, em comparação com 2011; no entanto, o governo italiano fez um compromisso firme para aumentar as dotações de APD, a fim de chegar a 0,15-0,16% do PNB em 2013
<b>Luxemburgo</b>	+9.8%	A reflectir num aumento das doações bilaterais

<b>País</b>	<b>Variação</b>	<b>Causa</b>
<b>Holanda</b>	-6.6%	Devido a cortes globais no seu orçamento de ajuda
<b>Portugal</b>	-13.1%	Devido às restrições financeiras sem precedentes que conduziram a cortes no seu orçamento
<b>Espanha</b>	-49.7%	Devido à crise financeira
<b>Suécia</b>	-3.4%	Devido à redução das subscrições de capital para as organizações internacionais, apesar dos desembolsos de dinheiro para essas organizações terem aumentado
<b>Reino Unido</b>	-2.2%	A reflectir sobre se as dotações orçamentárias foram firmemente postas em prática para garantir que o governo invista um volume de APD de 0,56% do PNB em 2012 e 0,7% a partir de 2013.

Fonte: <http://www.oecd.org/dac/stats/aidtopoorcountrieslipsfurtherasgovernmentstightenbudgets.htm>

Solana (2007; 1-2) sintetiza a questão na necessidade do *pacto* sino-europeu, sustentado na vontade dos líderes africanos em atingir um patamar sócio-político equivalente ao do mundo industrializado, quer através do desenvolvimento de processos democráticos quer da irradicação – ou pelos menos notória diminuição – dos conflitos entre e intra-Estados.

Saúdo calorosamente o acordo na última Cimeira UE-China na Finlândia, em Setembro do ano transacto [2006, n.a.] para estabelecer um diálogo regular de alto nível sobre África. Para ser mais eficaz precisamos de uma melhor compreensão do que cada um de nós está a fazer, das políticas e programas de cada um de nós está a levar a cabo, não menos importante, para garantir que nossos esforços não se sobrepõem como por vezes tem acontecido no passado.

Persistem algumas sanções da UE à China, que resultam dos incidentes de 1989, na Praça Tiananmen, mas o diálogo político foi de novo tomado em 1994, que resultou na subscrição europeia da ideia *da política uma só China*, ao não reconhecer soberania a Taiwan<sup>11</sup>.

A eficácia da ajuda volta a debate quando se afirma (Lawson, 2010), com base em estudos de monitorização efectuados, que a coordenação da ajuda, por parte dos doadores em geral, se mantém limitada devido a entraves que se renovam: *as metas de esforços oficiais de coordenação dos doadores nem sempre estão de acordo com os diversos objectivos da política de assistência externa* dos doadores tradicionais. Paralelamente a todas estas questões logísticas, os assinantes da Declaração de Paris (2005) e da Agenda para a Acção de Accra (2008) reforçaram, no Fórum de Alto Nível de Busan (2011), a vontade de honrar os compromissos até então não satisfeitos. Também em Busan se afirmou a intenção de alargar a coordenação da ajuda aos doadores emergentes (como o Brasil e a China) e às OSC através da *Global Partnership for Effective Development Cooperation*. Lawson (op. cit.: 20) afirma ainda que:

Além dos doadores BRICS - economias de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - outros países não membros da OECD como a Coreia do Sul, Indonésia, Turquia e Venezuela tornaram-se doadores de referência, mesmo quando se mantêm destinatários da ajuda ao de-

<sup>11</sup> <http://www.europarl.europa.eu/>

envolvimento. O papel da "CSS", como ajuda de um país em desenvolvimento para outro, frequentemente chamada de *cooperação triangular* [...] é visto como cada vez mais importante para os esforços de coordenação eficazes.

### 2.1.2. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA, por sua vez, pode considerar-se, têm tido um papel mais abrangente no espaço por actuarem em qualquer ponto do globo que lhes aprouver, e mais preponderante no tempo devido à esfera de influências que gera através da sua política externa e de uma posição geoestratégica de policiamento mundial.

Após a IIGM a geopolítica (Kanbur, 2006: 4) alterou-se profundamente e, como tal, os interesses dos, então, maiores protagonistas da cena política internacional também se alteraram – já aqui se mencionou a questão da Guerra-Fria e as implicações que trouxe no quadro da ajuda. Sansone e Furtado (2014: 54) falam de um novo mundo civilizado onde

[...] o colonialismo ressuscita sob a forma do neocolonialismo, uma versão corrigida e adaptada à nova ordem económica e política internacional, que, sob a bandeira da ajuda e do desenvolvimento, pretende manter novas formas de hegemonia nas relações com os antigos colonizados.

No relatório apresentado ao Clube de Roma por Meadows *et al* (1972: 194), faz-se alusão à necessidade de combater as *espirais de crescimento demográfico e económico*, sem que, com isso, se impossibilite a evolução do *status quo* de todos os países no que se refere ao seu desenvolvimento económico, sob o risco de se regredir, segundo uma perspectiva histórica, para um neocolonialismo - *continuidade de dominação dos Estados independentes pós-coloniais pelo mundo desenvolvido*, nas palavras de Sousa (2005: 39).

Sobre esta fase da História entre o pós-guerra e o fim da Guerra-Fria, Headey (2008: 174) anuncia que, de acordo com os testes feitos à eficácia da ajuda, a ajuda bilateral foi ineficaz durante os últimos trinta anos do século passado devido ao que o autor chama de *efeito da Guerra-Fria*. Sublinha ainda (op. cit.: 171) que a ineficácia desta forma de ajuda se justifica porque [...] *era frequentemente um instrumento mais amplo de política externa, em vez de um meio para atingir o desenvolvimento*. Neste sentido o papel das superpotências, e em particular dos EUA, revestiu-se de uma presumida importância, como se pode entender pelas palavras de J. F. Kennedy (Fraser, 2006: 8), em 1961

A ajuda externa é um método pelo qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e controlo em todo o mundo, e sustentam um bom número de países que com certeza iria entrar em colapso, ou passar para o bloco Comunista.

Porém as estratégias de ajuda dos doadores e o clima pré-bélico existente eram também aproveitados pelos receptores para conseguir mais e melhores oportunidades de *negócio*. Fraser

(op. cit.: 10) fala do exemplo da Somália que, através da atracção geoestratégica que representava, usufruiu da política de bastidores das superpotências em prol das suas próprias necessidades. Com o fim da Guerra-Fria (Fraser, op. cit.: 24) essas vantagens desvaneceram-se por se ter tornado óbvia a necessidade de uma coordenação de políticas externas e de ajuda entre os EUA e a União Europeia.

Como afirmam Ciliers *et al* (2011: 56) são as economias, *no mundo do pós-Guerra-Fria*, que se sobrepõem à política banalizando as *visões românticas* que não se revestem de um carácter economicista.

Radelet (2004: 1-3) afirma que a assistência externa americana peca por descoordenação e por excesso de organizações, cuja clareza é dúbia em alguns casos. No entanto, acrescenta, os programas de ajuda americanos são eficientes e, sendo reforçados, melhor alcançarão os objectivos a que se propõem. Em reflexão Radelet conclui que o fortalecimento dos programas americanos de ajuda externa, principalmente após o 11 de Setembro, serve como caminho para afirmar os pressupostos fulcrais à estabilidade nacional dos EUA e a sua imagem internacional, entre os quais se referem a *segurança nacional, a promoção dos valores americanos de abertura, prosperidade, liberdade e democracia* ou os *valores humanitários*.

Desenvolvendo uma análise cuidada aos dados fornecidos pelo *Development Co-operation Reports* da OECD entre 1998 e 2013, como se fez para a União Europeia, consegue-se compreender a realidade da APD norte-americana durante esse período. A *United States Agency for International Development* (USAID) propôs-se, em 1997, definir seis metas de desenvolvimento (OECD, 1999: 103) num quadro de dez anos que se sumarizam em: *crescimento económico, governação, desenvolvimento da capacidade humana, população, ambiente e salvar vidas e reduzir o sofrimento*. Este quadro foi designado por *Shaping the 21<sup>st</sup> Century: The Contribution of Development Co-operation*, da qual faziam parte as parcerias entre actores das instituições estatais e não-governamentais, sendo a sua base na evolução das reformas postas em prática pela USAID nos anos anteriores (OECD, 1998: 107) e que culminaram no encerramento de algumas missões além-mar – cerca de 26 -, redução de pessoal e realinhamento de procedimentos. Não obstante o facto de ter existido um decréscimo acentuado do rácio entre a APD e o produto Nacional Bruto (PNB) em relação aos 0,20% de 1992 (OECD, 2000: 103), os EUA mantiveram-se, em 1998, como o segundo país do DAC com maior volume de APD, seguindo o Japão nessa lista.

No final do século XX a ajuda norte-americana centrou-se nos problemas humanitários (OECD, 2001: 130) e de saúde pública, tendo especial atenção à questão das doenças infecto-contagiosas, porém o seu índice de ajuda em relação aos restantes países do DAC era, no rá-

cio APD/PNB, o mais baixo, cifrando-se nos 0,10%. Na viragem do século não se verificaram alterações a estes números, mas houve algumas alterações na política de ajuda externa dos EUA, uma nova filosofia que incluiu uma maior ligação entre o Estado e os parceiros privados feita através da *Global Development Alliance* (OECD, 2002: 121). Imbuído no espírito dos MDG, o governo norte-americano definiu os novos pilares da sua cooperação: políticas de redução da pobreza, cujo objectivo era atingir o FY 2015 com uma redução de 50% na pobreza extrema; coerência política, baseada na coordenação internacional de esforços – principalmente perante catástrofes naturais – a partir das suas delegações diplomáticas; e por último, mas não menos importante, uma avaliação contínua dos resultados da ajuda no sentido de a tornar mais eficaz. Estas políticas permaneceram activas durante quase uma década, sendo apenas alteradas num quadro evolutivo, ou seja, políticas remodeladas perante a exigência das necessidades (OECD, 2003: 119; 2004: 103; 2005: 104; 2006: 102; 2007: 97; 2008: 99; 2009: 133).

O FY 2009 é considerado pela OECD (2010: 130) como um ano de transformações políticas devido à eleição de Barack Obama como 44º Presidente dos EUA, cuja Administração se propôs alargar o âmbito da ajuda e aumentar a sua eficácia, colocando a ênfase em políticas de conformidade com as necessidades específicas dos LDC. Um dos pontos fulcrais era também a diminuição da ajuda ligada – meta traçada pelo DAC em 2001, mas com uma aceitação internacional relativa – que perfazia *mais de um quarto da ajuda norte-americana* (OECD, 2011: 191).

A questão das relações diplomáticas entre os EUA e os LDC é igualmente delicada no que respeita à ajuda (OECD, 2012: 241). A exigência da existência de um cada vez maior índice de democratização, de defesa dos Direitos Humanos ou de equilíbrio e participação activa social no chamado Terceiro Mundo, são factores que pesam nos pratos da balança dos doadores quando estes decidem os níveis de ajuda que atribuem, os EUA, como outros, usam esse aspecto como uma medida de pressão política que visa determinadas mudanças nos Estados receptores. Também a igualdade de género na sociedade contemporânea e a maior participação das mulheres nos processos de decisão (OECD, 2013: 231) são usados pelos EUA como preceitos de análise para a determinação dos volumes de ajuda.

## **2.2.DOADORES EMERGENTES: UMA NOVA ORDEM ECONÓMICA MUNDIAL**

### **2.2.1. O CASO DA CHINA**

A atracção africana pela participação das economias emergentes nos processos globais de ajuda deve-se às opções de política externa destes Estados, sublinhando-se a não interferência

nas políticas nacionais dos países receptores de ajuda e a procura de evitar erros praticados pelas antigas potências coloniais – princípios apregoados pelo *Beijing Consensus* – em oposição ao *Washington Consensus*, proclamado por instituições (WB, IMF) e doadores ocidentais e assente na rigidez de um conjunto de dez medidas reformistas (Ferreira, 2010: 174). Apesar de todo este acolhimento fraternal por parte dos governos africanos é de notar que nem sempre a opinião se mostra favorável à acção dos doadores emergentes ou ao seu propósito. Por exemplo, Naím (2007) qualifica a actuação da China como calculista

O governo nigeriano opera três caminhos-de-ferro, que são notoriamente corruptos e ineficientes. Também estão a cair aos pedaços. O Banco Mundial apresentou um projecto baseado na observação de senso comum que não havia sentido em emprestar aos nigerianos o dinheiro sem, igualmente, combater a corrupção que tinha desmembrado os caminhos-de-ferro. Depois de meses de negociação, o banco e o governo da Nigéria concordaram num projecto de \$5 milhões que permitiria a entrada às empresas privadas para ajudarem a limpar os caminhos-de-ferro. Mas, quando o negócio estava para ser assinado, o governo chinês ofereceu à Nigéria \$9 bilhões para reconstruir toda a rede ferroviária - sem propostas, sem condições, e sem necessidade de reformas.

Naim trata esta ajuda como desonesta no sentido em que não obriga o Estado receptor à democratização das instituições ou à desburocratização legislativa, potenciando o risco de uso incorrecto dos fundos doados.

Previam-se ventos de mudança ao nível global da ajuda externa, mudanças que se destacaram em todo o continente africano, independentemente do tipo de regime que vigorava em cada Estado ou da classificação desse Estado no seio do diálogo mundial. Atente-se que grande parte dos Estados africanos padece daquilo a que o Ocidente denomina como Estados Falhados (Fund for Peace, 2013), onde apenas as Maurícias merecem, pela positiva, um lugar de relevo, colocando-se em 30º lugar dos Estados melhor cotados em termos de governação e outros factores, apenas atrás da África do Sul no que diz respeito a intervenções vindas do exterior.

De acordo com o relatório conjunto do *African Development Bank*, da *OECD-Development Centre*, UNDP e *UN-Economic Commission for Africa* (UN-ECA), tanto a UE como os EUA tiveram quebras acentuadas nas exportações para África (OECD *et al*, 2013; 14).

Entre 2000 e 2011, as exportações de África quase quadruplicaram em valor, de USD 148,6 bilhões por ano para US \$ 581,8 bilhões, de acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) figuras. Primeiro, a União Europeia e os Estados Unidos viram sua quota de exportações para África cair - de 47% em 2000 para 33% em 2011 no caso da Europa e de 17% para 10% para os Estados Unidos. Em segundo lugar, as economias emergentes aumentaram seu comércio. A China aumentou a sua quota de exportações para África de 3,2% em 2000 para 13% em 2011; a Índia de 2,8% para 6%; o Brasil de 2% a 3% e a Rússia de 0,2% a 0,3%.

A sucessiva mudança de papéis nas políticas interna e externa de cada Estado, nomeadamente dos maiores e mais influentes desde pelo menos a década de 1970, sugerem uma idêntica mudança de actores, ou, pelo menos uma mutação no estatuto de alguns actores em relação à política internacional e à capacidade que cada um tem para actuar como Estado doador. Neste sentido, as economias emergentes ganham uma projecção relevante face às potências que até então dimensionavam os pratos da balança de poder. Henry Kissinger, num discurso de 1975 referia (Nye, 1990; 156):

(...) estamos a entrar numa nova era. Os antigos padrões internacionais estão a desmoronar-se.  
(...) O mundo tornou-se interdependente na economia, nas comunicações, nas aspirações humanas.

Afinal é tudo uma questão de *poder* e neste globalismo de pretensões há que ter em atenção a forma como se expressa esse *poder*, quem o usa e como é ele usado. A política de *soft power*, ou seja, a procura de fazer com que outros queiram atingir os resultados que pretendemos, emergiu da importância de se evitarem acções coercivas que durante muito tempo se manifestaram por exigências que se consideraram alcançáveis e dentro de parâmetros acordados internacionalmente, sob a alçada das Nações Unidas – mais recentemente através dos MDG –, tendo a fórmula adoptada pelos Estados doadores, fossem eles tradicionais ou emergentes, passado, por vezes, pela crítica à má governação ou às más práticas do Estado.

O continente africano teve bastante a ganhar com as uniões e desuniões entre os doadores, com o espírito competitivo que hoje em dia suplanta os desejos dos dois blocos intervenientes na Guerra Fria em ganharem aliados e, assim, uma posição geoestratégica global. Embora ainda imperem algumas políticas egoístas por parte dos doadores em geral – doadores tradicionais em particular – o caminho seguido pelas novas potências emergentes tem servido de mote para um novo rumo e para que se comecem a cimentar novas estratégias em redor dos MDG, obrigando, de certa forma, à aceitação de *velhos inimigos* como aliados na cooperação e na procura de um objectivo comum, não obstante a existência de clivagens políticas e diplomáticas noutros pontos do globo. O crescimento económico e o desenvolvimento de Estados asiáticos como a China, Malásia, Índia, Japão ou sul-americanos como o Brasil, permitiu-lhes uma expansão política sem precedentes e isso despoletou tanto desconfiança – no Ocidente - como desejo – nos países em desenvolvimento -, um misto *agridoce* que tem sido visto como uma nova forma de fazer cooperação. Os investimentos chineses divididos entre financiamentos e ajuda ao nível das infra-estruturas, com políticas indiferentes aos sistemas adoptados pelos estados africanos, mas com condições políticas no que respeita às opções da China – Taiwan é exemplo, ao que talvez se possa juntar a questão do Tibete, mas noutros

termos – tornaram-se mais apetecíveis que as imposições de boa-governança vindas do Ocidente.

Se os doadores tradicionais são acusados de tornar prioritários os seus interesses, como se viu anteriormente, estes acusam a China de, ao desenvolver os seus projectos de assistência, colocarem contrapartidas económicas em benefício próprio (Lum *et al*, 2009; 9) ou de, como referido por Ferreira (2010: 174), *desafiarem as abordagens tradicionais da cooperação* no que diz respeito aos *condicionalismos políticos*. Porém, esta questão não tem apenas uma leitura. De acordo com Thompson (2005; 1) a adopção do *Beijing Consensus* reflecte um desejo de emancipação económico-social de alguns Estados africanos, sem que haja o sentimento de aprisionamento às duras e dolorosas medidas implementadas pelos doadores tradicionais ocidentais, nomeadamente pelo IMF e pelo IBRD. A crença, por parte do mundo ocidental, de que a República Popular da China estava, de certa forma, a desenvolver em África um neocolonialismo, extingue-se na própria ideia de ajuda que providenciou, fundamentando-se numa política de coexistência pacífica (Rodrigues, 2011; 6) assente em cinco princípios básicos: *respeito pela soberania, não-agressão, não-ingerência, igualdade e benefícios mútuos*. Não obstante o facto de que os interesses chineses não diferem em nada dos restantes doadores, existe igualmente o desejo de aumentar as esferas de influência junto das instituições internacionais. Como constata Nuutinen (2012; 10-11), há, portanto, interesses geoestratégicos e geoeconómicos. Tarrósy (2012: 52) salienta que *África é uma prioridade da China*, mas não no seu todo global. O governo chinês escolhe os Estados onde pretende fazer incidir a sua política de cooperação com o sentido de os melhorar em termos de política internacional e de fortalecer a sua imagem competitiva

O *Forum on China-Africa Co-operation* (FOCAC) oferece parceria a Estados, bem como a blocos regionais de Estados, sublinhando que o desenvolvimento da África, juntamente com benefícios mútuos para todos os envolvidos estão no centro da questão.

Nem os chineses procuram unicamente as matérias-primas e os recursos naturais de África, nem África procura extrair da parceria com a China o seu dinheiro fácil, sublinha o autor. Todo este mecanismo político desenvolve-se não só pela força de todo um sistema de ajuda criado sem o habitual recurso ao poder militar das grandes potências - antes e depois da Guerra Fria -, mas também por uma insistência dos Estados ocidentais em se preocupar com os horizontes por si estabelecidos ou pela colocação de entraves à ajuda caso não se respeitassem determinadas directivas internacionais. É por essa razão que a China não faz quaisquer distinções entre os Estados que se propõe ajudar. Neste sentido Woods (2008: 1207) faz referência aos *Estados desonestos* e à conseqüente crítica que é feita ao governo chinês por os apoiar,

não apenas através da cooperação, mas também ao nível das instituições internacionais. Os casos do Zimbabwe e do Sudão foram os escolhidos pelo autor para sublinhar este aspecto, questões que não são pacíficas por imensos motivos, nomeadamente o *apoio cego*, a que faz alusão Woods, dado a Mugabe no Zimbabwe e ao governo sudanês, com o qual estabeleceu relações comerciais privilegiadas no que diz respeito à exploração petrolífera. Woods prossegue salientando o lado positivo desta *ajuda desonesta* e deste *apoio cego* que são, de acordo com os doadores ocidentais, apanágio da China, ao referir o seu papel nas acções de manutenção de paz e nas conversações para alcançar resoluções pacíficas para conflitos como o do Darfour, cuja colaboração permitiu o acesso de forças de manutenção de paz das Nações Unidas e da União Africana (AU) e foi, mais tarde, alvo de reconhecimento por parte dos EUA. Woods (op. cit.: 1208) deixa em aberto uma reflexão importante: *é evidente que o argumento geral sobre o impacto da China sobre as opções políticas carece de uma análise mais cuidadosa*. Zafar (2007: 105) resume assim a cooperação da China em África

As empresas chinesas estão a extrair petróleo em Angola e no Sudão, a construir estradas na Etiópia, a trabalhar com o sector eléctrico no Quénia, a construir infra-estruturas e a desenvolver a indústria do turismo na Serra Leoa, e fazer manutenção de redes de telemóveis no Quénia e na Nigéria. Ao longo da África Sub-Sahariana, as empresas chinesas estão a construir infra-estruturas vitais, incluindo barragens, portos e estradas, e a ajudar a renovar escritórios do governo e outros edifícios.

Não obstante este facto, o autor faz igual referência ao *desenvolvimento de uma rede de comércio, ajuda e investimento* que abarca quase todo o continente que se consubstancia com a corrida desenfreada à obtenção de concessões para exploração dos recursos naturais de África.

### 2.2.2. O CASO DA ÍNDIA

Os laços históricos que existem entre África e Índia servem de razão para que se mantenham algumas relações comerciais centenárias. Chauvin e Gaulier (2002: 29) referem, sobre esta questão, o comércio marítimo feito entre Dar es Salaam e Bombaim, salientando que a *Índia é assim o primeiro cliente da Tanzânia*. Não se estranham portanto as cimeiras que têm sido levadas a cabo no sentido de definir estratégias de cooperação entre estes dois actores, desde a Conferência de Bandung em 1955 (Mohanty e Chaturvedi, 2008: 1). Mohanty e Chaturvedi (op. cit.: 2) referem ainda:

a emergência da Índia e da África no cenário económico global é um fenómeno recente. No passado, as duas regiões tinham recursos limitados para complementar os esforços de ambos no sentido de estabelecer um nicho na economia global. A Índia sofria de uma "taxa de crescimento hindu" durante o período pós-independência enquanto África sofreu uma diminuição da sua parcela global de exportações, especificamente as exportações de produtos primários, a

partir da década de 1980. As relações comerciais tiveram o seu ponto de partida durante um período de reformas económicas globais no final da década de 1990.

Não serão inocentes estas coincidências cronológicas entre o fim da Guerra-Fria, as independências dos Estados do antigo Bloco Socialista e a aproximação comercial da Índia a África, todas elas têm a sua explicação histórica.

Através do *India-Africa Forum Summit 2008* realizado em New Delhi (AU, 2008) definiu-se um quadro de cooperação sustentado *na riqueza histórica das relações entre ambas as partes*. Um quadro cooperativo que compreende todos os sectores de actividade que afectam a sociedade e a sua envolvência, e que se alinha num necessário paralelismo com as estratégias definidas pelos MDG. A Índia, a par da China, torna-se um parceiro de África com importância extrema no seu desenvolvimento e crescimento. A OECD (Goldstein *et al*, 2006: 4) vê assim as economias emergentes asiáticas

[P]odemos pensar nos gigantes asiáticos como modelos de crescimento, definidores de preços globais, inclusive para as taxas de juros, mercados potenciais, concorrentes, financiadores e determinantes da política.

Goldstein *et al* (op. cit.: 6) sustentam que a entrada destes Estados irá alterar umas regras e criar outras, juntando ao plano político internacional um maior número de actores que, apesar de receptores de ajuda, passam também a definir-se como Estados doadores.

O conjunto de países que compõe os BRICS é actualmente o *mais dinâmico da economia mundial*, de acordo com Subacchi (2008: 491-492)

A razão pela qual China, Índia, Brasil e Rússia surgiram como os novos pólos no sistema económico multipolar, ao lado dos Estados Unidos (o antigo centro), da Europa e do Japão (a antiga periferia), não é apenas devido à dimensão das suas economias, mas também ao seu enorme potencial para um forte crescimento e acumulação de capital. Estes são países com o potencial para influenciar as relações internacionais.

A esfera de influências é, portanto, muito abrangente e consolida de certa forma a posição internacional das economias em ascensão. Porém, não se pode considerar esta afirmação como um dado adquirido pois existe uma maior difusão do poder sem que haja uma sua distribuição equitativa, sendo que estes novos actores, apesar de terem aumentado a sua capacidade de movimentos através da sua intervenção, não o conseguiram necessariamente em termos de influência (Subacchi, op. cit.: 496).

Goldstein (op. cit.: 69), continuando a referir-se à China e à Índia e à sua relação com África, acentua a necessidade de se envidarem esforços no sentido de rentabilizar, por meios sustentáveis, a exploração dos recursos naturais africanos. O autor (op. cit.: 75) chama ainda a atenção para a necessidade de os doadores (OECD/DAC e parceiros) continuarem a usar de forma

consistente e coerente os instrumentos de política que têm ao seu dispor para manter vivo o diálogo da *globalização inclusiva*. É agora altura de firmar os acordos anteriores (e.g. Cotonou) e colocar em prática as suas resoluções, aproveitar a competição entre doadores (e.g. China e Índia) e atender à liberalização global do comércio e, através destes meios, encontrar *mecanismos apropriados para defender preferências comerciais concedidas aos países africanos*. Neste sentido Goldstein sublinha que os doadores, no caso os chamados *tradicionais*, têm de fazer uma análise em relação às suas políticas de ajuda externa direccionadas para a redução da pobreza e para a diversificação económica, e ajustá-las à expansão indiana e chinesa. Uma adaptação à referida nova ordem económica.

A Índia, citando Mohanty e Chaturvedi (op. cit.: 8-10), usufrui de instrumentos privilegiados para as suas relações de comércio com África, os *Regional/Bilateral Trading Arrangements* (RTA/BTA), através dos quais desenvolvem as suas trocas comerciais,

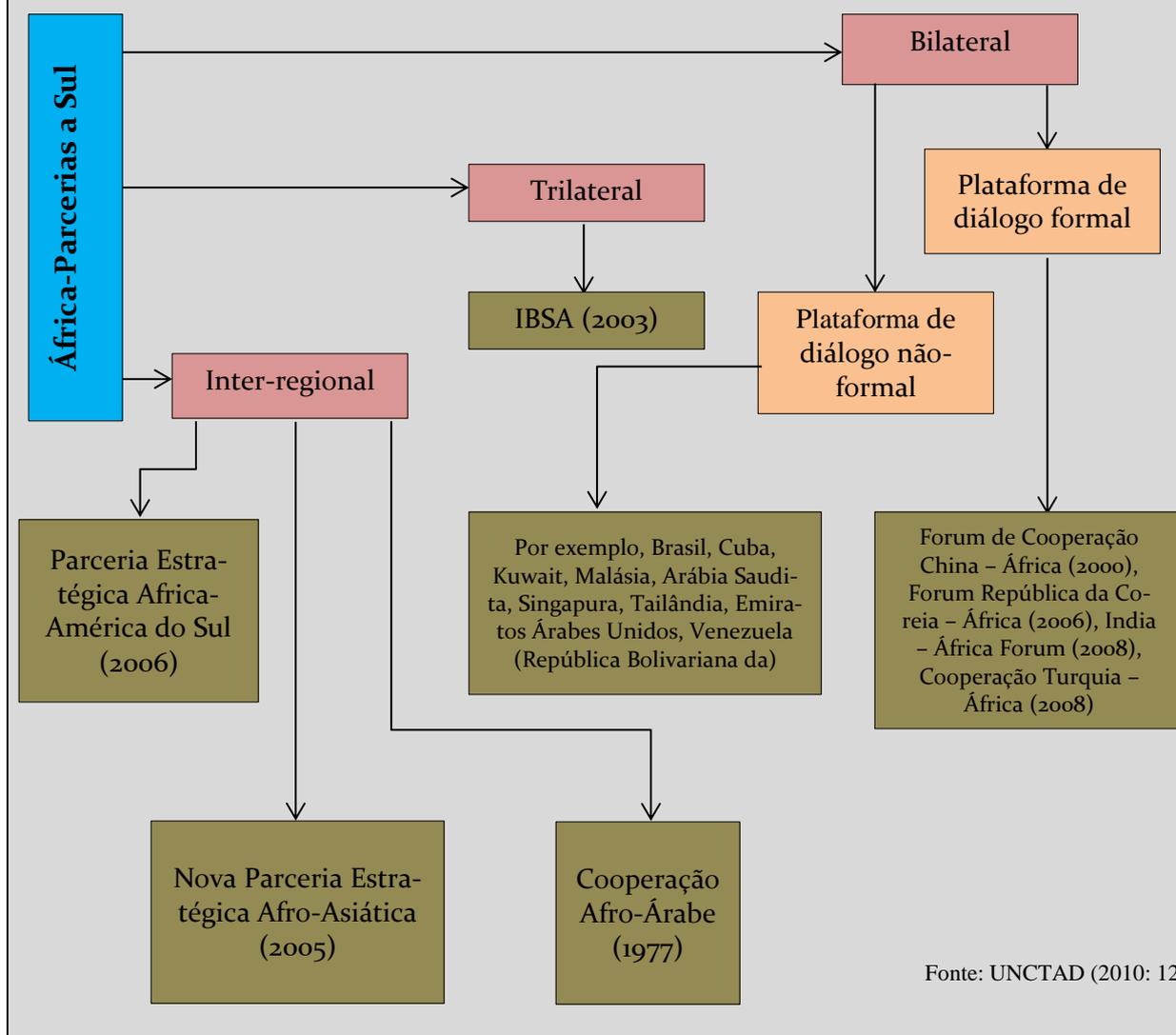
Em termos de exportações para a Índia, o Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) é o maior bloco regional, enquanto outras importantes fontes de importações da Índia são a Economic Community of West African States (ECOWAS), a Southern African Development Community (SADC) e a East African Community (EAC).

Yang e Gupta (2005: 29-32) defendem que, apesar das relações comerciais transcontinentais serem privilegiadas, África tem de estruturar os seus esquemas regionais de acordo com as suas pretensões e necessidades, primeiro dentro do seu espaço geográfico – considerando taxas aduaneiras e custos de transporte transfronteiriço – e, depois, com os seus parceiros externos.

### **2.2.3. OUTROS ACTORES A SUL**

São diversas as parcerias que África desenvolveu a Sul como se pode verificar pela Figura 1. Porém, convém entender-se uma questão geográfica, quando se diz que estas parcerias, estes acordos - comerciais, aduaneiros - são feitos a Sul, está a fazer-se uma referência aos doadores tradicionais que, por norma, se situam mais a Norte. A Europa, o Japão ou os EUA/Canadá. Note-se que a questão da Federação Russa se torna um caso particular por alinhar com os países mais a Sul e por não fazer parte do OECD/DAC. Também é um facto que o passado histórico recente teve alguma influência na questão do enquadramento geopolítico da Federação Russa.

Figura 1 - Parcerias Desenvolvidas por África com Doadores do Sul



Outros doadores emergentes que também devem ser considerados, para além dos casos particulares da China e da Índia, parte desta *elite* emergente, são o Brasil, a Federação Russa, a África do Sul, a Turquia, a Coreia do Sul ou a Arábia Saudita, entre outros. O Brasil enquadra-se nas lógicas de cooperação com o continente africano não apenas através da História comum, mas também por ser membro do *India-Brazil-South Africa Dialogue Forum* (IBSA) e do BRICS. O IBSA é uma plataforma de diálogo que pretende abranger os diversos campos de cooperação (UNECOSOC, 2008: 17; RoA, 2010: 8) – *agricultura, comércio, cultura e defesa, entre outros*.

O Brasil não é um doador recente, desde a década de 1960 que os países em desenvolvimento usufruem da abordagem universalista da cooperação brasileira que, na década de 1980, teve o seu auge em termos de crescimento. Vaz e Inoue (2007: 2-4) acrescentam:

(...) durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil estendeu a mão a África como uma forma de reforçar a sua influência no sistema internacional e abordar a sua vulnerabilidade no sector energético. Além disso, o Brasil tentou servir como ponte entre os países europeus e africanos, ainda que estes últimos não mostravam dispostos a acompanhar esta iniciativa.

O enfoque desta cooperação situava-se nas áreas da *educação, desenvolvimento empresarial, telecomunicações, desenvolvimento social relacionado às questões de género e desenvolvimento, relações entre as organizações internacionais e da sociedade civil* (op. cit.: 7).

Por seu lado a Federação Russa, perante um avultado investimento directo de USD\$ 3 bilhões no sector dos recursos naturais da África Meridional (Gerasimchuk, 2009: 10), no final da primeira década do séc. XXI, teve de optar por uma de duas hipóteses para acompanhar o mercado competitivo que se desenrola em África, em que a primeira consiste em seguir o caminho de outros investidores desenvolvidos e a segunda sugere a aplicação da política externa de cooperação da antiga União Soviética, que se revelou vantajosa para ambas as partes. Gerasimchuk (op. cit.: 48) salienta que a questão da crise financeira de 2008 que assolou a economia mundial, embora negativa, criou espaços para que a sustentabilidade ambiental se tornasse um factor de desenvolvimento ao incentivar a diminuição da procura exagerada dos recursos naturais de África, e neste sentido toda esta nova ordem mundial proporciona uma diversificação económica mais forte, ressaltando como conclusão o seguinte:

Além disso, enquanto no período de 2009-2011 a realização de grandes projectos de investimento por empresas russas na África do Sul é improvável, dadas as limitações de capital que enfrentam, este período pode muito bem proporcionar as melhores oportunidades para a cooperação entre russos e empresas do Sul de África em áreas como as tecnologias, energia e economia de recursos e desenvolvimento de energias renováveis.

Acima de tudo a continuidade de uma cooperação sustentável com o continente africano resume-se na capacidade dos doadores emergentes, a par com os tradicionais ou mesmo influenciando-os, contornar as situações adversas trazidas pelo descalabro económico através de acções menos perversas em termos ambientais e, em consequência, económicos, tal promoverá um crescimento estável e duradouro.

### 3. A POLÍTICA DE AJUDA JAPONESA

A evolução dos números da ajuda dada pelo Japão aos diversos países em desenvolvimento, de acordo com os dados da OECD, deixam clara a intenção japonesa de uma integração no panorama internacional desde o período em que as metas de desenvolvimento começavam a estar na ordem do dia, a década de 1960 - já anteriormente intitulada pela UNGA como a primeira década do desenvolvimento. Nesse sentido evidencia-se a ajuda dada à Ásia a partir dessa década e mais tarde, de forma significativa, a África (Tabela 8).

Tabela 8 – Evolução da Ajuda Bilateral Japonesa a Nível Global aos Países em desenvolvimento entre 1960 e 2012 (\$USD milhões)

	Africa Total	Africa - North of Sahara Total	Africa - South of Sahara Total	America Total	North & Central America Total	South America Total	Asia Total	Middle East Total	South & Central Asia Total	Far East Asia Total	Europe Total	Oceania Total
1960	0.06	0.04	0.02	-4.8	0.02	-4.82	82.12	0.05	38.01	44.06	0.01	..
1961	0.07	0.04	0.03	3.34	0.02	3.32	93.32	0.25	37.28	55.79	0.03	..
1962	0.14	0.03	0.11	-6.08	0.05	-6.12	86.67	0.2	34.78	51.69	0.03	..
1963	0.18	0.05	0.13	8.65	0.07	8.58	119.06	0.22	71.22	47.62	0.05	..
1964	0.72	0.06	0.65	-11.51	0.1	-11.61	116.79	0.26	68.81	47.71	0.03	..
1965	0.52	0.05	0.47	19.75	0.1	19.65	205.72	0.21	98.04	107.47	0.1	..
1966	0.75	0.09	0.66	17.4	0.15	17.25	216.21	0.21	88.23	127.77	0.11	..
1967	1.08	0.11	0.97	-0.17	5.52	-5.69	343.76	0.31	75.74	267.51	0.67	..
1968	1.98	0.16	1.82	-8.57	0.53	-9.1	321.7	0.47	135.75	185.48	1.64	..
1969	4.06	0.27	3.79	-13.14	0.46	-13.6	345.47	2.73	75.63	267.01	2.56	0.01
1970	8.45	0.26	8.19	-15.01	0.51	-15.52	377.82	12.2	88.52	276.95	-0.83	0.01
1971	12.77	0.34	12.43	-11.18	0.77	-11.95	428.85	3.7	104.02	320.94	-0.8	0.09
1972	5.42	0.37	5.05	-2.72	1.49	-4.21	468.91	-0.22	87.7	380.72	2.67	0.23
1973	19.98	1.4	18.58	35.24	2.64	32.6	674.73	0.76	175.74	498.23	22.65	2.56
1974	45.98	9.63	34.6	39.51	2.67	36.84	765.44	2.31	170.42	592.71	22.98	4.95
1975	110.62	51.55	59.07	47.21	5.54	41.67	671.79	32.77	155.48	482.77	5.06	4.78
1976	80.89	34.62	46.27	49.47	8.03	41.4	592.47	9.58	171.28	409.31	12.27	7.41
1977	153.35	95.09	57.91	79.23	19.74	59.4	650.27	111.16	174.26	362.69	4.35	0.08
1978	284.44	155.78	128.38	131.79	44.72	86.63	1087.19	158.88	373.56	542.95	2.22	4.64
1979	356.04	147.78	207.72	165.97	33.77	131.91	1361.22	18.18	667.37	663.71	1.84	13.6
1980	371.36	137.53	233.54	118.46	28.46	89.53	1432.3	49.38	587.96	785.83	3.91	11.58
1981	316.88	98.78	217.76	176.51	40.17	135.74	1636.81	32.39	475.98	1127.38	49.14	19.42
1982	368.75	90.6	278.03	184.42	39.19	145.08	1690.14	65.83	553.69	1068.11	24.37	22.63
1983	363.04	76.12	286.8	240.62	83.08	157.38	1687.18	73.5	523.3	1089.28	23.05	17.95
1984	379.94	140.36	239.23	229.02	73	155.05	1637.62	43.61	403.56	1183.9	38.23	25.09

	Africa Total	Africa - North of Sahara Total	Africa - South of Sahara Total	America Total	North & Central America Total	South America Total	Asia Total	Middle East Total	South & Central Asia Total	Far East Asia Total	Europe Total	Oceania Total
1985	383.11	105.08	277.53	224.93	82.92	141.27	1775.89	44.12	529.06	1200.02	27.05	24.09
1986	592.97	141.75	451.1	316.54	155.97	160.23	2587.74	94.21	1075.08	1414.91	73.46	54.7
1987	705.08	111.64	592.84	418	119.36	298.34	3590.15	174.33	1142.15	2271.06	164.58	68.01
1988	1178.05	234.52	943.18	399.3	153.05	246.21	4188.32	153.95	1369.03	2661.7	138.4	93.09
1989	1209.18	127.77	1080.28	563.33	149.44	412.19	4372.14	132.59	1162.05	3074.22	77.67	85.46
1990	1069.46	237.65	830.48	561.24	257.36	300.58	4243.97	103.82	959.61	3176.2	329.06	113.53
1991	1638.52	671.37	966.54	846.91	269.82	575.99	5184.17	659.63	1627.46	2894.8	428.37	110.52
1992	1032.89	146.67	885.35	772.18	322.16	446.21	5697.14	169.11	1064.6	4454.81	25.67	165.61
1993	1296.73	315.39	978.9	737.02	266.13	467.49	5039.4	178.19	1030.24	3817.78	16.51	138.49
1994	1406.81	241.96	1163.33	832.18	410.13	416.78	6023.05	478.99	1941.34	3593.42	23.26	127.06
1995	1615.44	261.29	1352.46	1141.55	606.93	532.01	6150.42	405.1	1616.61	4084.99	49.46	159.87
1996	1331.24	245.33	1083.93	985.86	543.41	440.27	4423.38	290.18	1435.73	2679.97	72.88	197.7
1997	965.94	162.68	793.43	715.03	359.39	354.51	3441.71	370.85	1135.27	1926.38	58.55	159.05
1998	1102.32	151.83	947.98	552.82	159.18	392.5	5637.58	269.91	1720.77	3628.26	65.76	147.16
1999	1213.85	218.64	991.96	814.37	274.91	537.23	6996.67	369.79	1441.35	5164.89	87.99	138.25
2000	1226.12	256.49	967.63	799.55	232.12	565.04	5786.35	324.54	1455.43	3981.96	213.41	151.06
2001	1090.75	238.75	849.9	738.17	295.65	440.7	4405.95	111.01	1467.97	2816.23	-15.24	101.5
2002	700.21	115.29	582.33	592.4	274.53	316.76	4235.58	75.59	1528.5	2612.4	28.4	93.46
2003	703.63	172.18	529.42	463.87	181.49	279.63	3900.99	106.19	1485.91	2285.07	104	52.14
2004	838.49	189.99	646.29	309.28	143.53	164.02	3461.87	691.23	832.91	1911.3	25.83	42.14
2005	1102.62	-36.82	1135.87	408.51	229.79	175.3	7473.15	3504.02	830.77	3100.03	112.96	93.69
2006	2595.83	62.84	2519.34	431.39	284.89	139.23	2899.85	815.71	748.64	1287.84	112.63	76.16
2007	1766.38	65.86	1686.1	225.6	81.71	135.63	2429.48	694.87	626.45	1083.47	134.1	70.29
2008	1571.4	175.69	1279.96	269.45	102.64	157.69	2962.06	1695.7	1250.82	-28.66	342.2	72.93
2009	1498.65	95.47	1299.32	142.61	183.88	-52.78	2555.18	18.53	1439.95	1068.29	319.79	111.89
2010	1887.66	154.9	1663.63	-343.55	320.63	-677.7	3417.2	144.38	2471.17	750.06	637.69	176.3
2011	1708.31	-25.35	1589.76	334.27	69.3	252.22	2432.2	312.02	2611.97	-585.77	172.94	159.05
2012	1724.45	6.45	1673.38	-194.15	26.91	-228.74	3124.65	581.34	2747.48	-328.39	66.57	128.13

Fonte: <http://stats.oecd.org/>

### 3.1.RELAÇÕES ÁFRICA-JAPÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Takagi (1995: 13; Demachi, 2009: 2) sugere que a ajuda externa japonesa, através da assistência técnica, terá tido o seu início em 1954, altura em que, com a sua integração no *Plano Colombo*, se tornou um país doador, nomeadamente devido às indemnizações que teve de efectuar junto dos Estados - *o primeiro acordo de reparação foi concluído com a Birmânia em 1954* (Takagi, op. cit.: 10) - por si afectados durante os anos da IIGM. Porém o contacto com África surgiu, afirma Takagi (op. cit.: 13), na sequência do *Plano Colombo*

[...] o Japão procurou aplicar a "fórmula Colombo" a países não participantes [no Plano Colombo, n.a], através da elaboração de um Plano para o Próximo Oriente e para África e outro Plano para a América Central e do Sul no ano fiscal de 1957

A ajuda externa japonesa teve, no entanto, uma evolução notoriamente diferente da maioria dos Estados doadores, não apenas pelas condicionantes históricas já referidas ou pelo facto de ter sido um Estado receptor de ajuda, mas pela forma como se posicionou – e continua a fazê-lo – entre os mais importantes doadores internacionais.

Sato (2005: 70-71) e Wild *et al* (2011: 14-15) dividem esta evolução em cinco estágios abrangentes, enquanto Fujisaki *et al* (1996/97: 520-521) e Lumumba-Kasongo (1989: 1) fazem a divisão em apenas quatro fases. Veja-se na Tabela 9 que as diferenças se pautam por questões de pormenor em termos cronológicos e, em parte, históricos. Fujisaki *et al* consideram que a fase em que o Japão foi um país receptor de ajuda externa deve ser vista como, digamos, uma rampa de lançamento para as políticas japonesas de APD, o que talvez possa ser justificado com a análise de Takagi (op. cit.) que refere o Programa de Assistência Técnica japonês e a sua ligação com as Nações Unidas em 1952 ou, a par desse facto, as cláusulas assinadas dentro e à parte do *San Francisco Peace Treaty*.

Tabela 9

<b>Estágios de Desenvolvimento da APD Japonesa</b>	
<b>Makoto Sato (2005)</b>	<b>Fujisaki <i>et al</i> (1996/97)</b>
<b><i>De 1954 a 1973: O início da ajuda japonesa até à primeira crise do petróleo</i></b>	<i>(...) o Japão começou seu período do pós-guerra como um importante receptor de ajuda externa. Um total de \$5 biliões foi fornecido pelos Estados Unidos entre 1946 e 1951. Japão recebeu trinta e quatro projectos de empréstimo no valor de cerca de \$860 milhões do Banco Mundial (...)</i>
<b><i>De 1974 a 1980: Entre a primeira e a segunda crise petrolífera</i></b>	<i>(...) A Segunda etapa da história da APD do Japão começou em 1954, quando aderiu ao Plano Colombo para alargar a cooperação técnica aos países asiáticos (...)</i>
<b><i>De 1981 a 1988: Período de expansão rápida da ajuda japonesa</i></b>	<i>(...) Japão entrou no terceiro período da história ODA após a conclusão das indemnizações de guerra em 1976, quando se iniciou um período de expansão sistemática (...)</i>
<b><i>De 1989 a 2000: Período em que o Japão se tornou o maior doador internacional e começou a envolver-se em questões de política internacional</i></b>	<i>(...) em 1989, o Japão entrou no quarto estágio no desenvolvimento da história APD como ele se tornou o maior doador de ajuda externa bilateral com o seu desembolso líquido de \$9 biliões (...)</i>
<b><i>De 2001 até ao presente: Período em que o Japão tem enfrentado uma alteração nos debates internacionais de ajuda humanitária e os desafios domésticos</i></b>	

Fonte: Makoto Sato (2005: 70-71) e Fujisaki *et al* (1996/97: 520-521)

Usando os estágios de Sato pode-se contextualizar o percurso cronológico da APD japonesa em África e, de certa forma, compreender a razão pela qual o Japão optou pelo investimento no futuro africano. Inicialmente, devido aos compromissos internacionais mantidos com os aliados ocidentais, nomeadamente os EUA, desde o pós-guerra, o Estado japonês mostrou o seu aspecto mais parcial, cuja política externa, que Carvalho (2009: 126) define como diplomacia dualista entre uma África Branca e uma África Negra, passava pelo apoio a Estados africanos, alguns com regimes minoritários brancos, pró-americanos e anticomunistas – África do Sul, Rodésia, Namíbia, Portugal. No sentido de se desligar desta imagem, o Japão pretendeu criar laços, através do movimento Afro-asiático criado pela Conferência de Bandung, com os países emergentes do 3º Mundo (Carvalho, op. cit.). Porém, o objectivo do Japão era meramente o de estabelecer relações e representações diplomáticas (TCSF, 2005: 23).

Na década de 1960, sustenta Carvalho (op. cit.: 127), a não ratificação pelo Japão das sanções aprovadas na 17ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), que puniam a África do Sul com boicotes ao comércio mercê do seu regime de *Apartheid*, custou ao governo japonês a oposição ao seu desejo de ocupar um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) por parte de outros Estados africanos, provocando um *volte-face* nas opções políticas japonesas. Desde este ponto de viragem, em 1965, até à década seguinte ou, aproveitando os estágios de Sato, até à primeira crise petrolífera (1973), África foi sempre reconhecidamente um assunto secundário, uma perspectiva que se alterou devido às mudanças que foram surgindo no mundo e, conseqüentemente, na política externa dos diversos actores (Carvalho, op. cit.). Takagi (1995: 18) deixa uma nota importante referindo que no ano de 1973 o Japão se tornou um dos membros fundadores do *African Development Fund* (AfDF). A necessidade japonesa dos recursos naturais de África teve, perante a *noção da sua vulnerabilidade* (Takagi, op. cit.: 30), um efeito persuasor a partir de 1973, tendo aumentado o volume de ajuda externa a África

O Japão decidiu pela primeira vez a usar a ajuda externa como ferramenta diplomática; o governo japonês enviou uma missão de alto nível para o Médio Oriente com uma promessa de ajuda. No final de 1970, o Japão começou a colocar uma ainda mais pesada ênfase na dimensão política da ajuda externa, invocando a noção de "segurança nacional integral" (Yasutomo, 1986). Esta politização da ajuda japonesa resultou de uma série de crises externas, incluindo as invasões do Afeganistão e do Camboja, a crise iraniana, e a segunda crise petrolífera.

Ainda em 1973 (TCSF, op. cit.), o governo japonês anunciou cortes estratégicos nas relações com a África do Sul.

A década de 1980 trouxe um novo olhar sobre as opções de ajuda externa japonesa, notando-se uma *preocupação mais humanitária* (Carvalho, 2012: 77), um outro modo de mostrar o seu

desejo em assumir um lugar no UNSC (Court *et al*, 2005: 7). Neste âmbito, refere Carvalho (2009: 128), (...) *o Japão aumentou a ajuda a países que faziam fronteira com conflitos e áreas importantes para manter a paz e estabilidade do sistema internacional*. Takagi (1995: 30) complementa esta ideia ao referir que o sentimento existente, nesta época, de contrariar os críticos que comentavam *o superavit da conta corrente do Japão e do seu baixo nível de gastos com a defesa*, evoluiu para a criação de metas a médio prazo (Tabela 10) no âmbito da ajuda externa.

Tarrósy (2012: 54) relaciona ainda *as medidas de austeridade provenientes do regime de ajustamento estrutural (...), ou as pressões sociais decorrentes das instituições doadoras internacionais* com a entrada japonesa em África.

Tabela 10

<b>Metas de APD a médio prazo do Japão, 1977-1997</b>			
	Data Anunciada	Período Coberto	Meta (Resultado)
<b>1ª Meta</b>	Junho de 1977	1978-1982	Duplicar o valor da APD de 1977 de \$1,42 biliões para \$2,85 biliões num prazo de cinco anos (meta revista)
<b>Revisão</b>	Julho de 1978	1978-1980	Duplicar o valor da APD de 1977 no prazo de três anos (cumprido com êxito; o valor de 1980 foi de \$3,3 biliões)
<b>2ª Meta</b>	Janeiro de 1981	1981-1985	Duplicar o montante acumulado de 1977 de \$10,68 biliões, conseguido entre 1976 e 1980 para \$21,4 biliões para o período entre 1981 e 1985 (\$18,1 biliões ou 84,6% da meta foi atingida)
<b>3ª Meta</b>	Setembro de 1985	1985-1992	Duplicar a APD de 1985 de \$3,8 biliões num prazo de sete anos e alcançar um total cumulativo de pelo menos \$40 biliões para o período de sete anos a partir do final de 1985 até 1992 (meta revista)
<b>Revisão</b>	Mai de 1987	1985-1990	Para colocar acima a data prevista por mais dois anos (substituído pela 4ª Meta)
<b>4ª Meta</b>	Junho de 1988	1988-1992	Duplicar a APD acumulada de \$25 biliões alcançados entre 1983 e 1987 para, pelo menos, \$50 biliões entre 1988 e 1992 (o valor efectivo foi de \$49,4 biliões)
<b>5ª Meta</b>	Junho de 1993	1993-1997	Aumentar o investimento actual de APD, de \$70 biliões para \$75 biliões, para o período de cinco anos

Fonte: Takagi (1995: 31)

A partir da década de 1990 o governo japonês integrou várias missões humanitárias e de manutenção de paz por todo o mundo (MoFA, 2011: 5) Em África há que assinalar a integração na *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ), onde esteve presente entre Maio de 1993 e Janeiro de 1995, as *Humanitarian Relief Operations* (HR) entre Setembro de 1994 e Dezembro de 1994, no Ruanda ou as *United Nations Missions in Sudan* (UNMIS), desde

Outubro de 2008 até 2011. Para além destas há que referenciar os esforços de consolidação da paz (*peacebuilding*) desenvolvidos noutros pontos do continente africano (Tabela 11) e o suporte dado aos diversos Centros de Treino das Operações de Manutenção de Paz (*PKO Training Centers*) – Egipto, Mali, Benim, Gana, Nigéria, Camarões, Quénia, Ruanda, África do Sul.

Tabela 11

<b>Esforço do Japão para a Consolidação da Paz em África</b>	
<b>Chade / República Democrática do Congo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projecto de desminagem em países da África Central (UNMAS)</li> </ul>
<b>Guiné-Bissau</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de competências especiais para as gerações mais jovens (PNUD)</li> <li>• Suporte para a eleição presidencial (PNUD)</li> </ul>
<b>Guiné</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte para eleições parlamentares e presidenciais (PNUD)</li> </ul>
<b>Libéria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contramedida para armas ligeiras e projecto para promover o desenvolvimento comunitário (PNUD)</li> </ul>
<b>Gana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte para a prevenção de conflitos na região norte (<i>The Trust Fund for Human Security</i>)</li> </ul>
<b>República Democrática do Congo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte para a construção da paz na província de Ituri (<i>The Trust Fund for Human Security</i>)</li> <li>• Apoio à polícia de fronteira na região leste (IOM) Angola</li> <li>• Desminagem mecânica na província do Bengo (ONG Japonesa)</li> </ul>
<b>Sudão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envio de Forças de Autodefesa para a Sede da UNMIS</li> <li>• Suporte para o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), eleições gerais, referendos e reforço das capacidades da polícia</li> </ul>
<b>União Africana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte para Painel dos Sábios da AU (<i>African Peace Fund</i>) Djibouti</li> <li>• Fortalecimento do sistema de referência para refugiados somalis e etíopes (ONG's japonesas)</li> </ul>
<b>Somália</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte de apoio humanitário e de criação de emprego</li> <li>• Apoio a melhoria da segurança (controle de fronteiras, polícia, recolha de armas de pequeno porte (UNDP), AMISOM (AU Missão Somália), etc.)</li> </ul>
<b>Corno de África / Região Africana do Grande Lago</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolha e eliminação de armas de pequeno porte (UNDP)</li> </ul>
<b>Burundi</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à transição para a vida civil dos ex-combatentes (UNDP)</li> <li>• Suporte para as eleições presidenciais, parlamentares e regionais (UNDP)</li> </ul>

Fonte: MoFA (2011a: 5)

Esta foi também a década em que foi desencadeado o Processo TICAD (*Tokyo International Conference on African Development*), sobre o qual se falará com pormenor no Capítulo IV desta Dissertação, que, em si, é o futuro da APD japonesa.

Raposo (2010b), baseado numa análise a diversos autores, propõe sete pontos que justificam uma visão global sobre a aproximação do Japão ao continente africano. O primeiro ponto re-

fere uma *aproximação comercial ou mercantilista*. Raposo (op. cit.: 40-42) afirma que, embora possa existir uma visão distorcida perante o interesse comercial de um doador, por de pauperar as condições dos países de baixos rendimentos em detrimento da capacidade que outros tenham para fazer face à oferta dos doadores, em exportações e importações, o caso do Japão sustenta-se no seu expansionismo industrial, ou seja, as empresas japonesas contribuíram para que o governo desenvolvesse uma política de ajuda externa baseada nas trocas comerciais

O segundo ponto promove a *aproximação estratégica e política* (Raposo, op. cit.: 42-44), onde prevalece, anexado ao espírito da Guerra-Fria – *a importância relativa dos países africanos aumentou quando China e União Soviética, na década de 1970, procuraram aumentar a sua influência em África* -, o desejo de ganhar relevância política junto de entidades como as Nações Unidas.

O terceiro ponto enfatiza a ideia de que *o Japão apenas altera a sua política por meio de pressões exteriores* (Raposo, op. cit.: 44-47), a *aproximação do Estado reactivo* resume-se à questão das influências decorrentes das imposições internacionais, nomeadamente por parte dos EUA, relativas aos encargos da IIGM e às contingências inerentes no que respeita, por exemplo, aos impedimentos militares. Questões fundamentais na determinação da política de ajuda externa preconizada pelo Japão.

O quarto ponto refere a *aproximação burocrática* (Raposo, op. cit.: 47-50), que pode ser considerada como uma competição interna entre três ministérios e uma instituição (*big-four*) responsáveis pela elaboração dos programas de ajuda externa: Ministério das Finanças (MoF), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MoFA), Ministério do Comércio e Indústria Internacionais (MITI) e a Agência de Planeamento Económico (EPA). A não concertação do *big-four* implica o surgimento do sector privado e, sequencialmente, o aumento do seu poder como actores decisores do processo de ajuda.

A *aproximação do Estado proactivo*, quinto ponto, analisa a questão das influências e da identidade própria do Japão na sua política para África (Raposo, op. cit.: 50-52). Em justificação deste ponto Raposo aponta a revisão da APD japonesa feita em 2003, altura em que o processo TICAD completou dez anos e onde começou a ser implementado o conceito de segurança humana.

O sexto ponto, a *aproximação humanitária* (Raposo, op. cit.: 52-53), para além de elevar o sentimento de altruísmo político associado ao Japão, fundamenta-se em experiências anteriores desenvolvidas na Ásia – onde começou a ser aplicada a ajuda internacional japonesa – cujo sucesso é globalmente inequívoco. As crescentes preocupações das Nações Unidas em

relação aos problemas sociais em África criados pelos conflitos constantes e duradouros, catástrofes naturais, fome e pobreza, encontraram na política de ajuda externa japonesa um caminho para atingir os objectivos propostos pelos MDG. Também a politização destes aspectos permitiu ao Japão fortalecer as suas pretensões nas questões de política internacional, granjeando apoios para a sua ascensão ao UNSC.

O último ponto desta análise, a *aproximação pelo desenvolvimento* (Raposo, op. cit.: 53-57), realça o *papel proeminente obtido pelo Japão entre o final da década de 1980 e o início da de 1990*. Neste ponto Raposo salienta a importância do processo TICAD numa política de desenvolvimento global e a sua incidência fulcral nos problemas dos países menos desenvolvidos – sobretudo da África Sub-Sahariana - numa altura em que, considera, existiu um excesso de *negligência por parte da maioria dos doadores bilaterais*.

### 3.2.OS PRINCÍPIOS DA APD JAPONESA

O governo japonês circunscreveu a sua política de assistência externa aos países em desenvolvimento aos princípios adoptados pelas Nações Unidas (MoFA, 2003b: 5; MoFA, 2010: 165), sublinhando a não-envolvência japonesa nos assuntos internos de países terceiros, bem como a necessidade de cada país manter a sua soberania. Porém, o Japão procedeu a um aprofundamento destes princípios bem como a uma adaptação dos mesmos às circunstâncias que se foram alterando ao longo da História. Nesse sentido, a reformulação da *Japan's Official Development Assistance Charter* (MoFA, 2003a: 1) em 2003 – a primeira versão tinha sido aprovada em 1992 - veio clarificar os objectivos da APD e esclarecer a determinação do Japão em participar de forma mais activa e eficaz no xadrez da política internacional de ajuda. Sato (2005: 72) regista a evolução dos princípios desde o início da diplomacia de ajuda japonesa

Alguns princípios práticos foram gradualmente formulados pelas autoridades japonesas envolvidas na ajuda ao desenvolvimento, como o princípio da ajuda "*on-request basis*" e ênfase no apoio aos "*self-aid efforts*" dos países beneficiários. O primeiro significa que o Japão irá responder ao pedido de ajuda para o projecto de desenvolvimento somente quando os países beneficiários derem início ao planeamento e propuserem projectos por si mesmos. O último implica que, embora o Japão dê assistência financeira e técnica na fase inicial, uma vez que o projecto é iniciado, os próprios países beneficiários assumem todas as responsabilidades, não apenas para a gestão económica, mas também para assuntos sociais, políticos e outros relacionados com o projecto, o que pode acontecer posteriormente.

A *Japan's Official Development Assistance Charter (ODA Charter)* baseia-se no princípio da implementação da APD que, como já se referiu, se define pelos princípios da UN e que, tendo em atenção os MDG, se dissemina por objectivos globais (MoFA, 2003a: 5) que abrangem:

- 1) A necessidade de uma preocupação conjunta com a temática do meio ambiente, o seu desenvolvimento e conservação, que se subleva sob o *princípio das responsabilidades*

*comuns mas diferenciadas* – amplamente referido no *Kyoto Protocol* e na *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) - perante o qual os *países desenvolvidos devem unir esforços para diminuir a emissão de gases de estufa para permitir um desenvolvimento sustentável e, assim, erradicar a pobreza* (MoFA, 2010: 18);

- 2) O estabelecimento de regras para o uso dos recursos da APD é um facto incontornável e, nesse sentido, a *ODA Charter* pretende que esses recursos não possam ser utilizados para fins militares. Raposo (2012: 18-17) reafirma o altruísmo japonês ao referir que a política seguida, nomeadamente após o lançamento do Processo TICAD, se *foca nas pessoas e não nos Estados*, justificando-se a renúncia a uma presença militarista em África e salvaguardando a *autonomia nacional e as relações de parceria, a consolidação da paz e a segurança humana*. Hirata (2002: 30) sustenta que o facto de o Japão não ter quaisquer ligações militares desde a IIGM, lhe permite um uso mais abrangente da componente diplomática e económica.
- 3) A criação de condições para que se desenvolva uma análise fidedigna às tendências dos gastos praticados pelos receptores na área militar, com especial enfoque nas armas de destruição maciça e no seu comércio com outros Estados ou facções terroristas, no intuito de reforçar a estabilidade internacional. Este ponto será, por certo, o mais delicado. Severino e Ray (2009: 4) lembram que o início do novo século revelou o lado mais sombrio da *nova ordem mundial* com os atentados do 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, facto que alterou políticas e formas de pensar o mundo.
- 4) A promoção de uma democratização à escala dos Estados receptores de ajuda, a orientação de uma economia de mercado eficaz e a defesa dos direitos humanos. O *White Paper 2009* (MoFA, 2010: 101) refere que a existência de quaisquer dúvidas sobre países cujo poder político seja dúbio, no que concerne à democraticidade dos processos, é vista com extrema precaução. Tal facto condiciona a forma de ajuda a esses países e as garantias de que essa ajuda tenha a eficácia desejada.

Num aspecto mais generalista pode considerar-se que a política de ajuda japonesa abrange igualmente os cinco princípios da Declaração de Paris (OECD, 2006: 4-11) - embora esta seja posterior à renovação da *ODA Charter* – que incluem alguns pontos do princípio da implementação da APD. Aqui pretende-se que os países ajam de forma responsável criando estratégias próprias para prosseguir com a redução da pobreza, valorizando as suas instituições e eliminando a corrupção, permitindo que os doadores sigam paralelamente essas metas num esforço conjunto com os receptores e através dos recursos locais existentes. A Declaração de

Paris pretende ainda uma harmonização por parte dos doadores para que se evite a repetição de acções. Sublinhe-se que a pretensão japonesa em desmistificar a dimensão da questão da ajuda e dos seus problemas, através da aceitação de princípios declarados por diversas instituições ou acordados em convenções, se afirma através da aceitação, em 2013, da *International Aid Transparency Initiative* (IATI) formulada em 2008 no *3<sup>rd</sup> High Level Forum on Aid Effectiveness* de Accra (GHA, 2013: 94)

O IATI é uma iniciativa multilateral que visa melhorar a transparência das informações sobre ajuda para aumentar a sua eficácia no combate à pobreza. A visão do IATI é fornecer um único formato comum para a comunicação transparente de todas as actividades de todos os participantes na prestação de cooperação para o desenvolvimento.

### **3.3.O JAPÃO E A RELAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL**

Será conveniente ressaltar um conceito, o de CSS, e uma chamada de atenção, ambos feitos pelas Nações Unidas (UNECOSOC, 2008: 17)

A CSS refere-se à assistência que os países em desenvolvimento mais avançados providenciam, através da sua própria experiência de desenvolvimento e recursos humanos, a outros países em desenvolvimento.

A UNECOSOC (op. cit.: 3) destaca ainda a necessidade de existir um certo cuidado na análise das formas de financiamento da CSS, sustentando que o mesmo se divide em duas categorias: *a) assistência para o desenvolvimento ou financiamento concessional e b) financiamento não-concessional ou de mercado.*

A CSS tem a sua origem em 1955, na Conferência de Bandung (Kragelund, 2010: 2) - de onde nasceria, posteriormente, o Grupo dos 77 (G-77) -, numa altura em que o conceito de Terceiro Mundo começa a disseminar-se no panorama internacional através do Movimento dos Não-Alinhados (NAM), e o estabelecimento da UNCTAD na década de 1960. O Japão, cuja APD teve o seu início no continente asiático, facto que não permitiu uma relação inicial mais intrínseca com África, desenvolveu políticas muito próximas do espírito de Bandung e adoptou alguns dos princípios da conferência como parte importante da sua estratégia. Como Nesadurai salienta (2005: ii), Bandung pretendeu ser uma exigência, *a voz do Sul* como refere Kragelund (op. cit.), no sentido de sublinhar a necessidade do cumprimento dos *princípios de justiça quanto à gestão dos assuntos internacionais, particularmente o da justiça processual.* A procura de um pluralismo social pós-colonial e o fim da dicotomia geopolítica que mantinha no mundo o sentimento de insegurança exigiam *diálogo, resolução colectiva de problemas e a busca de consensos e compromissos* (Nesadurai, op. cit.). O Japão (Donnelly 2008: 18) assenta os seus compromissos de assistência a África em três pilares fundamentais: *de-*

*envolvimento centrado no Homem, redução da pobreza através do crescimento económico e consolidação da paz.* Baseado nestes pilares, refere, o governo japonês *reafirma a importância da CSS, comércio e investimentos.*

Não obstante o facto de o Japão ser membro do DAC, Osei-Hwedie e Osei-Hwedie (2010: 124) consideram que as suas relações com África devem ser consideradas numa perspectiva intercontinental no âmbito da CSS, uma questão que terá alguma lógica internacional que não conflitua, em hipótese alguma, com o vínculo japonês aos doadores tradicionais. Seguindo esta ideia, o MoFA (2002: 12), através do *White Paper 2001*, sugere que *a promoção da CSS se insere no espírito da ODA Charter japonesa*, algo realçado num estudo efectuado pelo *United Nations Economic and Social Council (UNECOSOC)* para o *Development Cooperation Forum* das Nações Unidas (UNECOSOC, 2008: 14)

O Japão é um dos principais doadores bilaterais de promoção da triangulação na Ásia e outras regiões, na sequência da aprovação da sua ODA Charter de 2003, que identifica a triangulação como uma modalidade de ajuda eficaz.

O *White Paper 2001* (MoFA, op. cit.: 142) faz a apologia das intenções japonesas no que concerne ao apoio dado ao crescimento da CSS. Neste sentido apela-se a um esforço colectivo por parte comunidade internacional, não apenas aos Estados industriais, para que se atinjam os objectivos propostos, com especial ênfase na diminuição dos custos e na sustentabilidade dos recursos naturais. Raposo e Potter (2010: 4; MoFA, 2002: 138) salientam ainda a auto-ajuda que, de acordo com os autores, é o veículo diferenciador entre o Japão e os restantes doadores, e que fomenta os esforços desenvolvidos pelos próprios países receptores para se valorizarem através do *reforço da solidariedade e da auto-suficiência através da implementação da New Partnership for Africa's Development (NEPAD) no enquadramento da CSS.*

A criação do TICAD pelo Japão em 1993 e do FOCAC pela China em 2000 trouxeram à CSS uma nova força em termos internacionais. Raposo e Potter (op. cit.: 31) sustentam que ambos os fóruns se complementam

TICAD e FOCAC compartilham duas características comuns. Primeiro, eles vêem comércio e investimento como cruciais para alcançar um crescimento sustentável em África. Em segundo lugar, a abordagem ortodoxa neoliberal de desenvolvimento baseado no Washington Consensus não exige interacção mútua como membros iguais para resolver os problemas africanos. Conscientes desse facto, TICAD e FOCAC defendem uma abordagem diferente através da CSS. Ambos apoiam o NEPAD, uma iniciativa Africana para o desenvolvimento auto-suficiente introduzida em 2001, que reconhece que os países africanos, entre outras prioridades, devem estabelecer uma cooperação e integração regional para acelerar o comércio intra-Africano.

Numa análise geral o Japão apoia a cooperação a Sul através de programas a médio e longo prazo permitindo que os países beneficiários criem condições de auto-sustentabilidade e que, a par da evolução desses programas, consigam gerir os seus recursos. O *White Paper 2001* (op. cit.: 17) evidencia o *Third Country Training* e os *Third Country Experts Programs* (Tabela 12, *vide* Anexo), existindo ainda outros programas estratégicos, como o *One Village, One Product* (OVOP) – ao qual se dedicará a próxima secção deste capítulo. O *Third Country Training* consiste na distribuição de estagiários, vindos de países receptores de assistência em desenvolvimento, por outros países mais desenvolvidos, sendo que o apoio técnico e financeiro é japonês (Chikowore, 2004: 33). Por seu lado os *Third Country Experts Programs* baseiam-se no envio, de países em desenvolvimento para outros países em desenvolvimento, de técnicos especializados *que providenciam assistência técnica efectiva* (MoFA, 2013: 145).

A Tabela 12, referente ao ano fiscal (FY) de 2012, mostra como foi distribuída, quantitativamente, a componente humana da cooperação japonesa no continente africano.

O Processo TICAD tem aqui um papel de importante destaque. Ochiai (2001: 41) menciona que a Declaração de Tóquio (*vide* anexo, p. 81) saída da TICAD I, para além de abordar diversos objectivos afectos ao desenvolvimento do continente africano, inclui a aplicação em África de experiências de desenvolvimento implementadas na Ásia e realizadas com sucesso. Por seu turno Osei-Hwedie e Osei-Hwedie (2010: 124) esclarecem que, contrariamente à cooperação Norte-Sul, o Processo TICAD procura equilibrar as relações entre os actores criando uma empatia que possa *superar os desafios do desenvolvimento mútuo*. Entre as diversas iniciativas promovidas pelo governo japonês conta-se uma reunião realizada com os doadores emergentes, em 1998, e cujo objectivo foi o de *promover a cooperação afro-asiática como uma forma concreta de CSS* (MoFA, 2002: 150) decisão que foi tomada na TICAD II.

A CSS, perante este cenário, como referem Roy e Andrade (2010: 2), pode ser vista como um *novo paradigma inclusivo* cuja visão é a de permitir que haja um desenvolvimento e um conseqüente crescimento, homogéneo, com o fim de alcançar cada vez maiores índices de sustentabilidade ao nível global. Kragelund (op. cit.: 24) promove a versão macroeconómica global da CSS dando-lhe um papel de decisor ou de *opinion-maker*

Os efeitos da cooperação Sul-Sul não estão apenas confinados aos homólogos africanos; esses efeitos também moldam a ajuda dos doadores tradicionais. Assim, eles precisam de sintonizar as suas políticas e se adaptar a novos papéis à medida que a cooperação Sul-Sul cresce mais forte.

### **3.4. O MOVIMENTO ESTRATÉGICO OVOP – ONE VILLAGE, ONE PRODUCT**

Kurokawa *et al* (2008: 23) escrevem que o projecto OVOP é visto como um *movimento estratégico* que se funde nas *políticas de desenvolvimento regional*, um apoio operado num patamar microeconómico ao nível comunitário (Tembo e te Velde, 2010: 4) que, apesar da suspensão das negociações da *Doha Agenda for Development* (DDA), iniciadas em 2001, o Japão não deixou eclipsar-se (Kurokawa *et al*, op. cit.). De acordo com o *JICA's Annual Report 2007* (JICA, 2007: 54; Kurokawa *et al*, op. cit.: 23) o movimento OVOP pretende transformar a forma de encarar a economia comunitária africana procedendo ao desenvolvimento das capacidades dos cidadãos no sentido de fomentar, em termos práticos, a ideia de redução da pobreza criando *renda e crescimento económico em áreas rurais*.

O *White Paper 2011* do MoFA (2012: 71) define o movimento como um estímulo à pequena produção local, cuja pretensão é desenvolver um mercado receptivo aos produtos tradicionais de forma a revitalizar pequenas economias locais. O sucesso deste movimento deriva da sua implementação na cidade de Oyama, situada na província de Oita, no Sul do Japão, e expandiu-se para diversos países em desenvolvimento em África, na Ásia e na América Latina.

#### **3.4.1. O EXEMPLO DO MALAWI**

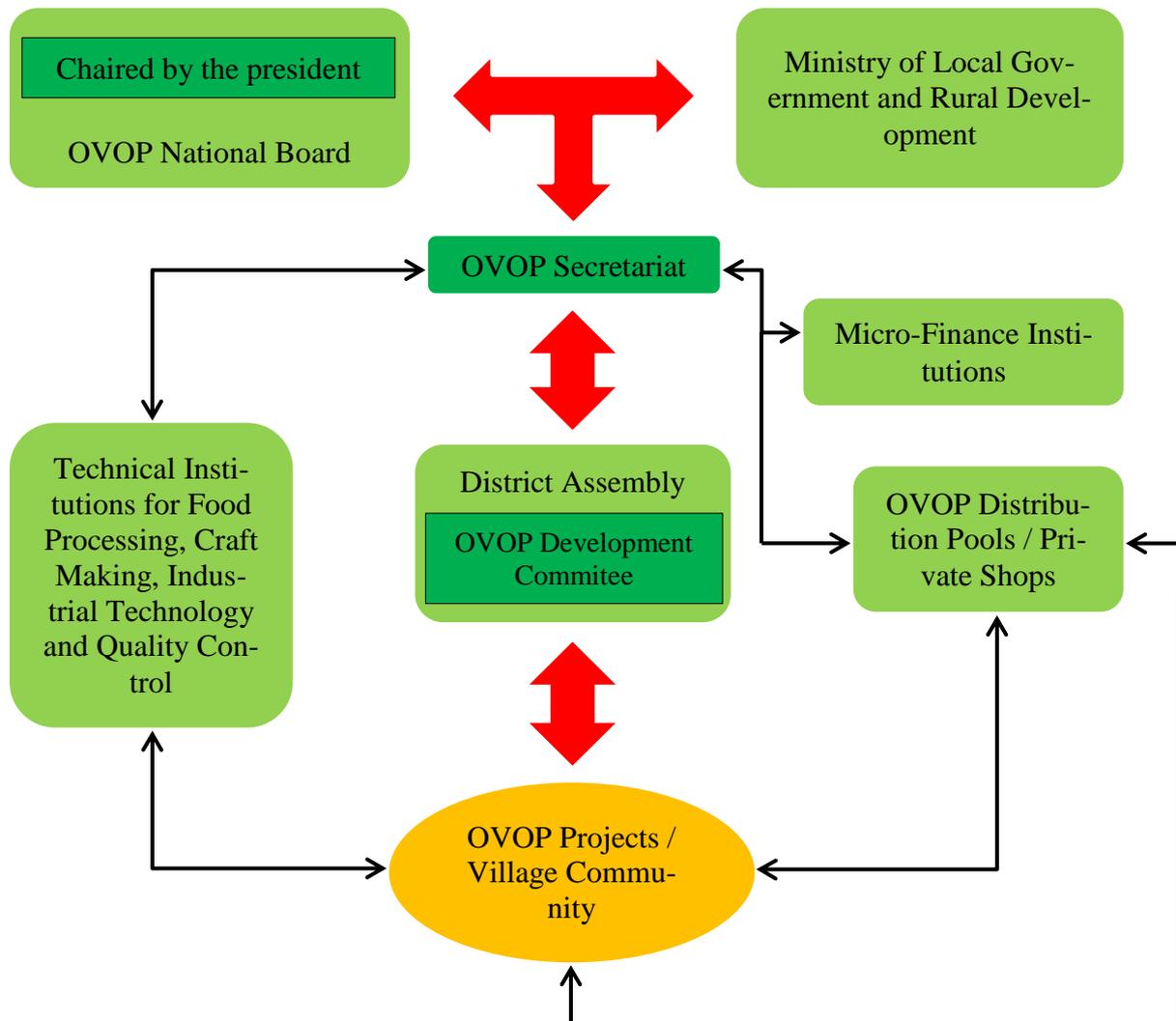
O movimento OVOP do Malawi distribuiu-se por vários grandes grupos. Sendo que muitos deles são cooperativas de produtores, cuja organização é feita por intermédio da Cooperative Facility for África (CoopAfrica), antes da introdução da abordagem ao movimento OVOP. O processo desenvolve-se a partir da aprovação, por parte do governo do Malawi, de grandes cooperativas como grupos OVOP, uma prática divergente da política tailandesa baseada em pequenos grupos comunitários. Note-se que esta questão se deve à diferenciação das realidades asiática e africana (Kurokawa *et al*, 2010: 20-21). Kurokawa *et al* referem ainda que esta participação de cooperativas no OVOP do Malawi contribuiu aparentemente para melhorar os processos de agregação de valor, com relativamente pequenas contribuições financeiras e beneficiando um grande número de participantes. Na Figura 2 explica-se o organigrama institucional do movimento OVOP levado a cabo no Malawi, um dos exemplos de sucesso mais citados (Tembo e te Velde, 2010: 10).

##### **3.4.1.1. CRONOLOGIA**

O Malawi mostrou interesse pelo movimento OVOP pela primeira vez nas reuniões da TICAD I, no entanto seriam necessários dez anos para que se desse início ao processo (Haraguchi, 2008: 23). O movimento OVOP desenvolve-se no Malawi desde Novembro de 2003, data em que se realizou o *OVOP National Workshop*, em Blantyre (Malawi), em consequência

estabeleceu-se em Dezembro desse ano o Secretariado do movimento no Ministério da Agricultura do Malawi. Em Abril de 2004 publicou-se o *OVOP Strategic Plan and Project Operational Manual* (Gondwe, 2007: 4).

Figura 2 - Contexto Institucional do Movimento OVOP no Malawi



Fonte: Tembo e te Velde (2010b: 11)

Em Junho de 2005 o Secretariado do OVOP foi mudado para o Ministério do Governo Local e do Desenvolvimento Rural, uma vez que, de acordo com Ueda (2010: 7), o plano Estratégico de Redução da Pobreza do Malawi (*Malawi Growth and Development Strategy (2006-11)*) trata o movimento como uma estratégia-chave para um desenvolvimento rural integrado. Em Outubro, a JICA implementou um projecto de assistência técnica com o intuito de desenvolver a capacidade institucional e humana para OVOP do Malawi - *Institutional and Human Resources Development Project* (Gondwe, op. cit.; Kenji, 2010: 10).

### 3.4.1.2. IMPLEMENTAÇÃO E OBJECTIVOS

Em projectos deste género trabalham equipas de peritos técnicos e *Japan Overseas Cooperation Volunteers* (JOCV) em conjunto com o Secretariado OVOP para (JICA, 2007: 54)

(1) estabelecer um sistema que promova o movimento OVOP, (2) realizar seminários para ampliar e ganhar a compreensão do conceito na comunidade, e (3) proporcionar instruções técnicas para grupos de produtores.

Ueda (op. cit.) sustenta que os programas governamentais do OVOP acompanham o progresso de produtos que os grupos de agricultores desenvolvem a partir dos recursos locais disponíveis e que se adaptem às necessidades de mercados internos ou externos. Porém, Gondwe (op. cit.: 14) refere que nem o apoio dado pelo Governo do Malawi não se cinge ao acompanhamento dos progressos, nem é apenas esse organismo que suporta o movimento, indicando também a JICA. Nesse sentido Gondwe refere que as acções do governo passam pela *incorporação do movimento na Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malawi; apoio técnico ao Secretariado ao OVOP; avaliação de projectos; empréstimos a projectos*, embora limitados a valores relativamente baixos - em 2009 havia um valor de apenas USD\$ 0,5 milhões repartidos entre 80% para o governo e o restante para a JICA (Kurokawa *et al*, 2010: 18); *mobilização de mercado; treino*. Enquanto o papel da JICA se fundamenta num apoio contextualizado na *iniciativa “produzir, vender e comprar”*; *assistência técnica para especialistas a curto e longo prazo (em administração de empresas e gestão, processamento agrícola, controle de qualidade, marketing, crescimento)*; *cursos de capacitação; design gráfico; assistência financeira (contribuição de 30 por cento e equilíbrio por beneficiário)*; *máquinas*. Gondwe (op. cit.: 8) considera ainda que os objectivos principais da implementação do movimento OVOP no Malawi se centram na capacitação comunitária pela reeducação através do empreendedorismo e, conseqüentemente, num aumento dos rendimentos.

### 4. O PROCESSO TICAD

De acordo com Aoki (2013: 2) o Processo TICAD foi iniciado em 1993 pelo governo japonês com a intenção de sustentar a sua posição como Estado proactivo (vide p. 42) na assistência aos países africanos menos desenvolvidos. O Afro-pessimismo gerado pelo desinteresse de parte dos doadores ocidentais, no período que precedeu o fim da Guerra-Fria, quando estes se viraram para os países do Leste da Europa – nomeadamente para as antigas repúblicas da União Soviética - e um nível exacerbado de *aid fatigue* sentido durante a chamada *década perdida* de África – 1980 - (Edström, 2010: 12) serviram de mote para o advento do Processo TICAD.

Como resultado do fosso criado pela diminuição das acções de assistência levadas a cabo, principalmente, pelos Estados Unidos e pelos países da União Europeia, o Japão ficou na linha da frente no que respeita aos assuntos sociais e económicos mais prementes em África, em contradição com as relações históricas e governamentais existentes até então (Aoki, op. cit.). A única excepção era a África do Sul, onde havia alguma dependência no que concerne à obtenção de recursos raros essenciais para o Japão.

Convém referir que o estabelecimento do Processo TICAD, como menciona Aoki, pode ter existido inicialmente como uma *hidden agenda* com o intuito de angariar votos para alcançar, no panorama internacional, certos objectivos, como o já referido lugar permanente no UNSC. Não obstante esta questão, a posição do governo japonês quanto ao continente africano não se fez notar apenas depois do referido afro-pessimismo, é anterior a este se tornar uma *moda*, sendo que as acções promovidas serviram para promover o interesse internacional e o cada vez maior envolvimento em África por parte de outros doadores. O objectivo do Processo TICAD baseia-se na premissa de que África não pode apenas ser olhada de fora para dentro, pretendendo-se<sup>12</sup> 1) *promover o diálogo político de alto nível entre líderes africanos e seus parceiros; e 2) mobilizar apoio para iniciativas de auto-desenvolvimento Africano.*

De acordo com Ochiai (2001: 37) o Processo TICAD foi inicialmente apresentado à UNGA, em 1991, como um mecanismo diplomático para cimentar o papel do Estado japonês na comunidade internacional do pós-Guerra-Fria. Através da implementação do Processo TICAD,

---

<sup>12</sup> [www.ticad.net](http://www.ticad.net)

o governo japonês incluiu-se em acções junto do UNDP e do *United Nations Office of the Special Advisor on Africa* (UN-OSAA)<sup>13</sup>.

#### 4.1.TICAD I (1993)

Com a finalidade de apoiar a reforma política e económica em África e evocando a atenção da sociedade internacional para a África, o Japão acolheu a primeira Tokyo International Conference on African Development (TICAD I) em Tóquio com a UNO e a GCA (Global Coalition for Africa), a 5 e 6 de em Outubro de 1993. 48 Países africanos, 12 doadores, EC, 8 organizações internacionais e muitos observadores participaram da conferência.

(<http://www.mofa.go.jp/>)

Como refere Carvalho (2009: 124) os factores que afectam e limitam a política externa japonesa em relação a África são diversos – a questão geográfica, as fronteiras políticas da sua constituição ou a falta de interesses político-estratégicos são dados como exemplos. A primeira cimeira do Processo TICAD foi a forma encontrada pelo Japão para contornar esses problemas, colocando-se na linha da frente da ajuda ao continente africano, mas antes houve ainda um longo caminho a percorrer, os problemas económicos que afectavam África na década de 1980 e a constante necessidade de auxílio social e humanitário, devido a conflitos recentes ou descolonizações tardias, na altura em que o xadrez político internacional entrava numa nova era nascida do colapso do Bloco Comunista, foram factores que lançaram novos desafios aos Estados doadores, nomeadamente ao Japão. Como se pode perceber pelos dados fornecidos pela Tabela 13 a influência económica japonesa teve um crescimento assinalável no que diz respeito à sua posição relativa perante parte dos maiores Bancos de Desenvolvimento Multilateral.

Tabela 13 - Posição Relativa do Japão *vis-à-vis* com os Principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, 1960-1990 (participação percentual do total; Ranking entre parênteses)

Data	IBRD	IDA	ADB	ADF	IDB	AfDB	AfDF
Fundação do Banco	1945	1960	1966	1976	1959	1964	1973
Entrada do Japão	1952	1960	1966	1976	1976	1983	1973
1960	3.3 (8)	3.9 (7)	-	-	-	-	-
1965	3.1 (8)	3.4 (7)	-	-	-	-	-
1970	3.3 (7)	3.3 (8)	-	-	-	-	-
1975	4.0 (5)	7.3 (4)	18.8 (1)	48.5 (1)	-	-	11.3 (2) <sup>a</sup>
1980	5.8 (5)	9.9 (4)	16.9 (1)	44.9 (1)	0.9 (12)	-	15.7 (1)
1985	6.9 (2)	15.5 (2)	16.6 (1) <sup>b</sup>	47.1 (1)	1.1 (11)	4.6 (5)	14.5 (1)

<sup>13</sup> O Processo TICAD conta com o apoio conjunto de diversos co-organizadores, nomeadamente, o Governo do Japão, das *United Nations Office of the Special Advisor on Africa* (UN-OSAA), o *United Nations Development Programme* (UNDP) e do Banco Mundial. Entre outros intervenientes incluem-se todos os países africanos e os parceiros de desenvolvimento, incluindo países asiáticos, países doadores, agências internacionais, Organizações da Sociedade Civil, do sector privado e parlamentos. (<http://www.ticad.net/about/>)

1990	9.0 (2)	19.2 (2)	15.0 (1) <sup>b</sup>	37.0 (1)	1.1 (11)	4.9 (4)	14.2 (1)
------	---------	----------	-----------------------	----------	----------	---------	----------

<sup>a</sup> A par da Alemanha Ocidental

<sup>b</sup> A par dos EUA

Fonte: Takagi (1995: 19)

O sucesso das intervenções japonesas no sudeste asiático, através de reuniões de alto nível com organizações como a *Association of South East Asian Nations* (ASEAN), foi um dos pontos de arranque da TICAD I.

#### 4.1.1. DECLARAÇÃO DE TÓQUIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA - *TOWARDS THE 21<sup>ST</sup> CENTURY*

A partir de Outubro 1991 o Japão deixou de aplicar as sanções à África do Sul, definidas pela Resolução 1761 da UNGA (UNGA, 1962)<sup>14</sup>, uma situação que permitiu alargar horizontes e estabelecer novas ligações com o continente africano, em especial com a África do Sul (Carvalho, 2009: 131).

Com a abertura do continente africano ao Japão e às suas políticas comerciais, através das parcerias com a África do Sul e, conseqüentemente, das parcerias que esta agora estabelecia com os Estados periféricos (Zimbabwe, Maurícias, Zambia, Moçambique, Angola), o governo japonês propunha-se a estudar e a participar activamente na resolução dos problemas de África. Em 1992, por intermédio da *Keidanren*<sup>15</sup>, foi elaborado um estudo com o intuito de compreender os níveis de investimento que poderiam ser desenvolvidos na África Austral (Otha, 1992: 1). Perante esta notória evolução e a criação da *ODA Charter*, estava preparado terreno para que se iniciassem as reuniões da TICAD I, a partir das quais (Carvalho, op. cit.) se começaram a fortalecer as relações bilaterais e multilaterais entre Ásia e África, algo que ficou sublinhado nos *Eastern-Southern Africa Regional Workshop*<sup>16</sup> realizados – Harare (1995) e Yamoussoukro (1996) e que sai reforçado com as palavras de Kurokawa *et al* (2008: 1) quando se diz que é sobretudo o diálogo afro-asiático o que se pretende promover na TICAD I. Muito a propósito vem a questão colocada por Osei-Hwedie e Osei-Hwedie (2010: 133)

Qual o impacto do Processo TICAD no desenvolvimento de África? Terá o “milagre asiático” sido transferido com sucesso para África?

<sup>14</sup> Veja-se o ponto 3.1. do Capítulo III desta Dissertação

<sup>15</sup> *Keidanren* ou *Japan Federation of Economic Organizations*: é uma organização económica global com um quadro composto por 1.309 empresas representativas do Japão, 112 associações industriais em todo o país e 47 organizações económicas regionais. (<https://www.keidanren.or.jp/en/profile/pro001.html>).

<sup>16</sup> A intenção destes *workshop* era promover um fórum de discussão entre os diversos Estados africanos, para que estes pudessem operacionalizar entre si os princípios da TICAD (Carvalho, 2009: 131)

Reconhecendo os problemas económicos e sociais vividos em África desde a crise da década de 1980, e a fragilidade que os governos mostravam perante as políticas de ajustamento estrutural exigidas pelas instituições internacionais de crédito (IMF, IBRD), o Japão, através da TICAD I, pretendeu dar um novo impulso às reformas iniciadas rumo a um desenvolvimento sustentável<sup>17</sup> e, de um ponto de vista mais amplo, procurar evitar a *marginalização* do continente africano em relação à política internacional como refere Yoshisawa (2013: 391). Sublinhe-se que o reestruturamento das reformas económicas impostas a África foi uma das *bandeiras* dos participantes da TICAD I, como se pode ler no parágrafo oito da Declaração de Tóquio<sup>18</sup>

Nós, os participantes da TICAD, reafirmamos que os programas de ajustamento estrutural devem tomar mais activamente em consideração as condições e os requisitos de cada país específico. Reiteramos que as reformas políticas e económicas deverão levar à redução da pobreza e consequente aumento do bem-estar de toda a população. Para o efeito, os programas de ajustamento estrutural deve conter, mais que no passado, medidas para melhorar o acesso dos pobres em particular às oportunidades geradoras de renda e a serviços sociais eficazes, procurando protegê-los, tanto quanto possível, de consequências sociais adversas .

Para além desta ligação intercontinental pretendida pela Declaração de Tóquio e da continuidade das reformas a que se propunham os governos africanos, havia ainda outros objectivos como o crescimento do sector privado ou a criação de políticas de integração e cooperação regional (UNDP, 2004: 4), este objectivo tinha a ambição de criar condições para que as instituições regionais pudessem trabalhar de forma organizada<sup>19</sup>. O compromisso alcançado pela Declaração de Tóquio para o Desenvolvimento de África motivou esperança nos líderes africanos pelas expectativas criadas pela TICAD I, porém mantinha-se a necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido e, faseadamente, colocar em prática as decisões tomadas nos vários acordos bilaterais e multilaterais. A concordância dos líderes africanos de que o rumo certo só se construiria se fossem tidos em conta determinados pressupostos como *a democratização, o respeito pelos direitos humanos, boa governação, desenvolvimento humano e social, e diversificação económica e liberalização*<sup>20</sup>, foi de encontro às expectativas tanto das Nações Unidas como do governo japonês que, fazendo parte da OECD, subscreve cada um desses pontos. A JICA, um dos pilares da cooperação japonesa, faz referência a esta questão no seu *Annual Report 2007* (JICA, 2007: 55)

---

<sup>17</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad2/ticad22.html>

<sup>18</sup> *idem*

<sup>19</sup> Em anexo encontra-se um quadro representativo das organizações regionais que abrangem os Estados africanos (p. 85).

<sup>20</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad2/ticad22.html>

A consolidação da paz é extremamente importante na promoção de todos os tipos de desenvolvimento. Tendo em conta os antecedentes históricos e culturais dos países africanos, é importante implementar os princípios básicos do constitucionalismo, da democracia e dos direitos humanos básicos, para aumentar a transparência e a eficiência do governo, especialmente em África. Além disso, para evitar a repetição de conflitos, é necessária a reconstrução constante da sociedade e de uma economia que se destaque na democracia sustentada por boa governação.

Apenas a partir da TICAD IV, como já foi referido, se começou a desenvolver a monitorização efectiva do Processo TICAD através de uma comissão própria para o efeito. Assim, para que se pudesse fazer uma análise cuidada aos progressos das acções resultantes das deliberações de cada uma das duas primeiras conferências, decidiu-se que nesse sentido seriam efectuadas reuniões em África, em cada uma das suas sub-regiões, em complemento o Japão apresentaria em países da ASEAN o Fórum Ásia-África com o intuito de promover e discutir a cooperação económica Sul-Sul (Ochiai, 2001: 38).

Para seguir a evolução da primeira conferência e o fortalecimento da cooperação entre os continentes asiático e africano, foi usado o já referido Eastern-Southern Africa Regional Workshop, iniciado em 1995, que, de uma ou de outra forma, serviu para manter actualizado o conhecimento sobre as mais prementes necessidades de África (Carvalho, 2009: 135). Carvalho (op. cit.: 138) afirma ainda que a TICAD I, sob o mote Experiência asiática e desenvolvimento africano, consistiu em realinhar o parco interesse da comunidade internacional em relação a África, sendo esse um dos principais objectivos da cimeira. Não terá sido, no entanto, nos primeiros anos da Declaração de Tóquio que se conseguiram vislumbrar todos os resultados dos objectivos da TICAD I, algo que não depende tão só do Japão, mas também de factores externos e da acção de terceiros. Demachi (2009: 3) sugere três objectivos japoneses com a TICAD I: 1) conhecimento das necessidades humanitárias de África; ser reconhecido como uma potência global, colocando-se como doador de topo em África; e criar uma plataforma através da qual se sustende o modelo asiático de desenvolvimento.

#### **4.2. TICAD II (1998)**

A *integração de África na economia-mundo e a redução dos índices de pobreza* no continente foram, nas palavras de Osei-Hwedie e Osei-Hwedie (2010: 126), a preocupação maior da TICAD II. A relevância das conclusões tiradas na primeira cimeira e o agendamento de planos que assegurassem a continuidade do discurso trazido desde então, agora traduzido em acções por parte do governo japonês e dos seus parceiros, foram factores que permitiram a criação de bases para *levar a bom porto* a TICAD. Tembo (2008: 4) lembra que a implementação de

algumas medidas argumentadas na TICAD, até 1998, serviram de base para o lançamento dos MDG.

Para que se possa perceber melhor o progresso das metas definidas pela TAA foi feita, unicamente em relação à região da África Sub-Sahariana, uma análise de dados estatísticos fornecidos por algumas organizações que lidam com estes problemas. Pode considerar-se que a questão da educação básica e do analfabetismo sénior que ocupam os três primeiros pontos, tem registado uma evolução consideravelmente positiva.

De acordo com os dados da UNESCO<sup>21</sup> entre 1993 e 2012 a variação anual média da taxa de escolarização no ensino primário era de 1,3%, se bem que não tenha sido um valor regular ao longo deste período de tempo<sup>22</sup>, pode sempre considerar-se bastante positiva a progressão destes dados, mesmo porque a meta de 80%, estabelecida para 2005, ficou a cerca de nove pontos percentuais e, em 2012, já se tinha atingido os 79,1%. No caso da iliteracia mantém-se quase constante a percentagem da população adulta analfabeta, mantendo sempre um valor acima dos 20% da população total e registando uma descida muito pequena em todo o período estimado, de apenas 5% (26% em 1993 e 21% em 2012). Houve entretanto algumas oscilações subindo o valor de 1993 até 28%, em 1995 e descendo depois até aos 22%, em 2004, em 2005 voltou aos 26%.

No campo da saúde a questão da mortalidade maternal também tem tido um progresso significativo, de acordo com a *World Health Organization* (WHO)<sup>23</sup>

Na África Sub-Sahariana, vários países reduziram para metade seus níveis de mortalidade materna desde 1990. [...] No entanto, entre 1990 e 2013, a taxa de mortalidade materna global (ou seja, o número de mortes maternas por 100 000 nados-vivos) diminuiu apenas 2,6% ao ano. Longe da diminuição anual de 5,5% necessária para alcançar MDG 5.

A fome e a pobreza são outros pontos que mereceram destaque nas discussões da TICAD II e que se incluíram na TAA, a organização *World Hunger Education Service* refere que embora tivesse existido até 2007 uma ligeira diminuição nos números da fome, os valores, a partir desse ano, voltaram a subir cerca de 2% ao ano, esta organização associa ainda o flagelo da fome à pobreza extrema, referindo que esta tem aumentado consideravelmente na África Sub-Sahariana<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> <http://data.uis.unesco.org/>

<sup>22</sup> Houve um decréscimo desta média entre 1995 e 1996, com uma quebra de 1,2%. Os anos de 1997, 2003, 2005 e 2007 registaram subidas superiores a 2%, sendo que em 2007 foi observado o valor mais alto, com uma subida de 3,2%.

<sup>23</sup> <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs348/en/>

<sup>24</sup> <http://www.worldhunger.org/>

Não obstante os esforços desenvolvidos é compreensível a dificuldade em alcançar todos os necessitados, e por isso não se pode considerar que os resultados da TICAD II sejam negativos ou que o trabalho levado a cabo pelo Japão e pelos seus parceiros não tenha atingido patamares que permitam continuar o caminho.

Entre a TICAD II e a TICAD III, realizou-se uma reunião ministerial<sup>25</sup> com o intuito de analisar os sucessos do trabalho já desenvolvido ao nível do Processo TICAD e quais as expectativas que trazia o NEPAD para os processos de desenvolvimento em África. Esta reunião, refere o MoFA<sup>26</sup>, para além de valorizar o esforço japonês e as duas declarações saídas das duas primeiras conferências, focou-se ainda nos pontos debatidos na TICAD II, reforçando a necessidade de se continuar a actuar no sentido de

- (1) reforçar a base do desenvolvimento, através da promoção da paz e da boa governação;
- (2) o investimento nas pessoas, foco no desenvolvimento dos recursos humanos, sectores da educação e saúde; e
- (3) a redução da pobreza através do crescimento económico.

#### **4.2.1. TOKYO AGENDA FOR ACTION (TAA)**

Da TICAD II, com base nos princípios adoptados pela Declaração de Tóquio, preparou-se a *Tokyo Agenda for Action*. Este plano de acção é constituído por oito objectivos cujo nível de exigência obriga a que haja um empenhamento não apenas do governo japonês e dos líderes africanos, mas também da comunidade internacional. Tembo (op. cit.) resume assim essas metas

1. Até 2005, garantir que pelo menos 80% das crianças tenham o ensino primário completo, com a educação primária universal até 2015.
2. Até 2005, reduzir o analfabetismo adulto à metade do nível de 1990, enfatizando melhorias na alfabetização das mulheres.
3. Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário até 2005.
4. Até 2005, reduzir a mortalidade materna para metade do nível de 1990, e metade de novo em 2015.
5. Até 2015, reduzir a taxa de mortalidade de lactentes e crianças com idade inferior a cinco anos, para um terço do nível de 1990.
6. Até 2005, proporcionar o acesso a abastecimento de água potável e saneamento para pelo menos 80% da população.
7. Até 2015, reduzir pela metade o número de pessoas que estão desnutridas.
8. Até 2015, reduzir em pelo menos dois terços do número de mulheres que vivem na pobreza.

---

<sup>25</sup> Foi realizada em 3 e 4 de Dezembro de 2001, em Tóquio, uma reunião de nível ministerial com a participação de Ministros, Chefes de Delegação e altos funcionários, representando 52 países africanos e 27 países parceiros, bem como organizações internacionais, regionais e sub-regionais. Este encontro foi organizado no contexto de fóruns de alto nível promovidos pelo Processo TICAD para construir parcerias eficazes em torno de questões de desenvolvimento críticas.

<http://www.mofa.go.jp/region/afrika/ticad/min01/chairstate.html>

<sup>26</sup> *idem*

Consegue-se compreender através destes objectivos o ambicioso compromisso social a que o Japão se propõe promovendo a componente humana para que se alcance o almejado crescimento e conseqüente desenvolvimento económico em África.

#### **4.3. TICAD III (2003)**

A 3ª edição da TICAD pautou-se por um discurso mais seguro que as anteriores, por um lado porque se completavam dez anos desde que o Processo TICAD se iniciou, por outro lado porque mostrava que os níveis de confiança e os laços criados entre África e Japão estavam sólidos, sendo já possível apresentar resultados relativos às conclusões das duas primeiras cimeiras. O anúncio japonês (JICA, 2007: 52) de que a sua contribuição para o desenvolvimento de África, em conjunto com os seus parceiros internacionais e com os líderes africanos, seria constituída pelos três pilares referidos na reunião de nível ministerial de 2001, era um sinal de que o caminho seguido pela política externa japonesa cumpria os desígnios humanitários da sua cooperação, estabelecidos, como já foi dito, na década de 1980. Sustenta a JICA que a pobreza e o crescimento económico são indissociáveis e que só eliminando a primeira através da segunda se atinge um desenvolvimento sustentável, sendo neste patamar que se centra a acção do NEPAD. Donnelly (2008: 24) lembra que o debate da TICAD III em torno da consolidação da paz levou à organização, em 2006, de uma conferência ministerial da TICAD subordinada a esse tema específico.

Apesar de ter a consolidação da paz como primeiro ponto de análise, a conferência albergou outras discussões importantes para o desenvolvimento económico, social e político de África como se pode ler na sua Agenda de Desenvolvimento<sup>27</sup>. Os pilares anteriormente referidos subdividem-se. O reconhecimento da necessidade de acções preventivas para evitar conflitos e os aspectos sociais negativos provenientes desses conflitos que devem ser ultrapassados, foram motivo de preocupação por parte dos intervenientes, bem como a assumpção de que as organizações internacionais e regionais merecem reconhecimento pela sua actividade operacional de manutenção da paz. Também a capacidade de os países africanos desenvolverem as suas próprias instituições e de delinearem o seu futuro em termos políticos e de desenvolvimento, mesmo que através da ajuda e assistência de actores externos<sup>28</sup>, foi tema de debate, o qual incidia na importância de continuar as reformas políticas em direcção a uma estabilidade duradoura e no equilíbrio das relações entre África e os seus doadores, dando especial ênfase

---

<sup>27</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/afrika/ticad3/chair-1.html>

<sup>28</sup> Não se veja esta assistência como uma tentativa de moldar as instituições ou os discursos políticos. Inclui-se neste contexto a pretensão japonesa de que os Estados africanos possam atingir um nível de *ownership* capaz de controlar os aspectos sociais, económicos e políticos rumo à sustentabilidade.

às relações com a Ásia no que diz respeito às reformas de sucesso aí aplicadas em décadas anteriores. Esta procura pela capacidade de construir pilares que sustentem o *ownership africano* implicou a insistência de que se devia fazer uma aposta evidente na educação, desde o seu início, e, conseqüentemente, no produto final dessa educação para o futuro sustentável de África, sem a necessidade de importar conhecimento em tão larga escala.

Sendo África um continente onde as catástrofes sociais alastram, muito por influência das epidemias de doenças infecto-contagiosas – HIV/AIDS, malária, tuberculose -, persiste a necessidade de debater a questão da saúde pública e dos meios que urgem ser adoptados para que esta não se deteriore ao ponto de se tornar irreversível, e de persuadir a comunidade internacional a agir. Também a questão da água é fulcral para a sustentabilidade do desenvolvimento por penetrar no cerne de grande parte dos assuntos a ele ligados. A água potável beneficia o sistema de saúde, o saneamento das águas altera comportamentos sociais, os recursos hídricos afectam políticas internas e trans-fronteiriças.

#### 4.3.1. *TICAD TENTH ANNIVERSARY DECLARATION*

No final da TICAD III foi feita uma retrospectiva<sup>29</sup>, adoptada como declaração, sobre os propósitos atingidos em dez anos de trabalho, daí resultou o reconhecimento de que, durante essa década, embora houvesse ainda muito trabalho a ser feito, muito já tinha sido conseguido. Neste sentido valorizaram-se três pontos de extrema importância. Primeiro a *consciencialização internacional sobre os desafios de África* aumentou exponencialmente através da TICAD que esteve presente em alturas de aguda crise internacional ou de mudanças políticas capazes de influenciar não apenas o continente africano, mas o panorama internacional<sup>30</sup>. Segundo, a capacidade de África gerir o seu próprio desenvolvimento – *ownership* – e a cumplicidade que esta tem tido com os seus parceiros e doadores na resolução de problemas – *partnership*. Terceiro facto é a *expansão das parcerias de desenvolvimento* permitida pela permeabilidade da TICAD.

A TICAD III estabeleceu assim uma ponte entre o governo japonês e a sociedade civil de África, o Fórum da Sociedade Civil, cujo intuito era o de ser utilizado pelas sociedades de África (TCSF, 2005: 59) para que, a partir das críticas ao processo e das necessidades expressadas directamente por quem sofre com elas, se pudesse desenvolver um trabalho mais próximo da realidade vivida.

---

<sup>29</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad3/declaration.html>

<sup>30</sup> A queda do Muro de Berlim e o conseqüente fim político da Guerra-Fria, a crise financeira asiática de 1998 e os atentados do 11 de Setembro são as datas referidas pelo MoFA.

Sendo a segurança alimentar, como sublinha a UNDP, um dos factores que mais se privilegiaram nas políticas de assistência japonesas para África não será de estranhar o facto da aposta na iniciativa NERICA (*New Rice for Africa*)<sup>31</sup> ter vingado como um dos sucessos da TICAD III, tendo-se estendido a 21 países africanos. Também o seguimento das políticas japonesas conectadas com o acompanhamento dos MDG, são consideradas um sucesso.

#### **4.4.TICAD IV (2008)**

A TICAD IV decorreu em Yokohama sob a crença de que o maior pilar do desenvolvimento africano deveria o crescimento económico acima de todos os outros, ou como base de todos os outros (Yoshizawa, 2013: 395) tendo sido nesse sentido que nasceram dois importantes documentos para as relações afro-nipónicas: Declaração de Yokohama e Plano de Acção de Yokohama (PAY).

##### **4.4.1. A CAMINHO DE UMA ÁFRICA VIBRANTE: UM CONTINENTE DE ESPERANÇA E OPORTUNIDADE**

A Declaração de Yokohama<sup>32</sup> soou como um alerta dos participantes na TICAD IV para com a comunidade internacional ao sublinhar que as metas a que os MDG se propõem atingir no continente africano, embora mostrassem um desenvolvimento positivo, ainda estavam longe dos resultados pretendidos para 2008, nesse sentido foram reforçadas algumas das ideias deixadas na cimeira anterior e foi deixado também um repto aos *países do G8 para que honrassem os compromissos já feitos a respeito do apoio ao desenvolvimento africano nos aspectos do seu financiamento, de um crescimento económico sustentável e do investimento humano.*

Os pilares *secundários* desta cimeira focaram-se na garantia da segurança humana e na discussão de assuntos ambientais e de alterações climáticas. A garantia da segurança humana é um assunto que não se esgota num só tema, é abrangente e em África intersecta quaisquer debates sobre sociedade, economia, política ou religião, por isso a Declaração de Yokohama se estende nas diversas dimensões e sub-dimensões da questão. Os assuntos ambientais e as alterações climáticas, temas de grande tensão política, implicam a acção regrada dos actores internacionais em África e a aplicação de medidas e de meios para que se possam evitar novos males ou agravar os existentes.

O Plano de Acção de Yokohama<sup>33</sup> é o compromisso de cinco anos feito perante a TICAD IV e assinado pelos participantes para que coloque em prática, nesse período de 2008-2013, as

---

<sup>31</sup> (...) *um cruzamento de variedades de arroz asiáticos e africanos que combina a resistência de arroz do Oeste Africano e as características de alta produtividade de arroz asiático.* (UNDP, 2004: 6)

<sup>32</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/afrika/ticad/ticad4/doc/declaration.pdf>

<sup>33</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/afrika/ticad/ticad4/doc/actoin.pdf>

medidas definidas pela Declaração de Yokohama. Para que se possa controlar o progresso desta implementação foi usado o *TICAD Follow-Up Mechanism*<sup>34</sup>, que pode ser seguido na *webpage* do MoFA<sup>35</sup>. Antes da realização da quinta edição da TICAD houve a necessidade de manter actualizado o conhecimento sobre os problemas e, simultaneamente, manter a comunidade internacional atenta aos desenvolvimentos e progressos instigando-a a agir, para que isso fosse possível realizaram-se inúmeras reuniões secundárias que, para além de analisarem os progressos das anteriores edições da TICAD, principalmente da sua quarta edição, preparavam já a TICAD V, como se pode constatar na Tabela 14.

Tabela 14 – *TICAD IV Follow-up Meetings*

	<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Assuntos</b>
<b>1<sup>st</sup> TICAD Ministerial Follow-up Meeting</b>	21-22 Março 2009	Gaborone, Botswana	<i>Nesta reunião foram analisados os progressos registados desde a TICAD IV relatados no Annual Report 2009. A Assembleia emitiu um Comunicado no qual expressou preocupações sobre o impacto negativo da crise económica e financeira mundial sobre a África, que seriam comunicadas à próxima cimeira do G-20, em Abril de 2009.</i>
<b>TICAD Follow-up after March 2009</b>			
<i>5th Africa-Asia Business Forum (AABF V)</i>	Junho 2009	Kampala/ Entebbe, Uganda	<i>AABF V focou-se no desenvolvimento do turismo. AABF V teve como objetivo promover a formação de parcerias e transferência de tecnologia nas indústrias relacionadas com o turismo e gerar um impulso nos investimentos para o desenvolvimento do turismo.</i>
<i>TICAD Roundtable with Civil Society from Africa</i>	Outubro 2009	Tóquio, Japão	<i>MoFA, PNUD, Corpo Diplomático Africano, e Organizações da Sociedade Civil compartilharam o seu empenho e progresso na TICAD Follow-up Process e avaliaram outras questões importantes.</i>
<i>Joint Monitoring Committee of the TICAD Process</i>	April, 2010	Tóquio, Japão	<i>Reunião realizada entre os co-organizadores da TICAD e principais executores do Plano de Acção da TICAD. Preparação de um relatório anual a ser apresentado na Reunião Ministerial, em Maio.</i>
<b>2<sup>nd</sup> TICAD Ministerial Follow-up Meeting</b>	2-3 Maio 2010	Arusha, Tanzania	<i>-Status de progresso da implementação do Plano de Acção de Yokohama e desafios futuros -Os esforços da África para recuperar do impacto da crise económica e financeira mundial -Realização dos MDG -Abordagem às questões das alterações climáticas</i>
<b>3<sup>rd</sup> TICAD Ministerial Follow-up Meeting</b>	1-2 Maio 2011	Dakar, Senegal	<i>-O Japão expressou seu agradecimento pelo apoio e solidariedade prestados pelos países africanos e da comunidade internacional como um todo, após o grande sismo no Leste do Japão. Para compartilhar com a África suas experiências e lições aprendidas na luta contra este desastre, o Japão fez uma proposta de convocar um seminário</i>

<sup>34</sup> O TICAD Follow-up Mechanism foi adoptado [em 2008, n.a.] a pedido dos Chefes de Estado africanos que pretendiam que o processo fosse institucionalizado. O Follow-up Mecanism compreende uma estrutura de três níveis que inclui um Secretariado, um Comité Conjunto de Acompanhamento e uma reunião de acompanhamento. (<http://pages.au.int/ticad>)

<sup>35</sup> <http://www.mofa.go.jp/region/afrika/ticad/ticadfollow-up/report/>

no Japão durante o decorrer deste ano, sobre o tema "Criação de economias resilientes e Sociedades" para resistir a desastres naturais.

- A reunião confirmou que o Plano de Acção de Yokohama, emitido na TICAD IV em 2008, tem vindo a ser implementado. O Japão declarou que iria manter a sua intenção de continuar a ter um papel activo no reforço da paz e da estabilidade na comunidade internacional, e manifestou a sua firme determinação de implementar fielmente as promessas TICAD IV.

- O Japão declarou sua posição sobre as situações no Sudão, Somália, Costa do Marfim, e nos países do Norte Africano. O Japão anunciou que através do Processo TICAD continuaria a enfrentar os diversos desafios existentes, como problemas de pobreza, desemprego, segurança e problemas de governação.

- O Japão apelou a uma estreita cooperação com os países africanos no sentido de se seguir o COP17<sup>36</sup>, a ser realizado na África do Sul. Propôs também a implementação, em conjunto com os países africanos, de uma Estratégia de Crescimento e Sustentabilidade através das baixas emissões de Carbono em África", no sentido de potenciar uma visão de médio e longo prazo para resolver questões de mudança climática na África.

**4<sup>th</sup> TICAD  
Ministerial  
Follow-up  
Meeting**

5-6 Maio  
2012  
Marrakech,  
Marrocos

- "Human Security and Africa's development: From the view of African Civil Society" – CCfA (The Civic Commission for Africa)/JICA

Fonte: [http://www.ajf.gr.jp/lang\\_en/ticad.html#c](http://www.ajf.gr.jp/lang_en/ticad.html#c)

#### 4.5.TICAD V (2013)

##### 4.5.1. ECONOMIA SUSTENTÁVEL, INCLUSÃO SOCIAL, PAZ E ESTABILIDADE - HAND IN HAND WITH MORE DYNAMIC AFRICA, TRANSFORMATION FOR QUALITY GROWTH

O anúncio perante as Nações Unidas do lançamento da TICAD V para 2013, em Yokohama, durante o mandato do Primeiro-ministro japonês Yoshihiko Noda<sup>37</sup> (MoFA, 2012: 116) veio realçar a vontade do Japão em cumprir o PAY. Para tal a importância de desenvolver Parcerias Público Privadas (PPP) entre o tecido empresarial japonês e os governos africanos tornou-se um facto imprescindível no quadro do desenvolvimento e crescimento económico, nomeadamente através do aumento da capacidade comercial de África, que então se passava a impor sobre a anterior apatia e condição de entreposto de bens comerciais, ou de fornecedor, sem regras, de matéria-prima barata. De acordo com o MoFA (2013: 141) a *TICAD V Joint-Consultative Meeting for Public Private Partnership*, que precedeu a cimeira de 2013 teve como objectivo examinar as condições existentes no terreno para que se criassem as PPP. Perante estes factos a intenção maior da TICAD V seria *criar robustez na economia africana e*

<sup>36</sup> 17th Conference of the Parties (COP17) para a United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)

<sup>37</sup> 2011-2012

*resiliência na sociedade para que pudessem ser atingidos os MDG e que se consolidasse a paz e a estabilidade.* O Japão mantinha-se assim como um elo entre África e os seus parceiros, sobretudo o mercado asiático.

Os assuntos a discussão na TICAD V foram previamente debatidos em duas reuniões preparatórias realizadas no Burkina Faso e na Etiópia, a *Senior Official Meeting* e a *First Quarter Ministerial Preparatory Meeting* respectivamente<sup>38</sup>, nestas reuniões estruturaram-se as questões deixadas pela *4th TICAD Ministerial Follow-up Meeting*, enquanto que a primeira serviu para preparar a TICAD de 2013 e para, mais uma vez, sublinhar a importância desta estratégia de cooperação japonesa e a unidade política que gerou, a segunda reunião teve como base a adopção primária do Plano de Acção de Yokohama que, na TICAD V, viria a ser oficializada em definitivo<sup>39</sup> no sentido de promover, daí em diante, um crescimento sustentável e de qualidade, baseado na convicção de que cada país africano teria a capacidade de tomar para si o destino do seu próprio desenvolvimento, indo assim de encontro aos desejos expressados por todos os participantes ao longo de vinte anos.

---

<sup>38</sup> <http://www.ticad.net/>

<sup>39</sup> <http://allafrica.com/stories/201303181867.html>

## 5. ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PROGRESSÃO DOS OBJECTIVOS DA TICAD

O crescimento e desenvolvimento de África não é um facto homogéneo, tem as suas variações como qualquer outro ponto do globo, porém as diferenças que existem actualmente entre o continente africano e os restantes baseiam-se sobretudo ao nível dos rendimentos *per capita* - desigual distribuição da riqueza -, ao nível da exploração dos recursos – as políticas internas de cada país e a constante dependência económica – e ao nível da História – onde os três pontos-chave são o período colonial, os conflitos e os programas de ajustamento estrutural. Não obstante todas estas questões houve períodos em que os índices de crescimento económico atingiram valores históricos, superiores até aos valores de grande parte do dito *mundo desenvolvido*.

A TICAD, embora não seja a única salvação de África, tem permitido uma evolução *sui generis* pela forma como facilita o diálogo entre África e o mundo, ou mesmo intra-africano, permitindo acalantar esperanças de que o futuro do continente poderá ser melhor. A confirmar isso existem diversas histórias de sucesso relacionadas com a implementação das resoluções das TICAD, bem como metas alcançadas como se pode constatar através da Tabela 15.

Tabela 15 – Realizações da TICAD a partir de 2012

<b>Estabelecimento de infraestruturas</b>	-Instalação de infraestruturas regionais de transporte (estradas / portos, etc) -Assistência na implementação de 13 estações One Stop Border Posts <sup>40</sup> (OSBP) -Infraestrutura regional de energia instalada (promoção de energia geotérmica limpa e sustentável)
<b>Agricultura</b>	-Assistência no desenvolvimento do sector de arroz destinada a duplicar a produção de arroz -Treinados 46.045 formadores agrícolas -Assistência à ajuda alimentar de emergência, assim como contramedidas de alívio à seca na zona do Corno de África
<b>Água e saneamento</b>	-Formação de recursos humanos para 13,064 funcionários de gestão de recursos hídricos -Fornecimento de água potável para cerca de 9,85 milhões de pessoas (instalado abastecimento de água rural e urbana e saneamento)
<b>Educação</b>	-Construídas 874 escolas primárias e secundárias (4.589 salas de aula) -Assistência na construção de infraestruturas com capacidade para cerca de 400 mil docentes de matemática e ciências -Projecto de melhoria da gestão escolar em 18.376 escolas
<b>Saúde<sup>41</sup></b>	-Construídos, restaurados e/ou equipados 3.935 hospitais e centros de saúde

<sup>40</sup> Um sistema integrado de fronteira sob o modelo OSBP pretende reunir todas as agências de fronteira para maior eficiência através de operações simplificadas, coordenada e harmonizada.  
[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/tradfa\\_e/case\\_studies\\_e/symp\\_nov12\\_e/session4\\_dickson\\_e.ppt](https://www.wto.org/english/tratop_e/tradfa_e/case_studies_e/symp_nov12_e/session4_dickson_e.ppt).

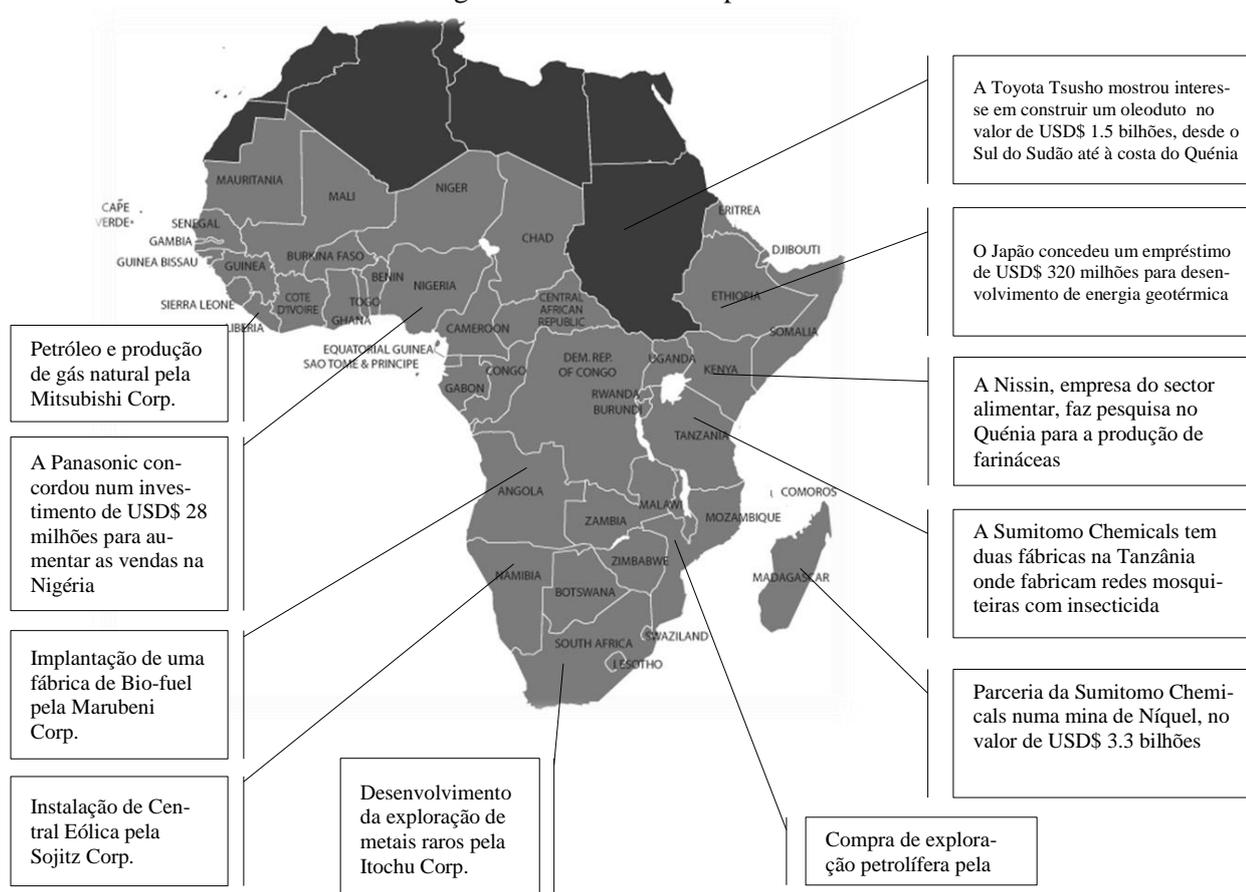
em 32 países

-Assistência ao desenvolvimento de capacidades para 203.671 trabalhadores da saúde

Fonte: MoFA (2013: 142)

Refere a UNDP (2004: 5) que a cooperação da TICAD com a *Human Security Unit of the United Nations*, permitirá a obtenção de um *relatório abrangente sobre Segurança Humana em África*. Integradas em todo o processo estão ainda as respostas dadas à participação nos processos de paz para os quais houve um aumento, em 2005, na assistência a catorze países africanos na ordem dos USD\$ 60 milhões. Sublinhe-se o sucesso do projecto NERICA cuja área de cultivo Os valores de APD duplicaram em 2012 quando comparados com a média registada no período 2003-2007 (MoFa, 2013: 142) o que veio permitir algum equilíbrio financeiro em muitos países de África.

Figura 3 – O Mercado Japonês em África



Fonte: MoFA

<sup>41</sup>Segundo estimativas da WHO, o Japão, com a ajuda de outros países doadores e beneficiários, salvou a vida de mais de 500.000 crianças em 12 países entre 2008 e 2012

O sucesso e o crescimento não é apenas o dos países africanos, também as empresas japonesas têm a sua oportunidade de crescer no mercado africano, tal como refere o mapa da Figura 3, que mostra alguns dos investimentos empresariais japoneses.

A ajuda japonesa, fomentada através das políticas anexas ao Processo TICAD, tem-se transformado nestas últimas duas décadas, entre *hardware aid* e *software aid*<sup>42</sup> consoante as necessidades de África e os objectivos alcançados. Se no passado os doadores consideravam que cada país africano precisava mais de equipamentos e de construção para atingir um nível de desenvolvimento e crescimento económico compatível com os países industrializados do Ocidente ou uma maturidade social idêntica à das grandes metrópoles, actualmente considera-se que esses processos de industrialização e de socialização não são mais que assimilações de uma sociedade evoluída e com condições de vida muito acima dos níveis que África apresentava na altura da TICAD I. Essa terá sido a maior resposta dada pelos líderes africanos e pelo Japão através destas cimeiras. Lumumba-Kasongo (1989: 8) faz essa referência quando refere que a *hardware aid* já vem desde a década de 1950. A realização dos objectivos propostos pelas sucessivas TICAD explica-se com o paralelismo que existe com o tipo de cooperação desenvolvida pelo Japão em África e com a sua evolução entre *hardware* e *software aid*. Como complementa Fujisaki *et al* (1997: 525) o Japão sempre teve na base da sua cultura *o treino e a educação*, tornando-se assim natural que pretenda inculcar tais princípios na sua política de cooperação externa.

A política de *software aid* que se pretende implementar em África por meio da TICAD favorece a implementação dos objectivos iniciais discutidos em 1993 e 1998 onde a capacidade de cada país desenvolver o seu próprio crescimento, a *ownership*, se pode tornar evidente através do equilíbrio dos projectos conjuntos feitos, por exemplo, com as ONG japonesas que, segundo Fujisaki *et al* (op. cit.: 528), são os principais agentes da implementação deste tipo de ajuda.

Analisando os dados disponibilizados pela OECD pode considerar-se que perto de metade da ajuda concedida desde 2012 foi *software aid* embora sabendo que ainda há sectores que necessitam de assistência específica no sentido de atingirem a maturidade suficiente para seguir em frente. Há em África uma grande dependência da ajuda e uma maior influência política de alguns doadores exercem sobre o sistema económico, permitindo que prolifere a ajuda ligada ou que, pelo menos, não se extinga. Estes são ainda pontos que têm de continuar a ser debati-

---

<sup>42</sup> *Hardware aid* refere-se ao campo económico e político do desenvolvimento, nomeadamente à construção de edifícios, infra-estruturas, estradas, enquanto que a *software aid* se apresenta no campo social do desenvolvimento, aludindo ao desenvolvimento humano e aos problemas de saúde. Não são conceitos dissociáveis uma vez que um tem de criar condições físicas para que se atinja o outro.

dos para que se possam, num futuro próximo, implementar as regras já escritas, como é o exemplo da Declaração de Paris e os acordos subsequentes, e a TICAD é, hoje em dia, um dos maiores palcos de decisão de África com credibilidade para o fazer.

## CONCLUSÃO

*Porque devemos fornecer ajuda? Em que quantidade? Como a devemos dar?* ( Bhagwati 2002: 1)

*Que meio tem a humanidade para resolver os problemas globais, e quais serão os resultados e os custos de os empregar?* (Meadows *et al*, 1972: 20)

As dúvidas de Bhagwati e de Meadows *et al* que foram introduzidas nesta Dissertação não ficam sem resposta, mas mantém-se o problema da ambiguidade quando apresentadas a doadores e a receptores da ajuda. Do ponto de vista da TICAD, alinhado com as directivas das Nações Unidas, a estabilidade internacional depende sempre dos equilíbrios individuais de cada país e, por conseguinte, de cada um dos continentes, daí que a necessidade de prestar auxílio às zonas mais desfavorecidas – desastres naturais, conflitos internos e externos, desigualdades sociais, má governação<sup>43</sup> – é sempre uma obrigação por parte do *mundo desenvolvido*.

O problema que deve ser tido em conta quando se fala da ajuda ao desenvolvimento, não deve cingir-se à quantidade dessa ajuda, mas sim à qualidade da mesma. A TICAD remete essa questão para o problema crónico da dependência da ajuda que têm os países de África – assim se passa também em alguns Estados da América Latina e da Ásia -, analisado na secção 1.5. desta Dissertação. A qualidade é uma das demandas dos líderes africanos e do governo japonês na TICAD V e exige a intervenção não só de quem fornece ajuda – não podendo esta ter consequências unilaterais em termos de proveito<sup>44</sup> -, mas também de quem a recebe, que é quem tem de conhecer os problemas e situações para os quais solicitam ajuda, saber usar os fundos em prol, nomeadamente, das necessidades humanas e sociais.

Há ainda uma outra questão de Bhagwati: *como a devemos dar?*, que será por certo a mais delicada e de difícil resposta. Não haverá certamente nenhuma resposta que se possa considerar a mais correcta, tudo depende de factores externos aos intervenientes. Pode considerar-se que o Japão abriu um caminho através da TICAD que pode trazer muitas respostas e que pode servir de exemplo a muitos doadores. A evolução da ajuda japonesa encaixe num modelo de sustentabilidade que se pretende universal, ou seja, privilegia a procura, por parte dos recep-

---

<sup>43</sup> A questão da boa ou má governação é geralmente um tema que obriga a uma reflexão muito cuidadosa, embora haja aspectos que devem, obrigatoriamente, ser respeitados à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

<sup>44</sup> Partindo do princípio de que não existe altruísmo por parte dos doadores e que há sempre interesses, nem sempre manifestados, por detrás da ajuda.

tores, das suas próprias capacidades de liderança e gestão dos seus recursos, passando, como foi falado no Capítulo V, de uma *hardware aid* para uma *software aid* com o intuito de evitar o aumento da referida dependência. Além deste aspecto há também a questão da ajuda ligada que é comum a todos os doadores, uns mais e outros menos, e que pode não ajudar ao crescimento económico de África. Uma questão que tem sido amplamente debatida desde antes do fim da Guerra-Fria e cuja resolução é exigida desde antes da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, principalmente no quadro da OECD.

Nesta Dissertação concluímos que as acções do Japão, no âmbito da sua política externa e inseridas nas práticas do Processo TICAD, se têm mantido homogéneas e que perspectivam uma evolução bastante positiva para África em termos de desenvolvimento e crescimento económico. Não se trata, com certeza, de procurar saber o que pode ainda fazer o Japão, mas sim se há a possibilidade de o continuar a fazer e se a comunidade internacional mantém o seu apoio ao seguimento das TICAD. O Japão, por si só, não fará a diferença, mas pode, no entanto, incentivar África a ser diferente e mais independente por meio da colaboração e unidade dos Estados que a compõem.

O sentimento deixado nas cinco conferências já feitas e nos vinte anos de iniciativas conjuntas, de que cada país africano tem a capacidade de atingir um estado de *ownership*, faz crer que o papel do Japão leva o rumo certo e que, através dele, a comunidade internacional pode ajudar a promover o desenvolvimento de África e a alcançar as metas pretendidas, quer individualmente, por cada país africano, quer na prossecução dos MDG. Esta será outra questão importante para que os objectivos das TICAD sejam atingidos uma vez que foi com base em alguns desses objectivos que foram propostos os MDG. O paralelismo existente entre os MDG e os princípios da TICAD permite concluir que as condições estão criadas para que apareçam os resultados desejados, talvez não nos prazos definidos pelas Nações Unidas, mas num futuro próximo.

## BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Maria Manuela, and Ana Paula Fernandes (2005), *abCD Introdução À Cooperação Para O Desenvolvimento*. ed. Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos. Lisboa: [www.forumdc.net](http://www.forumdc.net) Disponível em:  
<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:abCD+Introdução+à+Cooperação+para+o+Desenvolvimento#0> (September 7, 2013).
- Andrews, Nathan (2009), “Foreign Aid and Development in Africa: What the Literature Says and What the Reality Is.” *Journal of African Studies and Development* 1(1): 8–15. Disponível em:  
<http://www.academia.edu/download/30292261/andrews.pdf> (August 7, 2013).
- Aoki, Kazuyoshi (2013), “Japan and the TICAD Process.” *Global Powers and Africa Programme* (66): 1–4. Disponível em:  
<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Japan+and+the+TICAD+Process#1> (July 30, 2013).
- Arndt, Channing, Sam Jones, and Finn Tarp (2009), *Aid and Growth: Have We Come Full Circle?* 1st ed. Helsinki: UNU-WIDER. Disponível em:  
<http://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm?abstractid=1489392> (December 26, 2013).
- Aryeetey, Ernest, Barfour Osei, and Peter Quartey (2003), “Does Tying Aid Make It More Costly? A Ghanaian Case Study.” In *Quantifying the Impact of Rich Countries’ Policies on Poor Countries*, Washington, D.C.: Institute of Statistical, Social and Economic Research - University of Ghana, pp.1–30. Disponível em:  
<http://www.cgdev.org/doc/event%20docs/10.23.03%20GDN%20Conf/Aryeetey%20-%20Does%20Tying%20Aid%20make%20it%20More%20Costly.pdf> (September 4, 2013).
- AU (2008), “India-Africa Forum Summit 2008.” (April): 1–12. Disponível em:  
<http://summits.au.int/en/content/africa-india-framework-cooperation>.
- Beets, Gijs, and Paulien Hagedoorn (2011), *UNFPA-NIDI Resource Flows Newsletter New Donor Countries*. The Hague. Disponível em: [http://depot.knaw.nl/10122/1/RF\\_Newsletter\\_16\\_-\\_New\\_Donor\\_Countries%5B1%5D.pdf](http://depot.knaw.nl/10122/1/RF_Newsletter_16_-_New_Donor_Countries%5B1%5D.pdf) (January 19, 2014).
- Bhagwati, Jagdish N (2006), “Wise Aid.” *Global Agenda*: 114–15. Disponível em:  
[http://academiccommons.columbia.edu/download/fedora\\_content/download/ac:139620/CONTENT/Wise\\_Aid.pdf](http://academiccommons.columbia.edu/download/fedora_content/download/ac:139620/CONTENT/Wise_Aid.pdf) (April 30, 2014).
- Board of Governors of the Federal Reserve System (U.S.). 1940. “Inter-American Bank.” *Federal Reserve Bulletin* 26(6): 517–25. Disponível em:  
[http://fraser.stlouisfed.org/docs/publications/FRB/1910s/frb\\_101917.pdf](http://fraser.stlouisfed.org/docs/publications/FRB/1910s/frb_101917.pdf) (June 19, 2014).
- Booth, David (2011), “Unpacking Aid Effectiveness” - *London School of Economics Aid Effectiveness: Bringing Country Ownership (and Politics) Back*. London: Overseas Development Institute. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6028.pdf>.
- Bräutigam, Deborah, and Stephen Knack (2004), “Foreign Aid, Institutions, and Governance in Sub-Saharan Africa.” *Economic Development and Cultural Change* 52(2): 255–85. Disponível em:  
<http://www.jstor.org/stable/10.1086/380592> (March 31, 2014).

- Cameron, Rondo (2000), “História Económica Do Mundo - De Uma Forma Concisa, de Há 30 000 Anos Até Ao Presente” ed. Tito Lyon de Castro. : 495. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/66209702/Historia-Economica-do-Mundo-Rondo-Cameron>.
- Canavire, Gustavo, Peter Nunnenkamp, Rainer Thiele, and Luis Triveño (2005), *Assessing the Allocation of Aid: Developmental Concerns and the Self-Interest of Donors*. Kiel. Disponível em: <http://www.econstor.eu/handle/10419/3648> (September 4, 2013).
- Carvalho, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2009), “Evolution of Japan’s Foreign Policy to Africa and the TICAD Process.” *Política Internacional e Segurança - Universidade Lusíada no 2*: 123–44. Disponível em: [http://issuu.com/medull/docs/lpis\\_2](http://issuu.com/medull/docs/lpis_2).
- . 2012. “Japan’s Foreign Aid Policy to Africa: The Cases of Angola and Mozambique within the TICAD Process.” *Nanzan Journal of Policy Studies - Graduate School of Policy Studies*. Nanzan University 4(3): 67–96.
- Ceriani, Lidia, and Paolo Verme (2013), *The Income Lever and the Allocation of Aid*. Washington, D.C. Disponível em: [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2013/02/21/000158349\\_20130221090747/Rendered/PDF/wps6367.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2013/02/21/000158349_20130221090747/Rendered/PDF/wps6367.pdf) (December 26, 2013).
- Chauvin, Sophie, and Guillaume Gaulier (2002), “Prospects for Increasing Trade among SADC Countries.” *Trade and Industrial Policy Strategies - 2002 Annual Forum*. Disponível em: <http://www.tips.org.za/files/555.pdf> (September 4, 2013).
- Chikowore, Godfrey (2004), *Japan’s Official Development Assistance Policy in a Perspective of Southern Africa's Millennium Development*. Tokyo: Institute of Development Economies, Japan External Trade Organisation. Disponível em: <http://ir.uz.ac.zw/jspui/handle/10646/362?mode=full>.
- Cilliers, Jakkie, Barry Hughes, and Jonathan Moyer (2011), “African Futures 2050 The Next Forty Years.” (January). Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/handle/123456789/30936> (September 4, 2013).
- Clay, Edward J., Matthew Geddes, and Luisa Natali (2009), “Aid Untying: Is It Working? - Thematic Study on the Developmental Effectiveness of Untied Aid: Evaluation of the Implementation of the Paris Declaration and of the 2001 DAC Recommendation on Untying ODA to the LDC’s - Synthesis Report.”, pp. 1–12. Disponível em: <http://www1.oecd.org/dac/evaluation/dcdndep/44539854.pdf> (December 5, 2013).
- Demachi, Kazue (2009), *Japanese Foreign Assistance to Africa: Aid and Trade*. Shiga, Japan.
- Donnelly, Elizabeth (2008), *Japan-African Engagement and TICAD IV: Can Japan Lead the Way on African Development?* London: Chatham House. [https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/ticad\\_4\\_report\\_final-110708.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/ticad_4_report_final-110708.pdf) (May 5, 2014).
- Draper, Peter (2007), “EU-Africa Trade Relations : The Political Economy of Economic Partnership Agreements.” *Jan Tumlrir Policy Essays* (02).
- Driffield, Nigel, and Chris Jones (2013), “Impact of FDI, ODA and Migrant Remittances on Economic Growth in Developing Countries: A Systems Approach.” *European Journal of Development Research* 25(2): 173–96. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/doi/10.1057/ejdr.2013.1> (September 7, 2013).
- ECDPM (2002), “História E Evolução Da Cooperação ACP-UE.” *Infokit de Cotonou* (3). Disponível em:

- [http://www.ecdpm.org/web\\_ecdpm/web/content/content.nsf/vwPrint/ED4E87C036729BD6C125731A0039BFC8?Opendocument](http://www.ecdpm.org/web_ecdpm/web/content/content.nsf/vwPrint/ED4E87C036729BD6C125731A0039BFC8?Opendocument).
- Edström, Bert (2010), *Japan and the TICAD Process*. Stockholm - Nacka. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Japan+and+the+TICAD+Process#1> (July 29, 2013).
- Eicher, Carl (2003), “Flashback: Fifty Years of Donor Aid to African Agriculture.” In *Conference: Successes in African Agriculture*, Pretoria: InWEnt/IFPRI/NEPAD/CTA, 1–62.
- EU. 2012. *The Cotonou Agreement*. ed. European Union/ACP. Brussels. Disponível em: [http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/documents/devco-cotonou-consol-europe-aid-2012\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/documents/devco-cotonou-consol-europe-aid-2012_en.pdf) (April 8, 2014).
- Ferreira, Patrícia Magalhães (2010), “O Papel Dos Doadores ‘Emergentes’ Em África.” In *Janus 2010 - Meio Século de Independências Africanas (Economia E Desenvolvimento)*, Lisboa: janusonline, 174–75. Disponível em: [http://www.janusonline.pt/popups2010/2010\\_3\\_4\\_10.pdf](http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_4_10.pdf).
- Fraser, Alastair (2006), “Aid-Recipient Sovereignty in Historical Perspective.” *Managing Aid Dependence Project*: 1–63. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Aid-Recipient+Sovereignty+in+Historical+Perspective#1> (January 28, 2014).
- Führer, Helmut (1996), *The Story of Official Development Assistance - A History of the Development Assistance Committee and the Development Co-Operation Directorate in Dates, Names and Figures*. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/1896816.pdf>.
- Fujisaki, Tomoko, Forrest Briscoe, James Maxwell, Misa Kishi, and Tatsujiro Suzuki (1997), “Japan as Top Donor: The Challenge of Implementing Software Aid Policy.” *Pacific Affairs* 69(4): pp. 519–539. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2761185?uid=3738880&uid=2134&uid=363582231&uid=2&uid=70&uid=3&uid=363582221&uid=60&purchase-type=article&accessType=none&sid=21104151726543&showMyJstorPss=false&seq=1&showAccess=false>.
- Fund for Peace (2013), “Failed States Index Indicators.” [fundforpeace.org](http://ffp.statesindex.org/): <http://ffp.statesindex.org/>. Disponível em: [http://www.fundforpeace.org/web/content/fsi/fsi\\_7.htm](http://www.fundforpeace.org/web/content/fsi/fsi_7.htm) (November 22, 2012).
- Gerasimchuk, Ivetta (2009), “Re-Think Russian Investment in Southern Africa.” *Munich Personal RePEc Archive* (15151): 1–57. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/15151/> (February 18, 2014).
- GHA (2013), *Global Humanitarian Assistance Report 2013*. Bristol. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Global+humanitarian+assistance+report+2013#0> (January 19, 2014).
- Giddens, Anthony (2007), *Sociologia*. 5a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goldstein, Andrea, Nicolas Pinaud, Helmut Reisen, and Xiaobao Chen (2006), *China and India: What’s in It for Africa*. Paris: OECD Development Centre. Disponível em: <http://www.oecd.org/development/pgd/36259343.pdf> (April 22, 2014).
- Gondwe, L. Roosevelt (2007), “One Village One Product Movement in Africa: The Malawi Story.” In *165th FASID Brown Bag Lunch Seminar*, Tokyo: Malawi Embassy in Japan, 1–20.

- Havnevik, Kjell, and Brian van Arkadie (1996), *Domination or Dialogue? - Experiences and Prospects for African Development Cooperation*. Motala: Nordiska Afrikainstitutet. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:272911/FULLTEXT01.pdf>.
- Hayes, Lucy, and Javier Pereira (2008), *Turning the Tables - Aid and Accountability under the Paris Framework*. Brussels. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Turning+the+Tables#0> (August 19, 2013).
- Heller, Peter S (2011), *Rethinking The World of Aid in the Twenty First Century*. New York. Disponível em: <http://www.econstor.eu/handle/10419/54035> (September 5, 2013).
- Hirata, Keiko (2002), “Whither the Developmental State? The Growing Role of NGO’s in Japanese Aid Policymaking.” *Journal of Comparative Policy Analysis* 4(3): 1–37. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13876980208412677> (July 29, 2013).
- Isopi, Alessia, and George Mavrotas (2006), *1 Aid Allocation and Aid Effectiveness: An Empirical Analysis*. 1st ed. Helsinki: UNU-WIDER. Disponível em: <http://www.econstor.eu/handle/10419/63423> (December 26, 2013).
- Jepma, Catrinus J (1991), *The Tying of Aid*. 1st ed. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=IS5vpJd4UU8C&oi=fnd&pg=PA7&dq=The+Tying+of+Aid&ots=MRGdRwjy-a&sig=Yct29CkCDEijA2ju9p1KdT8I8-s> (December 5, 2013).
- JICA (2007), “JICA’s Regional Activities.” In *JICA’s Annual Report 2007*, Tokyo: Japan International Cooperation Agency, 52–56. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/english/publications/reports/annual/2007/>.
- Kanbur, Ravi (1999), *A Framework for Thinking Through Reduced Aid Dependence in Africa*. Ithaca, New York: Department of Agricultural, Resource, and Managerial Economics Cornell University. Disponível em: [http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/127685/2/Cornell\\_Dyson\\_wp9906.pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/127685/2/Cornell_Dyson_wp9906.pdf) (July 17, 2013).
- (2000), “Aid, Conditionality and Debt in Africa.” *African Journal of International Affairs and Development* 5(Africa Notes). <https://woc.uc.pt/feuc/course/L-RI/2008-2009/Kanbur%20-%20Aid,%20Conditionality%20and%20Debt.pdf> (July 17, 2013).
- (2006), “The Economics of International Aid.” In *Handbook on “The Economics of Giving, Reciprocity and Altruism,”* eds. Serge Christophe-Kolm and Jean Mercier-Ythier. North-Holland, 1–31. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1574071406020264> (July 17, 2013).
- Keeley, Brian. 2012. *OECD Insights From Aid to Development - The Global Fight against Poverty*. OECD Insig. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264123571-en>.
- Kenji, Aizono (2010), *Community Activation Program through Business - One Village One Product*. Tokyo.
- Kragelund, Peter (2010), *The Potential Role of Non-Traditional Donors’ Aid in Africa*. Geneva. Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/handle/123456789/28195> (September 13, 2013).
- Kurokawa, Kiyoto, Fletcher Tembo, and Dirk Willem te Velde (2008), *Donor Support to Private Sector Development in Sub-Saharan Africa Understanding the Japanese OVOP Programme*. Tóquio. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/1726.pdf>.

- Kurokawa, Kiyoto, Fletcher Tembo, and DW Velde (2010), *44 Challenges for the OVOP Movement in Sub-Saharan Africa-Insights from Malawi, Japan and Thailand*. London. Disponível em: <http://www.ndr.mw:8080/xmlui/handle/123456789/790> (June 2, 2014).
- Lakin, Jason. 2012. "Give China All the Roads; Traditional Donors Have Moved on to Other Projects." *The East African*. Disponível em: <http://www.theeastafrican.co.ke/OpEd/comment/Give+China+all+the+roads/-/434750/1386274/-/1iimqgz/-/index.html> (September 11, 2013).
- Lawson, Marian Leonardo (2010), *Foreign Aid: International Donor Coordination of Development Assistance*. Washington, D.C. <https://fas.org/sgp/crs/row/R41185.pdf> (January 22, 2014).
- Lum, Thomas, Hannah Fischer, Julissa Gomez-Granger, and Anne Leland (2009), *China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia*. Washington, D.C. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:China's+Foreign+Aid+Activities+in+Africa,+Latin+America+and+Southeast+Asia#0> (October 4, 2013).
- Lumumba-Kasongo, Tukumbi (1989), "Japan's Economic and Political Relations with Africa since the 1970's and Their Implications for Popular Demands for Democracy in Africa: A Preliminary Reflection." *paperroom.ipsa.org*: 1–22. Disponível em: [http://paperroom.ipsa.org/app/webroot/papers/paper\\_5056.pdf](http://paperroom.ipsa.org/app/webroot/papers/paper_5056.pdf) (May 5, 2014).
- McGillivray, Mark (2005), "Is Aid Effective?" In *Foundation for Development Co-Operation - "Financing Development Colloquium"*, Helsinki: World Institute for Development Economics Research (WIDER). Disponível em: <http://www.oecd.org/dev/34353462.pdf> (December 10, 2013).
- MDG Gap Task Force (2013), *Millennium Development Goal 8 - The Global Partnership for Development: The Challenge We Face*. New York. Disponível em: [http://www.un.org/millenniumgoals/2013\\_Gap\\_Report/MDG%20GAP%20Task%20Force%20Report%202013\\_English.pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2013_Gap_Report/MDG%20GAP%20Task%20Force%20Report%202013_English.pdf).
- Meadows, Donella H, Dennis L Meadows, Jorgen Randers, and William W. Behrens III (1972), *The Limits to Grow - A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. 5th ed. New York: Universe Books.
- Mesquita, Bruce Bueno de, and Alastair Smith (2009), "A Political Economy of Aid." *International Organization (Cambridge Journals)* 63(02): 309–40. Disponível em: [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0020818309090109](http://journals.cambridge.org/abstract_S0020818309090109) (July 29, 2013).
- Mikesell, Raymond F, Robert A Kilmarx, and Arvin M. Kramish (1982), *The Economics of Foreign Aid and Self-Sustaining Development*. Washington, D.C. Disponível em: <http://www.getcited.org/pub/102231521> (August 7, 2013).
- Miranda, Jorge (2003), *Manual de Direito Constitucional/Tomo I - Preliminares; O Estado E Os Sistemas Constitucionais*. 7a ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- MoFA (2002), "White Paper 2001." *Japan's Official Development Assistance*: 188. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2001/contents.pdf>.
- (2003), "Japan's Official Development Assistance Charter." *Fifty Years of Japan ODA*: 1–11. Disponível em: [http://www.realityofaid.org/wp-content/uploads/2013/02/ROA\\_Asia\\_2005\\_Full\\_sml1.pdf#page=357](http://www.realityofaid.org/wp-content/uploads/2013/02/ROA_Asia_2005_Full_sml1.pdf#page=357) (May 19, 2014).
- (2010), "White Paper 2009." *Japan's Official Development Assistance*: 1–213. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2009/pdfs/set.pdf>.

- . 2012. “White Paper 2011.” Japan’s Official Development Assistance: 1–247. Disponível em: [http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2011/pdfs/00\\_oda\\_wp\\_2011.pdf](http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2011/pdfs/00_oda_wp_2011.pdf).
- . 2013a. Annual Report on Japan’s ODA Evaluation 2013. Tokyo.
- . 2013b. “White Paper 2012.” Japan’s Official Development Assistance: 1–266. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2012/pdfs/all.pdf>.
- Mohanty, Samarendra K., and Sachin Chaturvedi (2008), RIS Discussion Papers India-Africa Economic Partnership: Trends and Prospects. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/eab/macroe/22122.html> (September 4, 2013).
- Moreira, Adriano (2008), Teoria Das Relações Internacionais. 6th ed. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Morgan, D. J. 1964. Colonial Development: A Factual Survey of the Origins and History of British Aid to Developing Countries. London. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Colonial+Development++a+factual+survey+of+the+origins+and+history+of+British+aid+to+developing+countries#7> (June 20, 2014).
- Naím, Moises (2007), “Rogue Aid: What’s Wrong with the Foreign Aid Programs of China, Venezuela, and Saudi Arabia? They Are Enormously Generous. And They Are Toxic.” Foreign Policy Mar/Apr(Missing Links). Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2007/02/14/rogue\\_aid](http://www.foreignpolicy.com/articles/2007/02/14/rogue_aid).
- Nesadurai, Helen E S (2005), Bandung and the Political Economy of North-South Relations: Sowing the Seeds for Revisioning International Society. Jurong - Singapore. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/31076742/Bandung-Chapter\\_4\\_Nesadurai.pdf](http://www.academia.edu/download/31076742/Bandung-Chapter_4_Nesadurai.pdf) (May 27, 2014).
- Nipassa, Orlando (2009), “Ajuda Externa E Desenvolvimento Em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica.” In II Conferência Do IESE - Dinâmicas Da Pobreza E Padrões de Acumulação Económica Em Moçambique, Maputo: IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 22. [https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/II\\_conf/CP36\\_2009\\_Nipassa.pdf](https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf) (February 5, 2013).
- Nkurayija, Jean de la Croix (2011), The Requirements for the African Continent’s Development: “Linking Peace, Governance, Economic Growth and Global Interdependence.” Berlin.
- Nuutinen, Johannes. 2012. “China and Other Emerging Actors in Africa.” Kepa’s Working Papers 34: 1–32.
- Nye, Joseph S (1990), “Soft Power.” Foreign policy (80): 153–71. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/1148580> (September 30, 2013).
- Ochiai, Takehiko (2001), “Beyond TICAD Diplomacy: Japan’s Africa Policy and African Initiatives in Conflict Response.” African Study Monographs 22(1): 37–52. Disponível em: <http://repository.kulib.kyoto-u.ac.jp/dspace/handle/2433/68201> (October 22, 2013).
- OECD (1987), “DAC Guiding Principles for Associated Financing and Tied and Partially Untied Official Development Assistance.” In 1987 DAC Chair Report on Development Co-Operation, Paris: OECD Publishing, 1–5. Disponível em: <http://www.oecd.org/investment/stats/31738583.pdf>.
- (1992), Development Assistance Manual - DAC Principles for Effective Aid. 1st ed. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/evaluation/dcdndep/35019650.pdf>.

- (1995), University of Toronto and G8 Information Centre Meeting of the Council at Ministerial Level in April 1985 Communiqué. Toronto. Disponível em: <http://www.g8.utoronto.ca/oced/oced85.htm>.
- (1998), Development Co-Operation Report 1997: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-1997\\_dcr-1997-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-1997_dcr-1997-en).
- (1999), Development Co-Operation Report 1998: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-1998\\_dcr-1998-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-1998_dcr-1998-en).
- (2000), 1 The DAC Journal Development Co-Operation Report 1999: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-1999\\_dcr-1999-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-1999_dcr-1999-en).
- (2001), 2 The DAC Journal Development Co-Operation Report 2000: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2000\\_dcr-2000-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2000_dcr-2000-en).
- (2002), 3 Development Co-Operation Report 2001: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2001\\_dcr-2001-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2001_dcr-2001-en).
- . 2003a. 4 Development Co-Operation Report 2002: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2002\\_dcr-2002-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2002_dcr-2002-en).
- . 2003b. “Papers on Official Development Assistance (ODA).” OECD Journal on Development 3(4): 1–35. Disponível em: [http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/papers-on-official-development-assistance-oda\\_journal\\_dev-v3-art27-en#page1](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/papers-on-official-development-assistance-oda_journal_dev-v3-art27-en#page1).
- (2004), 5 Development Co-Operation Report 2003: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2003\\_dcr-2003-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2003_dcr-2003-en).
- (2005), Development Co-Operation Report 2004: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2004\\_dcr-2004-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2004_dcr-2004-en).
- . 2006a. DAC in Dates - The History of OECD’s Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/1896808.pdf>.
- . 2006b. “Declaração de Paris Sobre a Eficácia Da Ajuda Ao Desenvolvimento.” 2nd High Level Forum on Aid Effectiveness (Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua): 1–15. <https://www1.oecd.org/development/effectiveness/38604403.pdf> (August 7, 2013).
- . 2006c. Development Co-Operation Report 2005: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2005\\_dcr-2005-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2005_dcr-2005-en).
- (2007), Development Co-Operation Report 2006: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2006\\_dcr-2006-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2006_dcr-2006-en).

- . 2008a. “Agenda Para a Acção de Accra.” 3rd High Level Forum on Aid Effectiveness (Acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2 de Março 2005)): 1–10. Disponível em: [http://www.gendermatters.eu/resources\\_documents/UserFiles/File/Resource/Almaty%20declaration.pdf](http://www.gendermatters.eu/resources_documents/UserFiles/File/Resource/Almaty%20declaration.pdf) (August 7, 2013).
- . 2008b. 9 Development Co-Operation Report 2007: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2007\\_dcr-2007-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2007_dcr-2007-en).
- . (2009), 10 Development Co-Operation Report 2009. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2009\\_dcr-2009-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2009_dcr-2009-en).
- . 2011a. Development Co-Operation Report 2011: 50th Anniversary Edition. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2011\\_dcr-2011-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2011_dcr-2011-en).
- . 2011b. “Parceria de Busan Para Uma Cooperação Eficaz Para O Desenvolvimento.” 4th High Level Forum on Aid Effectiveness (Desenvolvimento internacional eficaz): 1–14. Disponível em: [http://www.effectivecooperation.org/files/outcome\\_document\\_-\\_final\\_por.pdf](http://www.effectivecooperation.org/files/outcome_document_-_final_por.pdf).
- . 2012. Development Co-Operation Report 2012: Lessons in Linking Sustainability and Development. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2012\\_dcr-2012-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2012_dcr-2012-en).
- . (2013), Development Co-Operation Report 2013: Ending Poverty. Paris: OECD Publishing. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report\\_20747721](http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report_20747721).
- OECD, AfDB, UNDP, and UN-ECA (2013), “Structural Transformation and Natural Resources.” African Economic Outlook: 1–33. Disponível em: [http://www.oecd-ilibrary.org/development/african-economic-outlook-2013\\_aeo-2013-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/african-economic-outlook-2013_aeo-2013-en).
- Oliveira, Ana Filipa (2013), “Qualidade Da Cooperação Para O Desenvolvimento: Informação de Base.” In Portugal E África Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento, Lisboa: ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos, 11–18. Disponível em: [http://www.acep.pt/portals/0/BlogueMelhorCoop/MCMD\\_versao%20Online.pdf](http://www.acep.pt/portals/0/BlogueMelhorCoop/MCMD_versao%20Online.pdf)
- Oliveira, Ana Filipa, and Fátima Proença (2013), Portugal E África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento. Lisboa: ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos. Disponível em: [http://www.acep.pt/portals/0/BlogueMelhorCoop/MCMD\\_versao Online.pdf](http://www.acep.pt/portals/0/BlogueMelhorCoop/MCMD_versao Online.pdf).
- Osei-Hwedie, Bertha Z, and Kwaku Osei-Hwedie (2010), “Japan’s TICAD: Alternative Global Framework for Africa's Development?” Zambia Social Science Journal 1(3): 122–40. Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/zssj/vol1/iss2/3/> (August 7, 2013).
- Prah, Kwesi Kwaa (2001), “Culture, the Missing Link in Development Planning in Africa.” *Présence africaine: revue culturelle du monde noir*: 90–102. Disponível em: <http://www.codesria.org/IMG/pdf/9-3.pdf> (July 17, 2013).
- Radelet, Steven (2004), “US Foreign Assistance After September 11th.” In Testimony for the House Committee on International Relations, Washington, D.C.: Center for Global Development, 1–12. Disponível em: <http://www.cgdev.org/doc/commentary/Radelet HIRC Testimony.pdf> (April 14, 2014).

- Raposo, Pedro Amakasu (2010), “The Seven Approaches of Japan’s African Aid Policy - An Assessment of the Literature.” *Nanzan Journal of Policy Studies - Graduate School of Policy Studies*. Nanzan University no 2: 39–67.
- . 2012. “Japan’s Foreign Aid Policy and the Influence of External Factors: Implications for the TICAD Security and Political Role.” *Portuguese Journal of Foreign Affairs* 6(16): 16–27.
- Raposo, Pedro Amakasu, and David M. Potter (2010), “Chinese and Japanese Development Co-Operation: South–South, North–South, or What?” *Journal of Contemporary African Studies*: 1–57. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02589001003736819> (April 15, 2013).
- Rist, Gilbert (2008), *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. 3rd ed. London: Zed Books Ltd. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:The+History+of+Development:+From+Western+Origins+to+Global+Faith#3> (August 9, 2013).
- RoA-MC (2010), *South-South Cooperation: A Challenge to the Aid System ?* Quezon City, Philippines: IBON Books. Disponível em: <http://www.realityofaid.org/wp-content/uploads/2013/02/ROA-SSDC-Special-Report1.pdf>.
- Robbins, Lionel Charles (1970), *The Theory of Economic Development in the History of Economic Thought*. 2nd ed. London: Macmillan and Co LTD. Disponível em: <http://library.mises.org/books/Lionel%20Robbins/The%20Theory%20of%20Economic%20Development.pdf>
- Rodrigues, Helena (2011), *igadi.org A Afirmação Da China Em África E a Utilização de Macau Como Plataforma de Aproximação Aos Países Lusófonos*. Coimbra. Disponível em: [http://www.igadi.org/china/2011/xr\\_a\\_afirmacao\\_da\\_china\\_em\\_africa.htm](http://www.igadi.org/china/2011/xr_a_afirmacao_da_china_em_africa.htm) (October 7, 2013).
- Roy, Rathin, and Melissa Andrade (2010), “South-South Cooperation? The Same Old Game or a New Paradigm?” *Poverty in Focus* (20): 1–25. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/ipc/ifocus/20.html> (April 23, 2014).
- Sansone, Livio, and Cláudio Alves Furtado. 2014. *Dicionário Crítico Das Ciências Sociais Dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. 1a ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Sato, Makoto (2005), “Japanese Aid Diplomacy in Africa: An Historical Analysis.” *Ritsumeikan Annual Review of International Studies* 4: 67–85. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Japanese+Aid+Diplomacy+in+Africa+:+An+Historical+Analysis#0> (August 7, 2013).
- Scheipers, Sibylle, and Daniela Sicurelli (2008), “Empowering Africa: Normative Power in EU–Africa Relations.” *Journal of European Public Policy*: 1–22. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501760801996774> (September 13, 2013).
- SEEK Development. 2014. “Global Development Policymaking in the European Union.” *donortracker.org* (February): 1–12. Disponível em: <http://donortracker.org/donor-profiles/european-union> (April 15, 2014).
- Severino, Jean-Michel, and Olivier Ray (2009), *The End of ODA: Death and Rebirth of a Global Public Policy*. Washington, D.C. Disponível em: [http://www.ffem.fr/jahia/webdav/site/afd/shared/ELEMENTS\\_COMMUNS/article/articles2009/200903\\_Severino\\_Ray\\_End\\_of\\_ODA.pdf](http://www.ffem.fr/jahia/webdav/site/afd/shared/ELEMENTS_COMMUNS/article/articles2009/200903_Severino_Ray_End_of_ODA.pdf) (March 13, 2014).

- Smith, Kimberly, Talita Yamashiro Fordelone, and Felix Zimmermann (2010), DCD Issues Brief Beyond the DAC - The Welcome Role of Other Providers of Development Co-Operation. Paris. Disponível em: <http://www.oecd.org/investment/stats/45361474.pdf>.
- Solana, Javier (2007), “Challenges for EU-China Cooperation in Africa.” *China Daily* (February). Disponível em: [http://91.194.202.11/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/EN/articles/92678.pdf](http://91.194.202.11/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/articles/92678.pdf) (September 13, 2013).
- Sousa, Fernando de (2005), 49 *Revista Brasileira de Política Internacional* Dicionário de Relações Internacionais. Porto: Edições Afrontamento. Disponível em: <http://www.aeflup.com/ficheiros/Dicionario de Relacoes Internacionais.pdf>.
- Stiglitz, Joseph E (1999), “The World Bank at the Millennium.” *The Economic Journal* 109(October 1997): 577–98. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00473/abstract> (July 29, 2013).
- Subacchi, Paola (2008), “New Power Centres and New Power Brokers: Are They Shaping a New Economic Order?” *International Affairs* 84(3): 485–98. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2346.2008.00719.x>.
- Takagi, Shinji (1995), *From Recipient to Donor: Japan’s Official Aid Flows, 1945-1990 and Beyond*. Princeton. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/fth/prinfi/196.html> (July 29, 2013).
- Tarrósy, István. 2012. “Two Giants on the Same Soil: A Closer Look at Afro-Asian Relations via Comparing Chinese and Japanese Involvement in Tanzania.” *Portuguese Journal of Foreign Affairs* 6: 52–63.
- TCSF (2005), “Evaluation by Civil Society on Japanese Policy to Africa — Overcoming Poverty and Inequality.” *TICAD Civil Society Forum White Paper* (1st): 1–80.
- Tembo, Fletcher (2008), *Where next for TICAD: Building Lasting Partnerships*. London. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/1724.pdf>.
- Tembo, Fletcher, and Dirk Willem te Velde (2010), “Japanese Aid, One Village One Product (OVOP) and the UK’s Big Society Idea.” In Seminar “The TICAD Initiative: What Is New in Japanese Economic Assistance to Africa?,” London: Department of East Asian Studies University of Leeds, 1–19. Disponível em: [http://www.jica.go.jp/uk/english/office/topics/pdf/topics101007\\_06.pdf](http://www.jica.go.jp/uk/english/office/topics/pdf/topics101007_06.pdf).
- Thompson, Drew (2005), “China’s Soft Power in Africa: From the ‘Beijing Consensus’ to Health Diplomacy.” *China Brief* 5(21): 1–5. Disponível em: [http://csisdev.forumone.com/files/media/csis/pubs/051013\\_china\\_soft\\_pwr.pdf](http://csisdev.forumone.com/files/media/csis/pubs/051013_china_soft_pwr.pdf) (September 13, 2013).
- Thorbecke, Erik (2000), “The Evolution of the Development Doctrine and the Role of Foreign Aid, 1950-2000.” *Foreign Aid and Development*: 27–81. Disponível em: <http://are.berkeley.edu/courses/ARE251/2004/papers/Thorbecke.pdf> (April 20, 2014).
- Tooley, James, Ashraf Ghani, Donald Kaberuka, Edward Green, Iqbal Z. Qadir, James Shikwati, Michael Fairbanks, and William Easterly (2013), “Will Money Solve Africa’s Development Problems?” In *Big Questions*, West Conshohocken: John Templeton’s Foundation.
- Ueda, Takafumi (2010), “Supporting ‘One Village One Product (OVOP) Movement’ in Africa.” In *Social Enterprises and JICA*, Tokyo: Japan International Cooperation Agency, 1–9.
- UNDESA (2003), “Monterrey Consensus on Financing for Development.” In *International Conference on Financing for Development*, Monterrey: United Nations, 1–25. Disponível em: <http://www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf>.

- UNDP (2004), TICAD pamphlet Forging Strategic Partnerships for Africa's Development. New York. Disponível em: <http://www.ticad.net/about/pdf/ticadpamphlet.pdf>.
- UNECOSOC (2008), Background Study for the Development Cooperation Forum - Trends in South-South and Triangular Development Cooperation. New York.
- UNGA (1962) Resolutions Adopted on the Reports of the Special Political Committee: The Policies of Apartheid of the Government of the Republic of South Africa. New York. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/1761\(XVII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1761(XVII)&Lang=E&Area=RESOLUTION).
- Vaz, Alcides Costa, and Cristina Yumie Aoki Inoue (2007), Emerging Donors in International Development Assistance: The Brazil Case. International Development Research Centre (idrc) Ottawa. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Emerging+Donors+in+International+Development+Assistance+:+The+Brazil+Case#0> (April 16, 2014).
- Wild, Leni, Lisa Denney, Alina Rocha Menocal, and Matthew Geddes (2011), Informing the Future of Japan's ODA within an African Context. London.
- Woods, Ngaire (2008), "Whose Aid? Whose Influence? China, Emerging Donors and the Silent Revolution in Development Assistance." *International Affairs* 6(84): 1205–21. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2346.2008.00765.x/full> (April 17, 2014).
- World Commission on Environment and Development (WCED) (1987), Our Common Future - The Brundtland Report. 1st ed. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Our+Common+Future#0> (August 19, 2013).
- Wuyts, Marc (1996), "Foreign Aid, Structural Adjustment, and Public Management: The Mozambican Experience." *Development and Change* 27(4): 717–49. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-7660.1996.tb00609.x>.
- Yang, Yongzheng, and Sanjeev Gupta (2005), 19 African Development Review Regional Trade Arrangements in Africa: Past Performance and the Way Forward. Washington, D.C. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-8268.2007.00169.x>.
- Yoo, Jiwon Amy (2008), "Bandung Conference, 1955." *blackpast.org*. Disponível em: <http://www.blackpast.org/gah/bandung-conference-1955> (November 15, 2013).
- Yoshizawa, Kei (2013), "The TICAD Process and Japan." 391–401.
- Zafar, Ali (2007), "The Growing Relationship Between China and Sub-Saharan Africa: Macroeconomic, Trade, Investment, and Aid Links." *The World Bank Research Observer* 22(1): 103–30. Disponível em: <http://wbro.oxfordjournals.org/cgi/doi/10.1093/wbro/lkm001> (August 10, 2013).

### ***A - Operational lessons from 1985 Review of Twenty-Five Years of Development Co-operation***

• *One of the compelling lessons of experience is that aid can only be as effective as the policy, economic and administrative environment in which it operates. The successful use of aid in many of the Asian countries and, indeed, a limited number of African countries, provides positive evidence of this lesson. However, in the countries that need aid most, from the point of view of poverty and level of development, results often have been disappointing. The operational lesson is that aid has to be more concerned with creating the fundamental conditions for its effectiveness.*

• *One of the most important general findings of extensive evaluation of aid is that many of the problems encountered during implementation can be avoided and project survival and viability improved through strengthened project appraisal, greater rigour in project selection, clearer and more realistic setting of objectives, greater flexibility in design, and quicker adjustment when shortcomings are identified.*

• *Greater emphasis should be given to ensuring the commitment of recipients' executing agencies and the motivation of local target groups through their active involvement in selection, design and implementation.*

• *If aid is to make a broad and sustained contribution to the economic and social well-being of developing countries, it must be concerned not only with the proper selection, design and implementation of individual projects but also with the support of broader sectoral and national efforts and policies.*

• *For donor advice in the policy and programming dialogue to be credible, it must be competent, reflect full understanding of the variety of economic and other constraints facing the developing country, and must be backed or at least accepted by all significant donors. A profusion of conflicting advice from a multiplicity of donors is counterproductive.*

• *International aid co-ordination arrangements with recipient governments should be further strengthened and lead to specific, operationally relevant conclusions, based on genuine consensus. Once consensus on priorities has been reached, it is essential that these priorities be respected by all participants.*

• *Donor competition for attractive projects remains a problem. Full and frank exchanges of relevant information on on-going and planned activities among donors, and between donors and recipients, are essential to the success of co-ordination efforts and more effective use of aid. There are in some cases still deficiencies in information exchange due to both administrative constraints and donor inhibitions resulting from political or commercial considerations.*

Fonte: Führer, H. (1996). The Story of Official Development Assistance - A history of the development assistance committee and the development co-operation directorate in dates, names and figures (pp. 1-69). Paris: OECD Publishing. Disponível em:<http://www.oecd.org/dac/1896816.pdf>

## ***B - The Development Assistance Committee (DAC)***

*Formerly known as the Development Assistance Group, the DAC was created by Ministerial Resolution of 23 July 1960.*

*The overarching objective of the DAC for 2011-2015 is to promote development co-operation and other policies so as to contribute to sustainable development, including pro-poor economic growth, poverty reduction, improvement of living standards in developing countries, and to a future in which no country will depend on aid.*

*In order to achieve this overarching objective, the Committee shall:*

- monitor, assess, report, and promote the provision of resources that support sustainable development, as specified above, by collecting and analysing data and information on ODA and other official and private flows*
- review development co-operation policies and practices, particularly in relation to national and internationally agreed objectives and targets, and promote mutual learning*
- provide analysis, guidance and good practice to assist its Members and the expanded donor community to enhance the quality and effectiveness of development assistance, particularly regarding pro-poor economic growth and poverty reduction*
- analyse and help shape the rapidly evolving global development architecture to optimise development results*
- promote perspectives on global public goods and policy coherence for development in coordination with other policy communities in OECD*
- engage or invite non-Member countries - in particular those with major development cooperation programmes - international organisations, private sector organisations, and civil society representatives, so as to assure the relevance and inclusiveness of DAC's work.*

Fonte:

[http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC\(2010\)34/FINAL&doclanguage=en](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC(2010)34/FINAL&doclanguage=en)

**C - Tabela 12 - Regional Distribution of Technical Cooperation**

Type of Cooperation	New/Ongoing		Total Number of Persons	Planning & Administration		Public Works & Utilities				Agriculture/ Forestry/Fisheries				Mining & Industry		Energy	Business & Tourism		Human Resources		Health/ Medical Care	Welfare	Others
	New	Ongoing		Administration	Development Planning	Public Utilities	Transport & Traffic	Social Infrastructure	Communic. & Broadcasting	Agriculture	Animal Industry	Forestry	Forestry	Mining	Industry		Business & Trade	Tourism	Human Resources	Science & Culture			
Training Participants	New	7685	2934	208	109	170	610	41	609	29	106	110	25	15	125	154	78	1592		724	31	15	
	Ongoing	181	33	1			5	7	42	6		10			3	4		40		30			
Experts Dispatched	Total	7866	2967	209	109	170	615	48	651	35	106	120	25	15	128	158	78	1632		754	31	15	
	New	2149	202	23	112	139	163	14	462	8	34	42		54	157	41	49	250		346	10	43	
Members of Study Teams Dispatched	Ongoing	513	42	25	8	14	25		121	3	9	8	7	7	12	12	5	67		72	3	80	
	Total	2662	244	48	120	153	188	14	583	11	43	50		61	169	53	54	317		418	13	123	
JOCV Dispatched	New	1731	54	298	68	266	376		179	24	40	42	14	25	153	38	1	48		91	4	10	
	Ongoing	141		17	1	43	36		17	5	2	5	3	1	5	4		2					
Other Volunteers Dispatched	Total	1872	54	315	69	309	412		196	29	42	47	17	26	158	42	1	50		91	4	10	
	New	351	20		3		5	1	85	4	1	2		8		3	4	139		51	9	2	
Other Volunteers Dispatched	Ongoing	881	74	2	5		16	4	195	16	4	6		34		4	3	317		125	36	7	
	Total	1232	94	2	8		21	5	280	20	5	8		42		7	7	456		176	45	9	
Other Volunteers Dispatched	New	24	6		5				1					2		1		8		1			
	Ongoing	34	4		2		1	4	3			1		6		3		7			1	1	
Total	58	10	7	1	7	1	4	4	4			1		8		4		15		1	1	1	

Fonte: <http://www.jica.go.jp/english/publications/reports/annual/2013/c8h0vm00008m8edo-att/s02.pdf>

## **D - Tokyo Declaration on African Development: "Towards the 21<sup>st</sup> Century"**

We, the participants of the Tokyo International Conference on African Development (TICAD), consisting of African countries and Africa's development partners, declare with one voice our continued dedication to the development of Africa towards a new era of prosperity. We, therefore, solemnly adopt the present Declaration, in the firm belief that it will serve to strengthen an emerging new partnership for sustainable development of Africa based on self-reliance of African countries and the support of Africa's development partners.

### **Background**

1. Africa's economic and social crises of the 1980s highlighted the development challenges faced by this continent. To address these challenges, many African countries have embarked on far-reaching political and economic reforms. We, the participants of TICAD, are encouraged by signs in recent years of both positive macro economic performance and political development resulting from those reforms. In so doing, we nevertheless recognize the continued fragility and vulnerability of Africa's political and economic structures and situations that inhibit the achievement of sustainable development. TICAD intends to give further impetus to these reforms, taking into account the United Nations New Agenda for the Development of Africa in the 1990s (UN-NADAF).
2. With the end of the cold war, African countries and the international community now have an opportunity to share a broader common understanding of the need for dynamic development cooperation. The development of the continent has emerged as an imperative in our search for a better future.
3. While special consideration should be given to obstacles confronting Africa, we are determined to strengthen our collective forward-looking efforts for the development of the continent. This has been the spirit in which we have conducted our deliberations on the issues central to sustainable development in Africa.
4. These issues include the ongoing process of simultaneous political and economic reforms, the necessity of increased private-sector participation in domestic economic activity, the promotion of regional cooperation and integration, and the detrimental effects of humanitarian emergencies on Africa's socio-economic development. We recognize that the Asian experience of economic development and the catalytic role of international cooperation offer hope and provide a challenge for African economic transformation.

### **Political and Economic Reforms**

5. Convinced of the advent of a new international era, we, the African participants, reaffirm our commitment to pursue and further strengthen political and economic reforms, in particular democratization, respect for human rights, good governance, human and social development, and economic diversification and liberalization. To achieve sustainable, broad-based economic growth, we, the participants of TICAD, believe that more open, accountable and participatory political systems are vital, including a stronger role for civil society. We recognize that political, economic and social reforms must be initiated and carried out by African countries themselves, based on their visions, values and individual socio-economic background. Africa's development partners should therefore support African initiatives in these areas.
6. We, the participants of TICAD, recognize that simultaneous implementation of political and economic reforms, while conducive to development, may often entail painful transition processes. The interaction between political and economic reforms, which over time should be mutually reinforcing, is a complicated

process which requires support to bring about progress. We, Africa's development partners, reaffirm our commitment to providing priority support to countries undertaking effective and efficient political and economic reforms. We, the participants of TICAD, also reaffirm our commitment to enhancing constructive dialogue to facilitate the reform processes.

7. We, the African participants, reaffirm our commitment to improving the quality of governance, in particular, transparency and accountability in public administration. We recognize that criteria for public expenditure should aim at enhancing overall socio-economic development and reducing non-productive expenditures. The building of human and institutional capacities for sustainable development is essential for all of these objectives. We commit ourselves to creating the enabling environment for training, retaining, and effective utilization of human resources and improving institutional capacities. We, Africa's development partners, will enhance our support for African capacity-building, including improved technical assistance.
8. We, the participants of TICAD, reaffirm that structural adjustment programmes should take more actively into consideration the specific conditions and requirements of individual countries. We reiterate that political and economic reforms should ultimately lead to the alleviation of poverty and enhanced welfare of the entire population. To that effect, structural adjustment programmes should contain, more than in the past, measures to improve the access of the poor in particular to income-earning opportunities and to effective social services, while seeking to shield them as far as possible from adverse social consequences. Increased priority should be given to investment in human capital through nutrition, health and education programmes, especially to improve the situation of women and children. Additionally, noting that the overall economic development in African has not kept pace with Africa's rapid population growth, we recognize the importance of should population policies and call upon African Governments and the international community to address this issue within the socio-economic development process.

#### **Economic Development through Activities of the Private Sector**

9. The private sector is vital as an engine for sustainable development. We, the participants of TICAD, agree that though foreign aid has an impact on development, its role is only supplementary in magnitude and catalytic in nature. We recognize that a workable and practical cooperation between government and the private sector is a key factor for development. A climate of trust between these two actors should be encouraged and interaction promoted. We realize that political and economic stability is a prerequisite to commitments for long-term investments.
10. We, the African participants, are determined to continue policies which foster a greater role for the private sector and which encourage entrepreneurship. While stepping up deregulation measures, we will provide and maintain, in cooperation with our development partners, physical infrastructure and viable administrative, legal, and financial institutions. We consider in general the informal sector as a source of vitality for African economies which deserves support in order to further mobilize entrepreneurial capacity, generate employment, and facilitate the transition into the formal economy.
11. We, the participants of TICAD, are convinced that further improvements in financial systems and practices are needed to stimulate domestic savings investment, and to prevent and reverse capital flight.
12. In support of these efforts, we, Africa's development partners, shall continue to provide assistance in order to improve the enabling environment which requires economic reforms and privatization, the building of

human and institutional capacities, and the development of financial intermediation. We recognize the importance of appropriate insurance and guarantee schemes to protect private enterprises investing in Africa from political and economic risks.

13. We, the African participants, affirm the central importance of international trade to our future development prospects. We, Africa's development partners, will work to facilitate market access for African products globally and to assist in upgrading and diversifying African exports. We, the participants of TICAD, support the vital role of private associations such as the African Business Round-Table and confirm the usefulness of investment-and trade-promotion initiatives within Africa and between Africa and the rest of the world.

### **Regional Cooperation and Integration**

14. We, the African participants, reaffirm our vision and aspiration for ultimate regional integration and cooperation goals as embodied in the Abuja Treaty establishing the African Economic Community. We, the participants of TICAD, realize that although these goals have been, since the early years of independence, a logical development strategy for African countries, most of which have small national markets, greater efforts must now be made in promoting interregional trade and investment.
15. We, the African participants, will ensure that our commitments to regional schemes are fully incorporated in our national development plans, policies, and programmes.
16. We, Africa's development partners, welcome and support the renewed commitment to regional cooperation and integration, as has been recently demonstrated by African countries. These regional arrangements should continue to be consistent with the multilateral open trading system, and contribute to trade expansion. We will continue to extend our support to African countries efforts aimed at reducing obstacles to integration through measures such as reduction of trade and investment barriers and policy harmonization, and to viable regional endeavours, particularly in the area of infrastructure development and capacity-building. We, the participants of TICAD, believe that regional integration should also be pursued by encouraging private-sector initiatives, adopting consistent and gradual approaches for broadening exchanges and rationalizing existing schemes.

### **Emergency Relief and Development**

17. We, the participants of TICAD, note with great concern that over the last two decades, and particularly in recent years, a large number of African countries have suffered and are still suffering from natural and man-made disasters. The international community has responded generously to these situations since the early crises in the 1970s.
18. These disasters have constrained development in many African countries, destroyed the very basis for development, increased the number of refugees, and diverted human and financial resources that otherwise could have served development purposes.
19. We, the participants of TICAD, realize that man-made disasters are the result of a complex interplay of political, economic, and social factors. In this context, lack of democratization and respect for human rights and the rights of minorities are among the root causes of these disasters.
20. We, the participants of TICAD, accept that responsibility for disaster prevention and management rests primarily with Africans themselves. We, the African participants, are therefore determined to devote our ef-

forts to addressing the root causes of these disasters. We also confirm the critical role of regional cooperation as demonstrated in the past. We, the participants of TICAD, underscore the need to establish effective mechanisms for prevention, preparedness, and management of man-made and natural disasters in general, and to strengthen food security schemes in particular. We therefore welcome the decision of the Organization of African Unity to establish the Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution and pledge our support to strengthen the effective functioning of this mechanism. We also reaffirm our willingness to assist victims of disasters, and urge the removal of all hindrances to effective distribution of relief supplies.

21. We, Africa's development partners, having recognized that there is a continuum between emergency relief and development, will ensure that the humanitarian assistance for the affected communities continues to be provided for resettlement, rehabilitation and reconstruction.

### **Asian Experience and African Development**

22. Over the past 30 years, in contrast to Africa, the countries of East and South-East Asia have achieved high rates of growth in per capita income. We, the participants of TICAD, are mindful that in view of the differing international and internal conditions no one model of development can be simply transferred from one region to another. Nevertheless, we acknowledge some relevance of the Asian experience for African development. The very diversity of successful Asian countries gives hope that lessons can be drawn for African development.
23. We, the participants of TICAD, have noted that as demonstrated by the successful examples of the Asian development experience, the backdrop of development success lies in the combination of a strong commitment by the leadership and the people to economic prosperity, appropriate long-term development strategies and functional government administration to pursue these strategies coherently.
24. We have also noted that the policy factors which contributed to the remarkable performance of East and South-East Asia have included:

- (1) the rational application of macro economic policies and maintenance of political stability,
- (2) the promotion of agricultural production through technological research and innovations as solid basis for socio-economic development,
- (3) long-term investment in education and human resource development as a priority of development strategy
- (4) market-friendly and export-led policies to advance and adapt modes of production in order to increase opportunities for trade and economic growth,
- (5) measures to stimulate domestic savings and capital formation by developing financial intermediation and by expansion of banking services at the community level,
- (6) policy emphasis on the private sector as an engine of growth and development, and
- (7) early implementation of land reform.

25. We, the participants of TICAD, recognize that development achievement in East and South-East Asia have enhanced opportunities for South-South cooperation with Africa. We welcome the interest shown by some Asian and African countries in promoting this cooperation.
26. We, the participants of TICAD, recognize that development achievement in East and South-East Asia have enhanced opportunities for South-South cooperation with Africa. We welcome the interest shown by some Asian and African countries in promoting this cooperation.

### **International Cooperation**

27. We, the participants of TICAD, have concluded that the current situation in Africa calls for increased solidarity among us to act in full partnership to address this situation. This new partnership should be based on Africa's objective to achieve self-reliance on the one hand and responsive support by Africa's development partners on the other.
28. We, the participants of TICAD, agree that stability and security are prerequisites to sustainable development, and that it is essential to make efficient use of scarce resources and to minimize military and other unproductive expenditures.
29. We, the participants of TICAD, realize that development calls for full participation by the people at all levels, who should be galvanized toward action as agents for progress. In this regard, we acknowledge the dynamic and diversified role of African women in various sectors of the economy and recommend that special measures be taken to promote their rights and roles in order to enhance gender equity and to remove all legal, social and cultural barriers for advancement of women. Furthermore, we recognize the need to enhance cooperative efforts with local NGOs and other institutions of civil society which play constructive roles for African development.
30. We, Africa's development partners, will make all efforts to enhance development assistance to Africa, despite current global economic difficulties. This assistance will be increasingly oriented toward the priorities set by African countries. In making commitments to continued and enhanced cooperation, we will take into account the expectation of our constituencies that resources be spent where they are most efficiently utilized for the greatest development impact.
31. As African countries are at various stages of development, and have different cultural and historical backgrounds, we, Africa's development partners may take differentiated approaches as we plan and implement our development cooperation, with due regard to aid coordination.
32. We, Africa's development partners, will apply a comprehensive approach covering aid, trade, debt strategy, and investments. We, the participants of TICAD, reaffirm that debt and debt service still pose serious difficulties to many African countries. We emphasize the necessity urgently to address the debt issue within the overall context of debt relief and flows of new financial resources for development. We confirm the validity of the international debt strategy and invite the Paris Club to continue reviewing the question of debt relief for the poorest highly indebted countries, especially with regard to earlier reductions in the stock of debt on a case-by-case basis. We urge creditor countries to take into account the difficulties that heavily indebted African countries are now facing.
33. We, the participants of TICAD, reiterate the importance of a successful conclusion to the Uruguay Round of GATT negotiations and will make all efforts to remove trade barriers and other trade practices that prevent

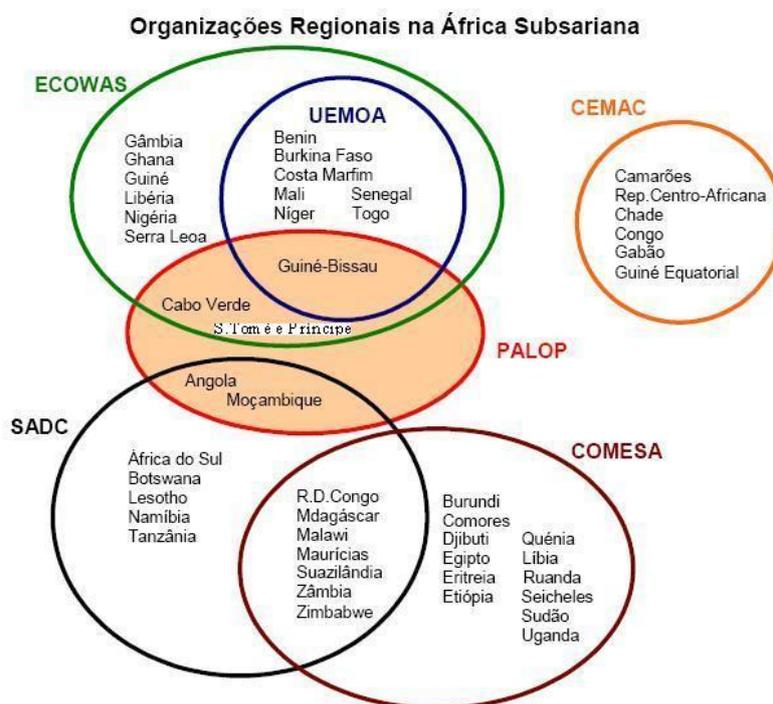
the expansion of African exports, including exports to other African countries. We underscore the importance of primary commodities for many African countries' export earnings and the need for diversification to reduce the volatility of these earnings.

34. We, the participants of TICAD, confirm the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) agreements should be steadfastly implemented, with a special emphasis on balanced relationships among agriculture, population, and environment policies, particularly drought and desertification.
35. We also recognize that many of the gains made in Africa are threatened by the HIV/AIDS pandemic and related diseases which are already of a disastrous proportion in some countries. There is a need for a much stronger response by Africa and its development partners for preventing and controlling these diseases, including caring facilities as well as measures addressing its socio-economic impacts.

**Follow-up**

36. We, the participants of TICAD, pledge to take, in our respective spheres of responsibility, measures aimed at advancing the spirit of this Declaration through effective policies and actions. We have entrusted the three co-organizers of TICAD with evaluating and reviewing progress made towards the implementation of this Declaration. Ultimately, we intend to hold a conference of a similar magnitude and membership at the latest before the turn of the century.

## E – Organizações Regionais na África Sub-Sahariana



causa-africana.blogspot.com

Organizações	Principais objectivos
<b>ECOWAS</b> – Comunidade Económica dos Países da África Ocidental (1975)	Promover a integração económica em todos os campos de actividade económica, em particular na indústria, transportes, telecomunicações, energia, agricultura, recursos naturais, comércio, assuntos monetários e financeiros, e matérias sociais e culturais.
<b>UEMOA</b> – União Económica e Monetária para a África Ocidental (1994)	Fortalecer a integração regional da zona incluindo o comércio, legislação, mercado comum e políticas sectoriais para a agricultura, telecomunicações, transportes, energia, etc..
<b>CEMAC</b> – Comunidade Económica e Monetária da África Ocidental (1994)	Fortalecer a união entre os povos, promover os mercados nacionais, desenvolver a solidariedade entre os países e criar um verdadeiro mercado comum africano.
<b>COMESA</b> – Mercado Comum da África Oriental e Austral (1994) Substituiu o primitivo PTA - Acordo Preferencial de Comércio (1981)	Promover a integração económica regional através do comércio e do investimento; adoptar políticas macroeconómicas visando a elevação do nível de vida das populações e o estreitamento das relações entre os estados-membros; promover a paz e a segurança na região; adoptar posições comuns no relacionamento da comunidade com o resto do mundo.
<b>SADC</b> – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (1992) Substituiu a SADCC, criada em 1980 para minimizar a dependência económica da África do Sul no tempo do <i>apartheid</i> . Não pertenciam à organização a Rep. Dem. do Congo, Madagáscar, Maurícias, Namíbia e África do Sul.	Desenvolver valores políticos comuns, sistemas e instituições; promover a paz e a segurança na região; estabelecer complementaridade entre estratégias e programas nacionais e regionais; promover e maximizar a utilização e o emprego produtivo dos recursos da região; promover a utilização sustentável dos recursos naturais com protecção efectiva do ambiente; fortalecer e consolidar os laços históricos, sociais e culturais entre os povos da região; principalmente, atingir um elevado grau de harmonização e racionalização na utilização conjunta dos recursos com vista a alcançar uma auto-confiança colectiva que permita elevar o nível de vida das populações.

Fonte: GEE - Boletim Mensal do Comércio Internacional – Novembro de 2007

# CURRICULUM VITÆ

<b>Dados Pessoais</b>	
Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Portuguesa Data de Nascimento: 04 de Fevereiro de 1970 Naturalidade: Nossa Senhora da Vila * Montemor-o-Novo Filiação: Custódio António Saiote * Maria Joana Cachaço Matias Saiote Carta de condução de ligeiros (cat. B) Situação Militar Resolvida. Reserva Territorial por Excesso de Contingente.	
<b>Currículo Académico</b>	
Fev 2012/...	ISCTE-IUL Lisboa Curso de Mestrado em Estudos Africanos
7 a 20 de Julho de 2014	ISCTE-IUL Lisboa Intensive Programme (IP) "Europe-Africa Relations – Border Crossings In and Out of Africa"
Fev 2013	ISCTE-IUL Lisboa Pós-Graduação em Estudos Africanos
2006/10	Universidade Aberta Lisboa Curso de Ciências Sociais ( <i>Minor</i> de Ciências Políticas e Administrativas)
2004	Associação Nacional de Jovens Empresários Faro Curso de Inglês Comercial
1990/91	Escola Superior de Educação – Universidade do Algarve –Faro Faro Curso de Formação de Professores do Ensino Básico, 2º Ciclo (variante de Matemática e Ciências da Natureza) Curso não finalizado.
1989/90	Escola Secundária de Montemor-o-Novo Montemor-o-Novo 12º Ano – Curso Técnico-Profissional de Manutenção Mecânica Curso finalizado com a média final de 12 Valores, com estágio integrado realizado na empresa Batista Russo e Irmãos, Lda., sita em Vendas Novas.
<b>Currículo Profissional</b>	
2008-...	AIS – Automotive Interior Systems Departamento de Logística (desde 26 de Agosto de 2008), Montemor-o-Novo – Alentejo
2006-2007	Agente Comercial, Montemor-o-Novo/Évora
2005	Prosegur Agente de Segurança Aeroportuária, Faro – Algarve
2002/03	True Home Properties Angariador e Vendedor Imobiliário, Vilamoura – Algarve
2000/02	Jorge Afonso – Topografia, Estudos e Planeamento Auxiliar de Topografia, Faro – Algarve
1992-1999	Hotelaria, Faro - Algarve
1992	Direcção de Finanças de Faro - Departamento de Introdução, Análise e Catalogação de Dados, Faro – Algarve
<b>Actividades e Associações</b>	
2013 (26, 27, 28 e 29 de Junho)	Voluntário na organização no evento ECAS 2013 - Fifth European Conference on African Studies: "African Dynamics in a Multipolar World", realizada no ISCTE-IUL.
2008	Atleta federado na Federação Portuguesa de Xadrez, pela Sociedade Círculo Montemorense
1998	Árbitro de Futebol 7 no âmbito de um Torneio organizado pela FADU e pela Escola de Futebol Humberto Coelho.

1997	Árbitro de Voleibol no âmbito dos Torneios Concelhios do INATEL em Faro.
1995-1998	Colaborador em várias actividades desportivas no âmbito das organizações da Secção Académica de Desporto da Universidade do Algarve (SADUAL), sendo algumas co-organizadas com a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU)
1995	Representante do Curso de Matemática e Ciências da Natureza nas 2 <sup>as</sup> Jornadas da Educação realizadas em Tavira, com organização da FNAEESE.
1994	Representante do Curso de Matemática e Ciências da Natureza nas 1 <sup>as</sup> Jornadas da Educação realizadas em Lamego, com organização da Federação Nacional das Associações de Estudantes das Escolas Superiores de Educação (FNAEESE).
1992-1993	Elemento pertencente à Comissão do Processo de Integração do Instituto Politécnico de Faro na Universidade do Algarve;
1992/93 até 1996/97	Elemento pertencente à Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, bem como elemento activo da mesma, onde passou por diversas funções, das quais se destacam: Vogal da Direcção; Secção de Informação Presidente do Conselho Fiscal; Presidente da Mesa da Assembleia-geral de Alunos; 1 <sup>o</sup> Vogal da Mesa da Assembleia-geral de Alunos.
1990-1998	Elemento presente nas eleições dos Reitores: Prof. Doutor Jacinto José Montalvão dos Santos e Silva Marques (1990); Prof. Doutor Eugénio Maria de Melo Alte da Veiga (1993); Prof. Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão (1998).
1990/91 até 1997/98	Elemento eleito representante dos alunos da Escola Superior de Educação para a Assembleia da Universidade do Algarve.
1990/91 até 1995/96	Elemento eleito representante dos alunos da Escola Superior de Educação para o Senado da Universidade do Algarve.
1990/91 a 1994/95	Elemento pertencente à organização das Semanas de Recepção ao Caloiro e das Semanas Académicas do Instituto Politécnico de Faro e Universidade do Algarve.
1990/91	Elemento da organização dos 1 <sup>os</sup> Jogos de Praia Inter-Universitários da Academia do Algarve.
1989/90 e 1991/92 (ano da extinção do IPF)	Elemento activo da Associação de Estudantes do Instituto Politécnico de Faro (IPF), onde passou por diversas funções, das quais se destacam: Vogal da Direcção; Secção de Textos e Reprografia; Secção Cultural.
1987 até 1991 e desde 2006	Membro do Grupo Coral de S. Domingos, com sede em Montemor-o-Novo.
1983 e 2002	Atleta federado na Federação Portuguesa de Esgrima, pela Sala de Armas de Montemor-o-Novo – Florete – (entretanto extinta), atleta da Universidade do Algarve na referida modalidade.
<b>Participação em Conferências</b>	
19 de Abril 2013	A Política de Cooperação Chinesa e Japonesa: O Caso de África Dr. Pedro Amakasu Raposo - Universidade Lusíada do Porto Lisboa – ISCTE-IUL
10 de Janeiro 2013	O Brasil na África - cooperação Sul-Sul ou relações assimétricas? Dr. Paulo Fagundes Visentini - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Lisboa – ISCTE-IUL
10-12 de Dezembro 2012	Fronteiras e Identidades em África Dr. Gregor Dobler – Universidade de Freiburg, Wolfgang Zeller – Universidade de Edinburgh, Paul Nugent – Universidade de Edinburgh Lisboa – ISCTE-IUL
26-27 de Outubro 2012	1 <sup>o</sup> Encontro de Mestrados em Estudos Africanos Lisboa – ISCTE-IUL
9 de Julho 2012	Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento Dr. Carlos Sangreman Proença, Dr. Fernando Jorge Cardoso, Dr. Francisco Mantero, Dr. José Manuel Briosa e Gala, Dr <sup>a</sup> . Manuela Franco, Dr. Paulo Ramalho Lisboa – ISCTE-IUL

5 de Junho 2012	As Sociedades Africanas Face às Dinâmicas Globais – Clientelismo e Corrupção em África Dr. Ferran Iniesta – Universidade de Barcelona Lisboa – ISCTE-IUL
16 de Maio 2012	Geopolítica dos Tráficos e Rebeliões no Saara-Sahel e no Noroeste de África Dr. Eduardo da Costa Dias - ISCTE-IUL Lisboa – ISCTE-IUL
17 de Maio 2012	As Sociedades Africanas Face às Dinâmicas Globais – A economia de subsistência rural e a segurança alimentar Dr. António Santamaria – Universidade Autónoma de Madrid Lisboa – ISCTE-IUL
9 de Maio 2012	Black Rice and Red Cashews: Transformations in an Agricultural Frontier, Guinea-Bissau Dr <sup>a</sup> . Marina Padrão Temudo Lisboa – ISCTE-IUL